

KRISLEY AMORIM DE ARAUJO

**TRABALHO E CONSCIÊNCIA: VIVÊNCIAS DE
MULHERES MIGRANTES E REFUGIADAS EM
CAMPO GRANDE- MS**

**UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO – UCDB
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO E DOUTORADO EM PSICOLOGIA
CAMPO GRANDE-MS**

2021

KRISLEY AMORIM DE ARAUJO

**TRABALHO E CONSCIÊNCIA: VIVÊNCIAS DE
MULHERES MIGRANTES E REFUGIADAS EM
CAMPO GRANDE- MS**

Dissertação apresentada ao Programa Pós-Graduação –
Mestrado em Psicologia da Universidade Católica Dom
Bosco como requisito parcial para obtenção do título de
Mestre em Psicologia, área de concentração: Psicologia da
Saúde, sob a orientação da prof. Dra. Luciane Pinho de
Almeida

**UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO – UCDB
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO E DOUTORADO EM PSICOLOGIA
CAMPO GRANDE-MS**

2021

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Universidade Católica Dom Bosco
Bibliotecária Mourâmise de Moura Viana - CRB-1 3360

A663t Araujo, Krisley Amorim de
Trabalho e consciência: vivências de mulheres migrantes
e refugiadas em Campo Grande - MS/ Krisley Amorim
de Araújo, sob orientação da Profa. Dr. Luciane Pinho
de Almeida. -- Campo Grande, MS : 2021.
142 p.

Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade
Católica Dom Bosco, Campo Grande-MS, 2021
Bibliografia: p. 127-136

1. Mulheres migrantes - Aspectos psicossociais. 2.
Mulheres refugiadas - Campo Grande (MS). 3. Trabalho
- Aspectos sociais e culturais - Mulheres I.Almeida,
Luciane Pinho de. II. Título.

CDD: Ed. 21 -- 301.1

A dissertação apresentada pela estudante **KRISLEY AMORIM DE ARAÚJO**, intitulada: **TRABALHO E CONSCIÊNCIA: VIVÊNCIAS DE MULHERES MIGRANTES E REFUGIADAS EM CAMPO GRANDE – MS**, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em PSICOLOGIA à Banca Examinadora da Universidade Católica Dom Bosco (UCDB), foi.....**aprovada**.....

A presente defesa foi realizada por webconferência. Eu, **Luciane Pinho de Almeida**, como presidente da banca assinei a folha de aprovação com o consentimento de todos os membros, ainda na presença virtual destes.

Campo Grande - MS, 2 de março de 2021.

BANCA EXAMINADORA



Profa. Dra. Luciane Pinho de Almeida - UCDB (orientadora)

Profa. Dra. Eveli Freire de Vasconcelos

Profa. Dra. Maria da Consolação Gomes de Castro

Profa. Dra. Tatiana Machiavelli Carmo Souza

*Às mulheres dessa narrativa e às mulheres
da minha vida, eu dedico esse trabalho*

AGRADECIMENTOS

Eu sempre imaginei esse momento em que eu escreveria os agradecimentos da dissertação e olharia para a trajetória trilhada, até lembraria dos bons encontros e boas relações que me fortaleceram, me deram ânimo e vibraram com minhas conquistas.

Primeiramente agradeço a Deus pela graça imerecida, pela capacitação e força concedida para que eu pudesse realizar esse sonho. Agradeço à minha família por sempre acreditar em mim, mesmo não sabendo direito o que é esse mestrado, mas vibrando e me dando ânimo e suporte para que eu pudesse concluir o curso de Psicologia e iniciar o Mestrado.

Durante a graduação fiz amizades incríveis que são minha inspiração, Gabriela Pereira, Júlia Palmiere e Victoria Maciel, obrigada por ouvirem meus desabafos, incertezas, dúvidas, por me acolherem, me acalmarem e serem amigas que nunca soltaram a minha mão. Estendo o meu carinho e gratidão à Mary, Joyce e Raiza, as quais cada uma à sua maneira, me forneceram conforto e confiança.

À minha orientadora, Luciane, gratidão por receber uma caloura no Grupo de Estudos, PIBIC e me ensinar o caminho, agora celebramos esses anos de pesquisa com esse trabalho, que muito me orgulha.

Às mulheres migrantes e refugiadas que abriram suas casas para me receberem ou, através de videochamada, cederam um tempo para o nosso diálogo, meu “muito obrigada”! Encontrar essas mulheres e conhecer suas vivências foi um bom lugar, me fez revisitar a história, as contradições do tempo presente, desigualdades e precariedade de vidas. Fico feliz que esse trabalho pôde aumentar a voz dessas mulheres e conceder a elas um espaço de fala em meio à um contexto social que tem buscado silenciar as mulheres, nesse sentido, eu acredito na aposta ético-política dessa produção.

Sabemos que a vida acadêmica cobra um preço alto da nossa saúde mental, quando eu vi que sozinha eu não ia dar conta, encontrei uma colega de profissão incrível, competente e sensível, minha psicóloga Cléa, que me concedeu uma escuta ética, sincera, aberta e acolhedora, o Mestrado foi tema de muitas sessões, mas como eu dizia, dias de luta, dias de glória, não é? Hoje certamente é um dia de glória!

À banca examinadora, Prof^{as}. Dras. Consolação, Eveli, Tatiana, obrigada pela colaboração, disposição e olhar sensível às minhas indagações e considerações, embarcaram

comigo nessa viagem migratória liderada por mulheres e percebemos que o caminho é longo, de luta, transformação, mas o caminho se faz caminhando e constrói o caminhante, certamente eu já não sou a mesma Krisley que iniciou o curso de Psicologia e agora conclui o Mestrado, muito mais que formação profissional, a minha transformação pessoal e política se manifesta nas entrelinhas desse trabalho.

Krisley Amorim de Araujo

ARAUJO, K. A. **Trabalho e Consciência: Vivências de mulheres migrantes e refugiadas em Campo Grande - MS.** Dissertação em Psicologia da Universidade Católica Dom Bosco – UCDB. Campo Grande, Mato Grosso do Sul. 2021.

RESUMO

O cenário global do capitalismo tem apresentado um grande volume de mulheres migrantes e refugiadas inseridas nos deslocamentos contemporâneos e tendências de precarização do trabalho. Nessa linha, nossa temática de estudo abrange as vivências de migrações e refúgio de mulheres para a cidade de Campo Grande- MS. O objetivo geral da pesquisa foi de compreender as experiências de mulheres migrantes e refugiadas nas esferas trabalho e consciência, assim, nosso problema de pesquisa se resume ao movimento de consciência sobre o trabalho de mulheres migrantes e refugiadas frente à contextos de desigualdade social. Para atingir nosso objetivo, utilizamos como metodologia a pesquisa qualitativa com embasamento teórico da Psicologia Sócio-Histórica, a qual se fundamenta nos pressupostos do Materialismo Histórico-Dialético. As categorias de análise aprofundadas foram trabalho, consciência e gênero. Para esta pesquisa, tomamos como lócus a cidade de Campo Grande, capital do Estado de Mato Grosso do Sul, região Centro-Oeste do Brasil. O interesse na cidade se dá pela localização estratégica que o Brasil e o Estado têm tomado frente às rotas de migrações internacionais. O processo de construção das informações se deu por meio do uso da técnica metodológica denominada *Snowball*. As participantes da pesquisa são mulheres migrantes e refugiadas residentes em Campo Grande- MS oriundas de diversos países e contextos de migração internacional e refúgio. Participaram das entrevistas um total de nove mulheres, destas quatro eram migrantes haitianas, e cinco eram refugiadas, sendo três da Venezuela e duas do Líbano. Foram realizadas entrevistas não estruturadas com a discussão de temáticas acerca de suas vivências enquanto mulher, migrante e refugiada. Os recursos para a entrevista online utilizados foram a plataforma *Google Meet* ou Videochamada pelo *Whatsapp*, com uma organização semelhante à do meio físico, leitura do termo e realização da entrevista. Após as entrevistas realizadas, as análises foram feitas a fim de compor as discussões do texto em uma perspectiva histórico-dialética, as quais levaram em conta as categorias trabalho e consciência, bem como elementos teóricos na relação entre trabalho e consciência, transformações do mundo do trabalho, precarização do trabalho feminino global, recessões nas leis trabalhistas, flexibilização do trabalho e seus impactos psicossociais e relações com a constituição de sujeito e consciência enquanto ser social. A partir disso, a pesquisa possibilitou verificar que as experiências das mulheres migrantes e refugiadas foram marcadas por condições de exploração no trabalho, ocupações de baixa qualificação, extensão das jornadas de trabalho, desemprego, condições que expressam as contradições do capital e marcas de uma sociedade patriarcal e desigual. Assim, foi possível entender, como a migração produz um impacto no movimento de consciência dessas mulheres que se subjetivam através do trabalho, por meio dos sentimentos e sensações manifestas no reconhecimento de que por ser migrante percebe-se como mais explorada no trabalho, dificuldades de conseguir um emprego, insatisfação com a remuneração recebida e a transposição dessas experiências foi ampliada em uma perspectiva geral da condição de mulher migrante/refugiada. Esse reconhecimento coletivo de que a desigualdade e a exclusão no trabalho afetam todas as mulheres migrantes e refugiadas é fundamental para a organização de classe enquanto força política com a finalidade de efetuar a transformação social e superação de contextos de desigualdade social e opressão.

PALAVRAS-CHAVE: Mulheres migrantes; Mulheres refugiadas; Trabalho; Consciência.

ARAUJO, K. A. Work and Consciousness: Experiences of migrant and refugee women in Campo Grande - MS. Dissertation on Psychology of Universidade Católica Dom Bosco – UCDB. Campo Grande, Mato Grosso do Sul. 2021.

ABSTRACT:

The global scenario of contemporary capitalism has shown a great amount of migrant and refugee women inserted in contemporary displacements and trends of precarious work. Therefore, our study theme covers the women's migrations and refuge experiences to the city of Campo Grande-MS. The general objective of the research was to understand the experiences of migrant and refugee women in the work and conscience spheres, thus, our research problem comes down to the movement of awareness about the migrant and refugee women work in the face of contexts of social inequality. To achieve our objective, we used a qualitative research methodology with based on Socio-Historical Psychology theory, which is based on the assumptions of Historical-Dialectic Materialism. The analysis categories studied were work, awareness and gender. For this research, we took as scenario the city of Campo Grande, capital of the State of Mato Grosso do Sul, Midwest region of Brazil. The interest in this city is due to the strategic location that Brazil and the State have taken in relation to international migration routes. Data collection took place through the use of the methodological technique called Snowball. The research participants are migrant and refugee women resident in Campo Grande-MS from different countries and contexts of international migration and refuge. A total of nine women participated in the interviews, of these four were Haitian migrants, and five were refugees, three from Venezuela and two from Lebanon. Unstructured interviews were conducted with the discussion about her experiences as a migrant and refugee woman. The resources for the online interview used were the Google Meet platform or Video Call by Whatsapp, with an organization similar to the physical environment, reading the term and conducting the interview. After the interviews, the analyzes were made in order to compose the discussions of the text in a historical-dialectical perspective, considering the categories of work and conscience, as well as theoretical elements in the relationship between work and conscience, transformations of the world of work, global precariousness of female work, recessions in labor laws, flexible work and its psychosocial impacts and relations with the individual constitution and conscience as a social being. Based on this, the research made it possible to verify that the experiences of migrant and refugee women were marked by conditions of exploitation at work, low-skilled occupations, length of working hours, unemployment, conditions that express the capital contradictions and marks of a patriarchal and unequal society patriarchal. Thus, it was possible to understand how migration produces an impact on the consciousness movement of these women who form their subjectivity through work, through the feelings and sensations manifested in the recognition that, as a migrant, it is perceived as more exploited at work, difficulties in getting a job, dissatisfaction with the remuneration received and the transposition of these experiences was expanded in a general perspective of the condition of migrant/refugee woman. This collective recognition that inequality and exclusion at work affects all migrant and refugee women is fundamental to class organization as a political force in order to accomplish social transformation and overcome social inequality and oppression contexts.

KEYWORDS: Migrants women; Refugee women; Work; Consciousness.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
1. SER SOCIAL, TRABALHO CONSCIÊNCIA.....	18
1.1 Constituição do ser social e trabalho.....	19
1.2 Consciência e trabalho.....	26
2. REPRODUÇÃO, CAPITALISMO E MIGRAÇÕES CONTEMPORÂNEAS.....	34
2.1 Panorama histórico da reprodução social do capital e relações de gênero.....	35
2.2 Mundo global e crise do capital.....	44
2.3 Migrações em um contexto capitalista.....	52
3. VIDA, COTIDIANO E TRABALHO DE MULHERES MIGRANTES E REFUGIADAS.....	60
3.1 Feminização das migrações e refúgio em contextos do capitalismo contemporâneo.....	61
3.2 Cotidiano e ser social: as expressões da desigualdade de mulheres migrantes e refugiadas no processo de adaptação ao país de acolhimento	71
4. MOVIMENTOS DE CONSCIÊNCIA FRENTE À CONTEXTOS DE DESIGUALDADE NO TRABALHO.....	85
4.1 Precarização do trabalho de mulheres migrante e refugiadas.....	86
4.2 O gênero no trabalho.....	89
4.3 Consciência e trabalho de mulheres em contextos de migração e refúgio.....	101
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	122
REFERÊNCIAS.....	127
APÊNDICES.....	137

INTRODUÇÃO

O cenário global do capitalismo tem apresentado um grande volume de mulheres migrantes e refugiadas inseridas nos deslocamentos contemporâneos e tendências de precarização do trabalho. As migrações e o refúgio têm sido expressão do desenvolvimento capitalista e suas desigualdades, assumindo um caráter transnacional que se constitui como um dos aspectos mais visíveis das tendências globalizantes.

A temática do presente trabalho se refere às vivências de migrações e refúgio de mulheres para a cidade de Campo Grande-MS. O objetivo geral da pesquisa foi de compreender as experiências de mulheres migrantes e refugiadas nas esferas trabalho e consciência. Esse estudo pretende ainda realizar uma análise histórica e dialética da constituição da sociedade capitalista, das migrações e do refúgio, indo além da aparência e captar as múltiplas determinações da vida concreta de mulheres migrantes e refugiadas em Campo Grande-MS.

Considerando a pequena expressividade teórica que a mulher possui nos estudos migratórios e de refúgio, destaca-se a relevância de produções que possibilitem o protagonismo das vivências destas mulheres, logo, avançar nos estudos que discutam o mundo do trabalho na perspectiva de gênero em intersecção com elementos psicossociais, representa um avanço no sentido de contribuição social e acadêmica.

O interesse e aproximação com a temática se deu nos primeiros anos da graduação do curso de Psicologia, em que ingressei na Iniciação Científica com a minha atual orientadora, pesquisando sobre migrações contemporâneas. No decorrer do curso, os projetos de pesquisa foram se afunilando para a questão de gênero em contextos de migração, com foco nas mulheres haitianas.

Em uma perspectiva pessoal, durante a graduação fui uma migrante interna, saí de uma cidade do interior de Mato Grosso do Sul para cursar Psicologia na capital, Campo Grande- MS e durante esse período morei com familiares e os desafios de estar em uma nova localidade, se deslocar pela cidade, aprender novas coisas, são questões que me identificam com a perspectiva das mulheres migrantes, a saudade da família, estar em um novo espaço para concretizar projetos e sonhos.

De igual modo, em minha formação fui me encantando e me incomodando com o mundo do trabalho, ao mesmo tempo em que via as possibilidades, potencialidades, transformações que o trabalho produz a níveis individuais e coletivos, também contemplava a precarização, exploração, abusos, assédios entre outros. Nesse caminho, os estudos marxistas me concediam um panorama da constituição da sociedade e do trabalho como temos hoje,

suas causas, características, formas, bem como apontava um caminho de superação e transformação da realidade. Assim, esses elementos estão presentes em minha formação pessoal e profissional, em âmbito teórico, político e ético.

As migrações internacionais representam um fenômeno de ordem macrosocial que coloca o indivíduo em uma nova conformação, política, econômica e social, a qual vai repercutir no âmbito microsocial, ou seja, nas vivências subjetivas desses migrantes e em sua consciência sobre a realidade. Dessa forma, pensa-se que a migração é uma problemática social, que deve ser estudada em sua profundidade e globalidade por pesquisadores e autoridades brasileiras, tendo em vista a historicidade xenofóbica e racista das políticas migratórias brasileiras. Assim, estudos que permitem o avanço nas discussões das vivências de migrantes e refugiados se tornam relevantes, na medida em que evidenciam formas de desigualdade social, opressão e a necessidade urgente de efetivação políticas públicas e sociais que objetivem a garantia de melhores condições de vida e dignidade aos migrantes e refugiados que se encontram distante de seus países.

Nessa perspectiva, a migração, o refúgio feminino e a configuração da articulação de aspectos subjetivos e de gênero em espaços migratórios refletem bem a realidade da sociedade contemporânea brasileira, assim, esta é uma questão muito pertinente e atual, que merece aprofundamento, e, como os outros países, o Brasil começa a vivenciar os efeitos da migração e do refúgio.

Por meio dessa compreensão têm-se como objetivo analisar como a mulher migrante e refugiada se insere nas relações capitalistas da sociedade atual e nos deslocamentos contemporâneos, a fim de compreender suas vivências, experiências e processos de consciência frente ao trabalho. Para cumprir esse propósito, Codo (1987) indica que a compreensão do mundo subjetivo dos sujeitos deve-se pautar pela análise das relações de produções, desse modo, o autor pontua que “o estudo da psicologia deve partir das relações de produção, reconhecer como o comportamento é determinado a partir dessas relações de produção.” (p.141).

Neste sentido, a pergunta norteadora de pesquisa que conduziu este estudo foi: Como se dá o movimento de consciência sobre o trabalho de mulheres migrantes frente a contextos de desigualdade social em Campo Grande - MS? E não poderia ser diferente de que neste contexto buscou-se como princípio teórico metodológica a Psicologia Sócio-Histórica. Portanto, para isso, foi utilizado como embasamento teórico e metodológico o Materialismo Histórico-Dialético desenvolvido por Karl Marx e os pressupostos da Psicologia Sócio-Histórica. Netto (2011, p.17) explica que “o problema central da pesquisa marxiana está na

gênese, consolidação, desenvolvimento e condições de crise da sociedade burguesa, oriundas do modo de produção capitalista”. Nesse sentido, a forma de análise da realidade compreende “o processo histórico humano a partir das determinações fundamentais da base material sobre a superestrutura, num processo necessariamente dialético” (Kahhale & Rosa, 2009, p.25), desse modo, a base material da sociedade está imbricada nos processos contraditórios entre as relações sociais e o desenvolvimento de forças produtivas.

As categorias de análise aprofundadas foram trabalho e consciência, assim importa compreender que as categorias são abstrações que se constituem a partir da realidade e possuem a capacidade de orientar a investigação de processos, com o objetivo de analisar as variadas determinações dos fenômenos e suas relações. As categorias também são construções no plano das ideias que representam a realidade concreta e carregam consigo as contradições e seu caráter histórico (Aguiar, 2001).

Partindo dessa linha teórica, o princípio da dialética é fundamental no fazer metodológico e visualizado como circunstância fundamental da realidade, com características de movimento, multiplicidade e variabilidade. A contradição também se apresenta como um elemento que compõe o processo dialético, pois, a natureza, apesar de possuir aspectos contraditórios e excludentes entre si, ao mesmo tempo, possui elementos de uniformidade e estabilidade (Prado Jr, 1979).

Para esta pesquisa, tomamos como lócus a cidade de Campo Grande-MS, capital do Estado de Mato Grosso do Sul, região Centro-Oeste do Brasil. O interesse na cidade se dá pela localização estratégica que o Brasil e o Estado têm tomado frente às rotas de migrações internacionais. Segundo dados do Observatório das Migrações Internacionais, o Estado de Mato Grosso do Sul, devido a sua localização de fronteira com países como Bolívia, Paraguai, Venezuela, Colômbia, dentre outros, torna o Estado como ponto de entrada e saída de migrantes (Cavalcanti, Oliveira & Macedo, 2019).

A metodologia desta proposta foi constituída de pesquisa qualitativa, a qual leva em conta a realidade observada como fonte de coleta de informações na qual o pesquisador constitui-se como principal instrumento e o foco é indutivo, assim, os dados qualitativos irão apontar profundidade de informações e não aspectos quantitativos.

A coleta de dados se deu por meio do uso da técnica metodológica denominada *Snowball*, a qual segundo Baldin e Munhoz (2011, p. 332) constitui-se em “uma forma de amostra não probabilística, utilizada em pesquisas sociais onde os participantes iniciais de um estudo indicam novos participantes, que por sua vez, indicam novos participantes”, desse modo, o método prossegue até o alcance do objetivo proposto, também chamado de “ponto de

saturação”, o qual ocorre quando os entrevistados passam a transmitir conteúdo semelhante ao obtido em pesquisas anteriores, desse modo, essa técnica de amostragem utiliza-se de cadeias de referência, conformando uma espécie de rede.

As participantes da pesquisa são mulheres migrantes e refugiadas residentes em Campo Grande-MS oriundas de diversos países e contextos de migração internacional e refúgio. Participaram das entrevistas um total de nove mulheres, destas quatro eram migrantes haitianas, e cinco eram refugiadas, sendo três da Venezuela e duas do Líbano. O objetivo delimitado no projeto inicial seriam 10 mulheres, entretanto, em virtude da pandemia de COVID-19 e a adoção de medidas de distanciamento social, tornou-se dificultoso o acesso às mulheres.

Foram realizadas entrevistas não estruturadas com a discussão de temáticas acerca de suas vivências enquanto mulher migrante e refugiada. O roteiro (Apêndice B) se organizou em eixos temáticos como, dados de identificação como nome, país de origem, idade, estado civil, se possui filhos, com quem mora, profissão e trabalho atual, as demais questões abordavam a viagem migratória, cotidiano e trabalho e relações de consciência e trabalho. O projeto de pesquisa foi protocolado na Plataforma Brasil, recebendo aprovação do Comitê de Ética e Pesquisa (CEP), apresentando o número de CAAE: 38009220.1.0000.5162. Assim, todo o processo de coleta de informações qualitativas foi realizado conforme os procedimentos éticos necessários.

O critério de seleção foi ser mulher, migrante ou refugiada, idade superior a 18 anos e estar morando em Campo Grande-MS. A aproximação com essas mulheres se deu por meio de contatos com a Fraternidade sem Fronteiras, Pastoral do Migrante e indicação de participantes pelas entrevistadas. Assim, foi realizado inicialmente o contato via telefone e *Whatsapp* com o objetivo de fazer uma aproximação inicial, apresentar brevemente a pesquisa e realizar o convite de participação.

Foi realizado contato com quatorze mulheres, sendo que nove aceitaram conceder uma entrevista. O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (Apêndice A) foi encaminhado via e-mail ou *Whatsapp* e me coloquei à disposição para eventuais dúvidas ou questionamentos. Após, foi acordado entre pesquisadora e participante de pesquisa um espaço seja online ou presencial para realização da entrevista, bem como data e horário. Seis mulheres preferiram realizar a entrevista presencialmente em um espaço aberto e com distanciamento social e três decidiram pelo meio online.

Os recursos para a entrevista online utilizados foram a plataforma *Google Meet* ou Videochamada pelo *Whatsapp*, com uma organização semelhante à do meio físico, leitura do

termo e realização da entrevista. Após as entrevistas realizadas, as análises foram feitas a fim de compor as discussões do texto em uma perspectiva histórico-dialética, as quais levaram em conta as categorias trabalho e consciência, bem como elementos teóricos na relação entre trabalho e consciência, transformações do mundo do trabalho, precarização do trabalho feminino global, recessões nas leis trabalhistas, precariedade, flexibilização do trabalho e seus impactos psicossociais e relações com a constituição de sujeito e consciência enquanto ser social.

Com o objetivo de preservar a identidade das mulheres migrantes e refugiadas, optou-se por referenciá-las utilizando a letra P maiúscula de referente à participante e um número que indica a ordem de realização da entrevista, seguido de um hífen e o país de origem, exemplo: P1 - Líbano.

Nessa direção foi possível apreender as vivências subjetivas em contraste com relações de gênero e trabalho em contextos de migração e refúgio, a articulação entre trabalho e consciência, assim como, verificar as dificuldades encontradas na viagem migratória e experiências da vida cotidiana e trabalho em Campo Grande-MS.

A trajetória de apresentação e discussão de nosso objeto de estudo perpassou a partir do primeiro capítulo a constituição do ser social, a centralidade do trabalho e emergência da consciência nas relações sociais e materiais, expressando o caráter concreto e social da consciência. Acompanhando esse movimento, o desenrolar do sujeito como produtor das transformações na criação de complexos sociais e novas relações do indivíduo com a natureza, o segundo capítulo, em uma perspectiva histórica debate a inferiorização da mulher e sua relação com a formação da sociedade capitalista, perpassando as formas familiares, o avanço do modelo capitalista de produção à nível mundial e como essa lógica do capital se torna um propulsor das migrações contemporâneas.

Tendo os determinantes sociais e históricos como plano de fundo da temática, no terceiro capítulo se explora a participação da mulher nos fluxos migratórios contemporâneos, suas implicações, desafios, bem como, iniciamos a apresentação das mulheres migrantes e refugiadas que protagonizaram esse trabalho com suas histórias cotidianas de vida e trabalho como migrantes e mulheres em Campo Grande – MS.

Ainda, nessa perspectiva, o último capítulo se propõe a discutir o movimento de consciência dessas mulheres frente à contextos de desigualdade e vulnerabilidade frente ao trabalho, assim, aprofunda-se em suas vivências e percepções de ser mulher e migrante, a partir das categorias analíticas, consciência e trabalho. Acredita-se que o caminho trilhado no trabalho não possui um ponto final, pelo contrário, todo trabalho investigativo e de pesquisa,

suscita novas questões e problemáticas, entretanto, a escolha temática de nosso objeto de estudo e suas categorias, permitiram a aproximação de conceitos como consciência e trabalho, os quais na teoria marxista são fundamentais para compreensão do psiquismo humano, ao transpor os elementos teóricos para nos auxiliar a pensar as experiências de mulheres migrantes é possível contribuir com os estudos migratórios contemporâneos em uma perspectiva política e social.

1. O SER SOCIAL, TRABALHO E CONSCIÊNCIA

1.1 Constituição do ser social e trabalho

A história da humanidade é repleta de novos fatos, novos acontecimentos, nela as situações nunca são as mesmas, os períodos nunca se repetem, as transformações, invenções e criações são constantes. E todas essas mudanças não seriam possíveis na esfera inorgânica ou biológica, pois esses movimentos requerem a presença de um elemento característico do ser social, a consciência.

A processualidade da vida social se diverge em nível ontológico dos processos naturais. Lukács (2013) explica que há três esferas ontológicas, a primeira é a inorgânica, em que sua essência é se tornar outro mineral, qual é o caso de uma pedra ou montanha, a segunda é a esfera biológica, nesta a essência se manifesta através do repor o mesmo da reprodução da vida, e o terceiro é o ser social, o qual se diferencia dos demais em razão da particularização constante do novo e a capacidade de promover a transformação do mundo de modo consciente e orientado teleologicamente, com uma finalidade posta.

Maceno (2017) destaca que a consciência humana não possui apenas um caráter contemplativo, mas uma função teleológica, ou seja, se orienta com uma finalidade, um propósito.

Apesar de no parágrafo acima tratarmos destas esferas de modo separado com o objetivo de diferenciar cada elemento, é válido ressaltar que as relações criadas entre as esferas são extremamente articuladas, uma depende da outra, a esfera inorgânica gera vida e sem vida não há ser social, assim como, não há consciência sem o processo de reprodução biológica e sem os elementos naturais do desenvolvimento biológico, não haveria o desenvolvimento sócio-histórico.

Lessa e Tonet (2012) apresenta que essa relação possui um desenvolvimento evolutivo que propõe a continuidade e articulação entre as esferas, mas isso só é possível devido ao que Lukács chama de salto ontológico, que para ele significa a expressão de rupturas com a continuidade do desenvolvimento, ou seja, a negação da esfera ontológica anterior, promovendo a criação de novas processualidades, criação de categorias que demonstram a afirmação e o processo de desenvolvimento do novo ser em contraste com o plano anterior.

Por meio do salto ontológico ocorreu a passagem da vida ao ser social, marcando sua gênese. Em todo esse processo há uma relação intrínseca e dependente do indivíduo com a natureza. A articulação entre as esferas representa uma unidade ontológica que permite a

reprodução social por meio da troca incessante com o mundo orgânico, natural, condições que possibilitam a existência do ser social, enquanto membro que desempenha um papel ativo na sociedade e produtor das transformações.

Leontiev (1978) explica que Engels postulava uma origem animal para o homem, assim como Darwin, porém ele demarcou uma diferença entre o homem e seus antepassados:

e que a hominização resultou da passagem à vida numa sociedade organizada na base do trabalho; que esta passagem modificou a sua natureza e marcou o início de um desenvolvimento que, diferentemente do desenvolvimento dos animais, estava e está submetido não às leis biológicas, mas às leis sócio-históricas (Leontiev, 1978, p.262).

Por meio disso, emerge a centralidade o trabalho nas formações sociais humanas e na própria constituição do sujeito, por conta disso, compreende-se o trabalho como categoria fundante do ser. Lukács (2013) afirma que o trabalho é a forma primária da ação humana, o fundamento ontológico da multiplicidade da práxis social. Entretanto, tal afirmação não implica reduzir o ser social a partir da perspectiva do trabalho, a reprodução e a totalidade do ser abrangem outros elementos e categorias para além desta concepção, mas tomar o trabalho humano como categoria analítica nos permite compreender diversos aspectos do ser social e sua constituição.

Com efeito, Marx afirmou que o trabalho é:

um processo entre o homem e a natureza, processo este em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza (...) Ele se confronta com a matéria natural como com uma potência natural. A fim de se apropriar da matéria natural de uma forma útil para sua própria vida, ele põe em movimento as forças naturais pertencentes à sua corporeidade: seus braços e pernas, cabeças e mãos. Agindo sobre a natureza externa e modificando-a por meio desse movimento, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza (MARX, 2011a, p. 188).

Nessa perspectiva, Marx atribui à dimensão social e individual do trabalho, na medida em que há a relação entre sujeito e natureza e o processo de transformação, o qual não se dá de modo unilateral, mas ocorre com um indivíduo vivo, ativo, com uma corporeidade que lhe permite a ação transformativa da realidade e de sua existência.

O trabalho no processo de reprodução do ser social assume fundamental importância, pois, promove a ruptura com a naturalidade e a produção dos meios de vida, iniciando a produção da história humana, resultado das relações sociais e materiais tecidas pela

humanidade. Para compreender esse processo, destaco ainda a exemplificação de Marx e Engels (2007, p.32-33):

O primeiro pressuposto de toda a existência humana e também, portanto, de toda a história, a saber, [é] o pressuposto de que os homens têm de estar em condições de viver para poder “fazer história”. Mas, para viver, precisa-se, antes de tudo, de comida, bebida, moradia, vestimenta e algumas coisas mais. O primeiro ato histórico é, pois, a produção dos meios para a satisfação dessas necessidades, a produção da própria vida material, e este é, sem dúvida, um ato histórico, uma condição fundamental de toda a história, que ainda hoje, assim como há milênios, tem de ser cumprida diariamente, a cada hora, simplesmente para manter os homens vivos

Nesse sentido, inicialmente a produção da vida humana se dá de modo natural e não social, suprimindo necessidades de existência e procriação e também de produção da vida por meio do trabalho. Diferentemente dos animais, em que sua relação com o ambiente se dá em função da satisfação de suas necessidades, sobrevivência, adaptação, relações coletivas, por meio da construção de coisas, qual é o caso de espécies de pássaros, como o João de Barro que constrói seu ninho (Duarte, 2004). A atividade humana atinge níveis de complexidade que permite o exercício de uma autonomia e diferenciação da natureza e, apesar de pertencer a ela, sua condição lhe permite realizar escolhas, tomar iniciativas, assumir riscos, indo além das necessidades físicas, tornando sua produção exclusivamente humana (Gontijo, 2001).

O ser social atingiu um nível de complexificação que além de suprir as necessidades, ele cria os meios para sua satisfação e introduz algo novo no meio social, como exemplo, a criação dos instrumentos. Essas operações não seriam passíveis de alcance apenas no nível biológico, evidenciando a complexificação da atividade humana.

A produção dos meios de satisfação de suas necessidades, por meio da invenção de instrumentos e objetos, promove, segundo Marx e Engels, o surgimento de novas necessidades, que não se relacionam somente ao âmbito biológico, mas ligam-se à produção material da vida humana. Por meio do trabalho, o ser humano se transforma de ser biológico em ser social, em razão disso, Lukács (1978, p. 4) afirma que o trabalho é a “base dinâmico-estruturante de um novo tipo de ser”.

Ainda, a criação de instrumentos representa o encerramento da fase orgânica no desenvolvimento evolutivo e o início do desenvolvimento histórico do comportamento (Vigotski, 1996). Desse modo, a invenção e o uso do instrumento permitem a *inter-ação* com a natureza, denotando o papel ativo do sujeito nesse processo, mas por si só, ela não define e promove o desenvolvimento da humanidade, pois, é com o trabalho e suas características de

coletividade e comunicação, que ao longo da história foi possível o desenvolvimento da linguagem. Gontijo (2001, p.47) resume que “o uso de instrumentos no trabalho permitiu ao homem controlar a natureza e o surgimento da linguagem permitiu-lhe dominar seu próprio comportamento e o de outros homens”.

As capacidades e habilidades adquiridas na ação sobre a natureza, nas relações sociais e na criação e no uso de instrumentos, representam um grande passo da humanidade em seu autodesenvolvimento. Neste sentido, Leontiev (1978, p.267) destaca que “o que a natureza lhe dá quando nasce não basta para viver em sociedade. É-lhe ainda preciso adquirir o que foi alcançado no decurso do desenvolvimento histórico da sociedade humana”.

As condições necessárias para a ocorrência dessa apropriação da história e das produções humanas se processam na interação entre propriedades biológicas e a comunicação entre os indivíduos. Ao longo da história, a linguagem passa a assumir não apenas um modo de se comunicar, mas ela reflete significados, significações, expressam práticas sociais, sendo ao mesmo tempo objeto de conhecimento e operando como mediadora da apropriação das produções humanas (Gontijo, 2001).

A linguagem e a cooperação entre os indivíduos derivam do trabalho. Entretanto, isso não implica dizer que o trabalho aparece antes da fala e da sociabilidade, mas que tais posições se originam em virtude do trabalho (Rangel, 2016). Na mesma compreensão, Gontijo (2001) retoma o pensamento de Marx que compreende que o homem se humaniza, por meio da apropriação, pois, a humanidade não lhe é forjada ao nascer, condição que evidencia a transformação da natureza e objetos e com isso, a autotransformação do homem. A apropriação implica na existência objetiva das forças produtivas, como algo externo e diferente do seu criador e das formas naturais.

A ação humana criativa sobre a natureza acompanha momentos importantes que vão desde o que Lukács chama de prévia-ideação, processo em que ocorre a idealização do objeto na consciência, onde o resultado final pode ser contemplado antes de ser elaborado. Ainda que de modo abstrato, a prévia-ideação possui um papel fundamental na determinação material dos atos sociais.

O objeto criado possui uma forma distinta do sujeito que o criou, condição que sinaliza um outro fundamento ontológico do ser social, a objetivação, processo por meio do qual ocorre a impressão da atividade física e mental do ser humano no produto de sua atividade, logo aquilo que foi construído na consciência de caráter teleológico, assume forma material e apresenta uma nova objetividade. O objeto criado possui um significado socialmente estabelecido e está ligado a uma prática social. Duarte (2004, p.50) resume que “o processo de

objetivação é, portanto, o processo de produção e reprodução da cultura humana (cultura material e não-material), produção e reprodução da vida em sociedade”.

Além da objetivação, outro elemento emerge de modo simultâneo, na medida em que o humano transforma a ideia em objeto e se diferencia dele, a exteriorização. Por meio dela, o indivíduo adquire novos conhecimentos e habilidades, logo, não só a natureza se transformou e se tornou algo novo, mas a subjetividade do sujeito também passou por transformações na medida em que agora detém de habilidades que não possuía anteriormente e realiza coisas antes não realizadas. Processos de objetivação e exteriorização concedem existência ao ser social e transformam o mundo a partir de finalidades previamente postas na consciência.

Nesse ponto, emerge a práxis humana, a qual Konder (1992, p.115) explica que “é a atividade concreta pela qual os sujeitos humanos se afirmam no mundo, modificando a realidade objetiva e, para poderem alterá-la, transformando-se a si mesmos”. Esta concepção também inclui as atividades comunicativas nas relações sociais, a qual possibilita a transformação de si e de seus semelhantes.

Nesta compreensão, Vigotski (1999) complementa que por meio do outro, podemos nos converter em nós, nesse processo se destaca a centralidade da dimensão social na constituição do sujeito, com ênfase nas relações sociais. Assim, não há uma oposição entre o social e o individual, na verdade a vida humana é uma atividade social. Ainda que as ações do sujeito se estabeleçam de modo individual, o material empregado, os objetos utilizados e o resultado da atividade se configurará e se configura como um produto social dependente das objetivações sociais que se acumularam historicamente, assim, entendemos que o indivíduo é um ser social, pois tudo o que ele produz se encontra fora dele e ele possui os recursos essenciais para a humanização das próximas gerações (Gontijo, 2001).

Todo ato de trabalho se torna possível através de um conhecimento do real já obtido e no processo de transformação, o indivíduo questiona e amplia esse conhecimento. Por meio disso, identifica-se que a atividade consciente e transformativa do humano sobre o mundo, por meio do trabalho, promove o desenvolvimento de funções psíquicas superiores do indivíduo.

Na Psicologia, Vigotski amplia a investigação do fenômeno psicológico, da vida consciente do humano ao incorporar em seus estudos a vida social e a existência objetiva, histórica e social do ser humano, Marx em seus escritos já destacava a relação intrínseca entre a atividade consciente e a atividade prática dos homens. Entretanto, é válido ressaltar que compreender a constituição do sujeito e o desenvolvimento das formas superiores do psiquismo a partir das formas de vida socialmente constituídas, não implica afirmar que o indivíduo é fruto da sua realidade e possui um papel de passividade diante dela, pois o mundo

real vivenciado pelo sujeito é um mundo que sofreu a ação humana e se constituiu por meio da ação humana no processo de transformação da natureza e assim, ele se modifica e modifica o meio ao seu redor.

Nesse ponto, evidencia-se que a consciência não é um passivo do mundo material, ela emerge nas relações sociais e materiais no mundo social, como produção dos meios de vida, por meio disso, a consciência se efetiva não apenas no ato de pensar, como tratam perspectivas teóricas individualizantes, mas ao atuar com as condições postas na natureza e nas relações sociais, ela se manifesta como ato que proporcionará as condições da atividade subjetiva (Oliveira, 2008). Por meio disso, a dimensão psicológica do sujeito possui também como ponto de partida as relações sociais.

Embora a consciência seja sempre do sujeito e não exista fora dele, ela se desenvolve e se exterioriza em objetos distintos do indivíduo, o que indica que as formas de consciência se voltam para fora. Oliveira (2008, p.98) afirma que “o indivíduo se torna consciente através de suas relações objetivas, na criação e fruição de objetos correspondentes a seu gênero humano”.

A dimensão material e concreta da consciência possui fundamentos no trabalho, e por conta disso, mantém uma relação ontológica com o sujeito, diferente da consciência animal, a qual é dependente de funções fisiológicas e biológicas. Nesta linha, compreendemos que a atividade humana está intimamente relacionada à consciência, que por sua vez, aparece com o trabalho, cuja ação concreta, tem um caráter consciente, a qual permite o processo de hominização e diferenciação da atividade animal e esse processo dialético produz a história humana.

A relação dialética entre a atividade e a consciência é o que chamamos de *práxis* humana (Furtado & Svartman, 2009). Essa relação produz relações de sociabilidade e de cultura, ao produzir modos de sobrevivência e criação social de necessidades, o homem toma posse dos objetos naturais e os transforma em algo que possua um valor de uso, nesse processo ele cria maneiras de compreensão da natureza e de si mesmo, assim, ele consegue se apropriar de sua própria história.

Em razão disso Furtado e Svartman (2009, p.84) destacam que “o mundo resultante do trabalho humano já não é um mundo meramente natural, mas é um mundo social e histórico, repleto de sentidos e significados construídos nos atos coletivos de produção”

Em razão disso, torna-se inconcebível visualizar o ser social com características de estabilidade e uniformidade, o indivíduo necessita ser compreendido enquanto ser em movimento na construção e interação com o meio social, relações sociais e trabalho.

Neste caminho teórico, entende-se que as relações do indivíduo com a humanidade, a natureza e a vida material são mediadas pela consciência e pela sociedade. Ao criar objetos, o indivíduo parte de finalidades socialmente construídas e assume uma série de consequências e produz relações causais no mundo social, as quais podem criar novas necessidades e possibilidades, sendo assim, o ato transformativo desencadeia novos nexos e relações, assim, sujeito e objeto estão ao dispor de causalidades naturais, as quais podem não ser previstas inicialmente e exercem influência no produto final do trabalho humano. Para Lukács (2013), na relação entre teleologia e causalidade está a essência do trabalho.

A complexificação das relações e a materialidade social vai assumindo uma objetividade própria na vida social, a articulação do indivíduo com a natureza começa a ser mediada por atos e pôres teleológicos de outros indivíduos e permeada por condições causais e naturais, situação também denominada por Lukács de espontânea teleologia da vida cotidiana.

Essa objetividade construída socialmente possui uma forma externa e independente do indivíduo e surge como uma “segunda natureza”, segundo Lessa (2012). A partir daí, o humano inicia o processo de apropriação da história e emerge como produtor dela, principalmente no que tange às formações econômicas e sociais, por meio das quais o indivíduo passa a controlar a produção humana e a constituição da cultura, alterando formas naturais. Nisto, o sujeito começa a sofrer impactos externos e arbitrários, como em sociedades capitalistas, processos de crise econômica, urbanização e desigualdade social.

É importante compreender que a historicidade das formações econômicas produzidas pela humanidade, também produz sujeitos, ideologias, crenças, valores. Assim, visualiza-se que a centralidade do trabalho na constituição do sujeito dá origem a complexos sociais que só são possíveis por meio do trabalho e para além dele (Lessa, 2012).

Na medida em que ocorre o desenvolvimento da sociabilidade, surgem necessidades que não podem ser atendidas apenas com o trabalho em si, assim, inicia-se a produção de uma série de outros complexos sociais, como a moral, a ética, a religião, a ideologia, a arte, as quais são forjadas nesta mediação e troca do ser social com a natureza, mas que podem ser criados para além do trabalho.

Nisso, está a reviravolta que Marx produziu na filosofia da época, saindo do plano do espírito e compreendendo que a autoprodução humana se dá por meio do trabalho, nesse sentido, Lukács afirma que se “concebe a substancialidade do mundo dos homens como resultado exclusivo da ação dos homens, enquanto indivíduos e enquanto gênero humano”. (Lessa, 2002, p.65). E a ação do homem na produção da história, possui um caráter

consciente, assim, a consciência possui um papel ativo no processo de gênese e reprodução do ser social.

A cada novo objeto criado pelo sujeito são criadas novas relações sociais, altera-se o existente e se assume uma dimensão genérica que passa a compor uma totalidade social sofrendo influências. Essa novidade no mundo social trazida pelo objeto, representa a diferenciação entre o homem e a natureza. Luckács (2013) pontua que pelo trabalho, os homens criam um ambiente e fazem história, história feita de atos humanos independente das leis naturais, a isso o autor chama de fundamento ontológico do ser social.

Partindo desse entendimento, Lessa (2012, p.68) resume o pensamento de Luckács:

(...) para Lukács, nossas vidas são crescentemente determinadas socialmente. As determinações naturais, os processos naturais não determinam o conteúdo e o sentido da história humana. O devir humano dos homens se consubstancia na constituição, historicamente determinada, de um gênero humano cada vez mais socialmente articulado e portador de uma consciência crescentemente genérica. E o impulso detonador desse processo é a tendência à generalização inerente ao trabalho: por isso o trabalho é a categoria fundante do ser social

Diante disso, acompanha-se que a constituição do ser social se articula com o desenvolvimento das três esferas ontológicas sem perder a unitariedade do ser, desse modo o ser expressa um caráter de complexo dos complexos, compondo a totalidade do ser e permitindo a reprodução social no mundo dos homens (Lessa, 2012).

1.2 Consciência e trabalho

Ainda, nesse caminho, destacamos outros elementos que acompanham a constituição do sujeito. Por meio da Psicologia Sócio-Histórica consideramos o homem como um ser ativo histórico e social, logo, essa é sua condição humana e a partir dela se formam modos de pensar, agir, e sentir, ou seja, sua consciência é constituída. Ao caracterizarmos o sujeito como ativo na realidade social e na história, discorre-se sobre sua ação criativa na transformação da realidade (Aguiar, 2000).

O indivíduo produz sua vida na relação com o trabalho e com a natureza, atendendo suas necessidades, inventando outras e nesse processo ele mobiliza ferramentas, habilidades e conhecimentos dentro das possibilidades que cada período histórico lhe concede. Vigotski

(1999) ressaltou a gênese social da consciência, nessa perspectiva, o sujeito não é resultado apenas de processos internos, nem um mero reflexo passivo do meio em que vive.

Por meio disso, a realidade objetiva deve ser apreendida em seu caráter subjetivo, objetividade e subjetividade se processam por meio de uma relação de mediação, pois a existência de um se dá apenas através do outro, sem perder seus elementos particulares. Assim, se é a ação sobre a realidade que fomenta as possibilidades de elaboração da atividade interna do sujeito, logo, destaca-se que a atividade individual é determinada pela organização da sociedade para o trabalho. Este compreendido como a ação da transformação da natureza na produção da vida humana, como já explicitado.

Tratando do trabalho como caráter de objetivação, entendemos que o trabalho se apresenta para o indivíduo como atividade livre, no entanto em cada modelo de sociabilidade e configurações materiais e históricas, o trabalho pode assumir outras características marcadas por relações de exploração. Desse modo, ainda que em seu sentido ontológico, o trabalho expressa espontânea criação e fundamento para a liberdade, no modo de produção capitalista ele agrega um caráter alienado, possibilitando modos de consciência permeados pelo ocultamento da realidade.

As relações de produção no modo de acumulação capitalista promovem uma relação estranhada do homem com o objeto produzido, uma relação estranhada do homem com sua própria atividade produtiva e uma relação estranhada do homem com seu próprio ser genérico. Na primeira relação, o trabalhador estabelece essa relação estranhada com os objetos de seu trabalho, máquinas, instrumentos, ferramentas e com as determinações e objetivações do seu trabalho, o qual pertence a outro, o proprietário dos meios de produção. Com isso, o sujeito recebe o trabalho em condição de passividade, algo externo a ele, que não o pertence, aonde não há espaço para a autonomia, atividade consciente e criatividade, condições que ferem a atividade humana e produzem sua negação (Furtado & Svartman, 2009).

A relação estranhada do homem com sua própria atividade produtiva envolve o ato de produção, no interior da atividade produtiva, ou seja, o resultado do seu trabalho, o qual é destituído de características potentes e benéficas para o desenvolvimento do ser social. O indivíduo dispõe de uma energia física e espiritual que mortifica sua *psiqué* e seu espírito, a essência do indivíduo é anulada no trabalho, o trabalhador sente-se fora de si quando no trabalho, o utiliza para satisfazer necessidades fora dele mesmo, ocorrendo a exteriorização. Essa relação possui importantes elementos psicossociais que nos levam a pensar no modo

como as condições sociais do trabalho são dadas para o trabalhador e as possibilidades de desenvolvimento de uma energia física e espiritual livre (Furtado & Svartman, 2009).

A terceira relação, a do homem com seu próprio ser genérico permeia o modo como o trabalho pode colocar o sujeito em situação de estranhamento com o próprio gênero humano, tornando-o isolado e estranhado do mundo e do outro. A compreensão caminha na medida em que a atividade que o sujeito realiza permite ao homem se reconhecer no mundo e se contemplar, se envolver em atividades sociais que promovem a transformação e apropriação do mundo, esse modo de atividade produz sentidos compartilhados. Em contrapartida, a atividade no modo de produção capitalista é destituída de sentido produtivo, o trabalho não pertence ao trabalhador, não está sob seu controle, assim, o trabalho se torna meio de vida.

As relações de produção foram se complexificando na sociedade capitalista, o trabalho tem se tornado cada vez mais fragmentado e precário, e com isso, mais danoso em seus aspectos psicossociais, materiais e espirituais. Nesse contexto, a consciência possui um papel muito importante na constituição do psiquismo humano e no processo de trabalho.

Toassa (2006) destaca três elementos importantes para a compreensão da consciência. O primeiro é compreendido como um processo e seu produto, assim, a descrição utilizada é *tomada de consciência* em relação ao meio, a si próprio e às vivências subjetivas. O segundo surge como atributo, em que Vigotskyi começa atribuir funções e conteúdos psíquicos associados ao termo consciente, como: concepção consciente, memória consciente, ato consciente, ou estado de compreensão da realidade externa ou vivencial, o autor também utiliza a ideia de estado psíquico e em um terceiro momento, se utiliza do termo *sistema psicológico* em relação ao meio e consigo mesmo. Esse tipo de mecanismo provoca vários níveis de tomada de consciência integrando novos e antigos sistemas de conduta.

O sistema psicológico expressa o que Vigotski chama de funções superiores, o qual pode ser definido por meio da articulação da tomada de consciência e compreensão da realidade externa e de si mesmo. Assim, ao mesmo tempo em que a consciência é receptora das informações do mundo, ela também é resultado da articulação com o sistema nervoso, na identificação de sensações, volições, e denominação de emoções e sentimentos que constituem o ser humano com capacidades de construir significados e cultura.

Carvalho et al (2010) explicam que a formação da consciência constitui a subjetividade por meio de condições de intersubjetividade, as quais são possíveis através da mediação simbólica, para isso a linguagem assume uma função principal na formação do sujeito. Desse modo, entende-se que a consciência é constituída por signos e se expressa por meio da linguagem, desse modo, a linguagem é o instrumento da consciência e sua forma de

mediação com o mundo e com as pessoas. A partir disso, afirma-se o caráter social e mediado da consciência, bem como a importância dos signos para seu desenvolvimento, assim, as transformações da consciência vão se dando por meio de motivações mediadas por emoções, sentidos, significados que vão conduzindo as ações humanas.

Nesse sentido, a transformação da realidade caminha na medida em que o sujeito se objetiva e transforma a realidade e transforma a si mesmo. As relações que o sujeito estabelece com o meio são mediadas pela cultura, valores de um determinado momento social e histórico, portanto, a consciência vai operar como um filtro do mundo, possibilitando a atuação do sujeito.

É válido ressaltar que quando Vigotski fala de linguagem, não se refere à palavra em si, mas as generalizações formuladas por meio dos significados. Ao tratar da linguagem, Vigotski reafirma a dimensão simbólica e comunicativa da atividade humana e como integrantes da realidade material e da prática humana (Aguiar, 2000). Assim, o autor faz uma diferenciação entre pensamento, fala e consciência, Furtado e Svartman (2009, p.76,77) retomam isso:

A consciência é a conceituação mediata e imediata do mundo e das pessoas, e o pensamento é a expressão do mundo interno (incluindo a consciência do mundo em geral, já que se trata de processo complexo), considerando afetos e emoções, considerando a produção mental que reúne memória, percepção, motivos, necessidades e que é maior do que se pode expressar por meio da fala.

Por meio disso, entende-se que o pensamento depende da palavra e da consciência, em razão de sua capacidade de associação e generalização da linguagem, que é o campo dos significados. Assim, o pensamento se articula com a consciência através do campo de significados sociais e culturais, ao mesmo tempo em que a consciência se relaciona ao pensamento e a produção de sentido. Aguiar (2000, p.132) complementa que:

a linguagem é, portanto, instrumento fundamental no processo de mediação das relações sociais, por meio do qual o homem se individualiza, humaniza-se, apreende e materializa o mundo das significações que é construído no processo social e histórico.

Compreende-se que não há pensamento sem significado e consciência sem sentido, ambos promovem o trabalho psíquico, que associado com a atividade humana sobre a realidade, compõe a base material do processo psíquico.

Por meio disso, entende-se que consciência e atividade são categorias fundamentais para compreender o psiquismo humano e possuem base na materialidade concreta, assim, emoções, afetos, pensamento são expressões materiais da leitura do ser social das relações sociais e afecções vivenciadas no mundo real. A atividade é um processo social mediado, sem a atividade não há compreensão do mundo, abstração intelectual ou expressão de emoções, assim, a atividade depende do modo como os seres humanos passaram a transformar a natureza, ou seja, o trabalho humano (Furtado & Svartman, 2009).

Assim, a consciência é resultado dos instrumentos construídos pela cultura e quando internalizados, transformam-se em elementos internos e subjetivos, expressão da relação do indivíduo consigo mesmo (Aguiar, 2000). A dialética da relação do sujeito com a natureza através da atividade consciente produz formas de sociabilidade e cultura. Em seu processo de reprodução social e construção do mundo, criam-se potencialidades e modos de relações sociais, o sujeito cria formas de compreensão da natureza e de si mesmo (Furtado & Svartman, 2009).

No trabalho humano, inicia-se a diferenciação de uma consciência representativa e intuitiva, pois é o trabalho que exige isso, na medida em que o sujeito reflete o real tal como é. Essa distinção só pode ser possível por meio da consciência, essa operação necessita da conceituação do objeto (Maceno, 2017).

Importante destacar que embora a consciência seja do indivíduo e não exista fora dele, sua forma de desenvolvimento e expressão se dá através das relações objetivas, voltando-se para a realidade externa. E neste ponto, a linguagem possui um papel essencial, pois é por meio dela que a consciência assume existência objetiva nas relações sociais (Oliveira, 2008).

A consciência vai atuar como referência de significados históricos, culturais, sociais forjados pelas relações de classes e construídos nas vivências da realidade concreta do indivíduo. Por sua vez, a consciência também é elemento constituinte do indivíduo como ser social, o qual é resultante dos processos sociais e coletivos, como revela Lukács (2013). Do mesmo modo, também há a consciência social, a qual expressa uma construção coletiva dentro de um campo de significados de um povo, uma cultura ou classe. Nessa compreensão, a subjetividade individual é produzida no espaço social, o qual é constituído historicamente, assim, a origem de toda a subjetividade está nos espaços que são formados por uma subjetividade que antecede o sujeito psicológico concreto, a qual aparece em um dado momento social na História (Rey, 2003)

Considerando isso, é possível visualizar que a consciência surge como um fenômeno duplo, o primeiro como constituinte da subjetividade individual e recurso do sujeito para se

relacionar com o mundo e consigo, e o segundo, o caráter social, o qual está inscrito em uma subjetividade social anterior a ele, que o permite se relacionar com o coletivo em um determinado momento histórico. Dessa forma, os processos de subjetivação estão relacionados aos modelos dominantes da subjetividade social, constituídos pelas lutas de classe, interesses de grupos e nas formas concretas de vida social, nas relações de produção.

Entretanto, é válido relembrar que “os homens fazem a sua própria história; contudo, não a fazem de livre e espontânea vontade, pois não são eles que escolhem as circunstâncias sob as quais ela é feita, mas estas lhes foram transmitidas assim como se encontram.” (Marx, 2011c, p.25). Essa é uma perspectiva de análise das transformações coletivas na sociedade e as condições históricas que lhes concedem as ferramentas e contexto de ação. Também, evidencia-se neste trecho a dimensão subjetiva das transformações sociais em interação com a vida material.

Nesse caminho, a subjetividade não é tomada como uma entidade autônoma, mas ela é determinada social e historicamente, sofrendo as pressões e limites da práxis social, assim, ela deve ser incorporada na análise da vida material em um plano ampliado que requer o entendimento da totalidade social e do modo de produção, por isso, Marx discorre:

o modo de produção da vida material condiciona o desenvolvimento da vida social, política e intelectual em geral. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; é o seu ser social que, inversamente, determina a sua consciência. (Marx, 1989, p.47)

Essa compreensão supera a perspectiva de que a vida do sujeito é consequência de suas ideias e ações, mas pensa-se na visão de indivíduo concreto, ativo mediado pelo social, determinado social e historicamente e seu entendimento perpassa a análise de suas relações e vínculos (Aguilar, 2000). Ao mesmo tempo, distancia-se de concepções de indivíduo como reflexo da realidade social.

Ao falar do modo de produção, Marx não está postulando apenas aspectos econômicos, pois esta categoria possui características de maior amplitude, como o sujeito vivo que faz a história, moral, ética, religião. Assim, pensar a consciência como determinada pelo ser social implica afirmar que a natureza do ser social são as relações sociais e o modo como ele apreende a realidade e sua ação sobre o meio é condicionada pelos limites impostos pelas determinações da base material da sociedade que o antecede, essa condição torna a consciência histórica e social. Por meio disso, compreende-se que a consciência se transforma ao longo dos tempos.

O caráter dinâmico da consciência possibilita que as relações de produção e o período histórico exerçam efeito diretamente em sua elaboração, nessa compreensão, emerge também um caráter transformativo das formas de consciência ao longo da história humana.

Nesse interím, o momento histórico-social interfere ativamente na constituição da consciência, Furtado e Svartman (2009, p.81) pontuam que “se a relação de produção é dinâmica, como ocorre no capitalismo tardio com a pressão e rapidez das comunicações e da exigência compulsiva do consumo, a consciência será afetada.”

No molde capitalista de produção o aumento da produtividade se dá às custas do trabalhador, a produção se desenvolve na medida em que se aumenta o controle sobre os produtores e a exploração, com isso, o homem é fragmentado, destituindo o sentido e interesse pelo trabalho, promovendo processos de alienação de seu potencial intelectual (Meszáros, 2006). A crítica em torno desse modo de produção se dá não apenas em razão de fatores econômicos, mas pela criação de uma forma de vida social que dilacera as necessidades e possibilidades humanas de existência.

As relações sociais se invertem, estabelecendo-se relações entre indivíduos e coisas, revelam sujeitos estranhos uns aos outros e alienados de sua existência social. Com isso, a consciência do ser social se produz de modo atomizado, mesquinho, ausente de capacidade de apreender as forças sociais e coletivas, acentuando a individualidade (Furtado & Svartman, 2009).

A constituição do sujeito sob tais condições forma um sujeito abstrato que não se reconhece como ser social produzido historicamente em função de pressões objetivas, assim, ele é exilado de sua história (Furtado & Svartman, 2009). A fim de superar estas contradições, a superação do modo capitalista de produção em que os indivíduos são mercadorias e instrumentos de produção, faz-se necessário que o desenvolvimento das forças produtivas, na dialética sujeito e natureza, se processe de modo a atender as necessidades humanas e não de acumulação do capital.

Partindo da compreensão da realidade fenomênica da sociedade capitalista contemporânea como a vemos se desenvolver no presente período contemplamos apenas sua aparência imediata e empírica, mas a partir do método marxista, entende-se que é preciso investigar a essência de nosso objeto de estudo, qual seja, sua estrutura e dinâmica. Para atingir esse objetivo, caminharemos ao longo da história do gênero humano a fim de traçar uma linha de compreensão da sociedade capitalista como temos hoje, na interface de suas causalidades e questões sociais contemporâneas.

As formações sociais e econômicas da sociedade compõem uma totalidade, um organismo complexo, formadas pelas instituições sociais e políticas, cultura. E para investigar fenômenos sociais como capitalismo, migrações, gênero e trabalho, na perspectiva marxista, faz-se necessário analisar a vida social em seu processo de socialização na história.

Nesse trajeto, inicia-se no próximo ponto as discussões acerca da gênese da sociedade capitalista, trabalho e divisão sociossexual do trabalho, damos ênfase ao verbo “iniciar”, pois o aprofundamento e discussão dessas categorias acompanhará todo o percurso do texto, a cada momento nos aproximaremos um pouco da temática, a partir de diversos pontos de debate e momentos na história e na atualidade, a fim de descobrir a lógica, estrutura e dinâmica de nosso objeto estudo, trabalho e consciência de mulheres migrantes e refugiadas. Para isso, importa investigar o estabelecimento de relações histórico-causais da realidade, “a gênese, o desenvolvimento e as condições de crise da sociedade burguesa, fundada no modo de produção capitalista” (Netto, 2011, p.17).

2. REPRODUÇÃO, CAPITALISMO E MIGRAÇÕES CONTEMPORÂNEAS

2.1 Panorama histórico da reprodução do capital e relações de gênero

A reprodução social da vida tem como ponto de partida o trabalho humano (Lessa, 2012), os fenômenos sociais de modo imediato ou mediato, trazem consigo o trabalho e suas consequências ontológicas e enquanto categoria, o trabalho assume existência dentro de um complexo social processual que se reproduz processualmente (Lukács, 2013). Embora o processo de reprodução tenha como base o trabalho, não se reduz a ele, pois esta categoria contempla outros complexos que dela se originam (Lima, 2009)

A concepção de Lukács entende o ser social como um complexo de complexos com características históricas e dinâmicas que:

Só existe na sua ininterrupta reprodução, a sua substância enquanto ser está sempre em transformação e consiste precisamente nisto: a mudança incessante no curso da reprodução produz continuamente os traços substanciais específicos do ser social, numa escala quantitativa e qualitativa cada vez mais ampla (Lukács, 2013 p.147)

Ao falar de complexos de complexos falamos de relações, cuja base está em uma categoria ou complexo da categoria de prioridade ontológica, o que implica afirmar que uma categoria pode existir sem a segunda, mas o contrário não é possível, qual é o caso da esfera orgânica, em que a prioridade ontológica é outorgada à base biológica em relação ao ser social (Lima, 2009).

Mas, as interações que interessam para a formação de um complexo ou categoria são aquelas que provocam a processualidade. Por meio disso, compreende-se que o movimento é uma característica que compõe o ser social e mobiliza os complexos relacionados ao indivíduo. Assim, na constituição do sujeito, a dimensão social assume prioridade ontológica frente às forças naturais, esse momento representa o processo de recuo dos limites naturais, em que o ser social se torna cada vez mais social.

O trabalho emerge como a categoria que impulsiona o desenvolvimento do indivíduo, gerando uma nova esfera do ser, a qual carrega em si a vida biológica, porém, a reprodução social possui o potencial de alterar sua forma e conteúdo. Para elucidar esta questão, Marx (2011b, p.65,66) explica que “a fome é a fome, mas a fome que se satisfaz com carne cozida, comida com garfo e faca, é uma fome diferente daquela que devora carne crua, se ajudando com as mãos, unhas e dentes”

Neste sentido, destacamos que a reprodução é um processo que abrange dois pontos imprescindíveis, individuação e sociabilidade, que se processam através de mudanças internas

e externas. A sociabilidade, resultado da complexificação do ser social e do desenvolvimento das bases econômicas e sociais (Lima, 2009), por sua vez, vai abranger complexos que remontam a reprodução dentro do complexo da consciência humana que pensa e produz sobre a natureza com uma finalidade teleológica.

A teleologia é uma categoria do trabalho que aparece em todos os seus processos, mas que está presente especificamente no ser social e tem o potencial de dirigir a história humana (Rangel, 2016), assim, o trabalho é o momento predominante, que realiza como já afirmado, o salto ontológico, isso se dá pelo trabalho carregar em si o potencial de tornar sociais todas as relações que se dão na sociabilidade humana. Essa condição, somada à presença da consciência, torna o trabalho um complexo social que possui a capacidade de autorreprodução.

Por meio disso, entende-se que o indivíduo não encontra na natureza as condições para sua reprodução, logo, ele as cria por meio da práxis social (Lukács, 2013). Assim, o envolvimento entre trabalho e consciência promovem o desenvolvimento simultâneo de suas complexificações, em que uma afeta a outra (Lima, 2009), o que incidirá na totalidade social.

Também outro complexo é a linguagem, a qual é originária no trabalho e contém em si a capacidade de introduzir o novo e em sua processualidade proporciona uma ruptura com a base natural (Lima, 2009). Apesar de se originar no trabalho, o desenvolvimento da linguagem irá colocá-la em uma posição essencial para o atendimento das necessidades que surgirem por meio do trabalho. Ela vai se relacionar às posições teleológicas primárias e secundárias, promovendo a comunicação e cooperação entre os indivíduos, estando assim na base da divisão do trabalho. A linguagem denomina objetos, opera a abstração da atividade imediata e se destaca na reprodução da cultura, por meio da possibilidade de fixar o conhecimento e transmiti-lo. Desse modo, verifica-se que a linguagem vai acrescentar complexidade à categoria trabalho e vice-versa, no sentido de torná-la mais rica e superior (Lima, 2009).

Associada à consciência, a linguagem para Lima (2009, p.70) vai se tornar "não apenas no material por meio do qual a consciência se constituiu, mas no instrumento para sua transformação".

A história do ser social perpassa formações sociais complexas e abrangentes. A atualidade expressa uma integração mundial à nível de humanidade, o que leva a existência de cada indivíduo se relacionar ao percurso da humanidade. A vida de cada ser humano passa a ser mais dependente de outros seres humanos, Lessa (2012, p.66) resume essa condição e destaca que:

nos dias de hoje, o que ocorre em cada parte do mundo diz respeito à todas as pessoas: nossas vidas individuais estão tão articuladas com a do gênero humano que a trajetória deste último determina, em larga escala, o destino de cada indivíduo.

A complexificação das relações sociais expressa um movimento de complexificação das posições teleológicas manifestas pelo indivíduo, nesse processo emergem complexos sociais específicos, Lessa (2012, p.55) explica que eles possuem “a função de regular a práxis social de modo a tornar possível (“operativa”) a reprodução da sociedade”. Com o objetivo de assegurar a reprodução social, o grupo social passa a criar normas e comportamentos e modos de se relacionar com os outros, dessa forma, surge a crescente necessidade de um conjunto de ideias, valores sobre a vida e o mundo, que garanta um ordenamento, uma lógica em cada sociedade.

Em cada momento histórico as ideias cumprem uma função social e atendem necessidades, a estas ideias, Lukács chama de ideologia. Com o surgimento da sociedade de classes, a ideologia passa a ser uma forma de luta e poder nos conflitos e grupos sociais.

O desenvolvimento do gênero humano ao longo da história tem se dado de modo contraditório, mobilizado pela luta de classes, conflito entre o desenvolvimento das forças produtivas e as relações sociais de produção. Para Lukács (2013) o fundamento ontológico das mudanças, com tendências desiguais, reside no fato de o trabalho orientado de modo teleológico e consciente, carregar consigo a possibilidade de produzir mais que o necessário para a reprodução da vida, nessa habilidade se encontra os primórdios da prática social da escravidão, em que capturar o inimigo ou matar eram as alternativas.

A complexificação da atividade humana com o trabalho pressupõe a criação e uso de ferramentas e capacidade de lidar com as forças da natureza, o que faz emergir na história o que Lukács (2013) chama de pontos nodais, os quais possuem o potencial de provocar mudanças qualitativas na estrutura e dinâmica da sociedade e nessa dinâmica os objetos são transformados de seu material primário com a finalidade de atender necessidades sociais.

Engels (2002) traz em sua obra “A origem da família, da propriedade privada e do Estado” uma concepção materialista histórica da constituição das sociedades primitivas. Apoiado nos estudos antropológicos de Morgan, Engels coloca que a produção e reprodução da vida está relacionada aos meios de existência, ao nível de desenvolvimento do trabalho e à família.

O desenvolvimento da humanidade acompanha a ampliação dos meios de vida, assim Engels apresenta, estágios pré-histórico de formação da cultura, quais são, Estado Selvagem,

em que ocorre o período de apropriação da natureza pelo indivíduo, Barbárie, momento em que surge a criação de gado e se inicia o aprimoramento da produção e o terceiro, Civilização, na qual aparece a fundição de ferro, invenção da escrita e maior complexidade da relação do sujeito com a natureza (Engels, 2002).

Também, são descritos estágios pré-históricos que correspondem a três modelos de família, Família Consanguínea, em que os grupos conjugais eram classificados por gerações, nesse modo, todos os avós e avôs são maridos e mulheres entre si, o mesmo se dá com os filhos, irmãos e irmãs que se relacionam sexualmente, logo, predominava-se a reprodução através de relações mútuas e endógenas.

Em um momento posterior, aparece a Família Panaluana, fase que se iniciam as limitações nas relações conjugais entre familiares, inicialmente entre irmãos e irmãs, também são criadas outras denominações, quais são os sobrinhos, primos, o que leva ao surgimento de matrimônios por grupos e a círculos fechados de parentes consanguíneos, mas que não podem se casar entre si (Engels, 2002).

No avançar das relações, aumentam-se as limitações, com a Família Sindiásmica, surge o matrimônio entre casais, entretanto, a poligamia e a infidelidade eram estabelecidas como um direito do homem em contraste com exigências de fidelidade da mulher, ainda nesse período a linhagem feminina era considerada, garantindo o direito materno (Engels, 2002).

Foi esse estágio que permitiu o desenvolvimento da Família Monogâmica, período que concedeu uma reviravolta nas relações conjugais, com maiores exigências à mulher, no que tange à castidade e fidelidade. Na história, a monogamia representa formas de escravização da mulher pelo homem, Engels vai dizer que:

(...) A família moderna contém em germe, não apenas a escravidão (*servitus*) como também a servidão, pois, desde o começo, está relacionada com os serviços da agricultura. Encerra *em miniatura*, todos os antagonismos que se desenvolvem mais adiante, na sociedade e em seu Estado (Engels, 2002, p. 62).

Essa configuração social e familiar vai demonstrar que a primeira divisão do trabalho se deu entre homem e mulher, o autor resgatou contextos que revelam que no período primitivo, a terra pertencia a todos os membros do clã, o desempenho das forças femininas e masculinas se operava de forma igualitária, o homem caçava e a mulher cuidava do lar, porém, as atividades que ela desempenhava no lar, representavam um trabalho produtivo,

como a fabricação de vasilhames, tecelagem, jardinagem, assim, as atividades da mulher eram de grande importância para a sobrevivência do clã.

Em contrapartida, ainda que determinados estudos apontem que nesse dado momento histórico, a mulher possuía uma maior valorização e autoridade, Engels afirma que a filosofia do século XVIII é responsável por transmitir a ideia absurda de que na origem da sociedade a mulher foi escrava do homem e conclui que “entre todos os selvagens e em todas as tribos que se encontram nas fases inferior, média e até (em parte) superior da barbárie, a mulher não só é livre como, também, muito considerada.” (Engels, 2002 p. 51). Decorre que a história das mulheres possui poucos registros, há muito a ser explorado, em virtude disso, visualiza-se a importância política e social de investigar as vivências das mulheres na história e na atualidade.

Com a descoberta dos metais e o trabalho de desbravar florestas, surgiu a necessidade de o homem possuir escravos, em razão do valor gerado pelo trabalho humano, iniciando um sistema de produção de caráter escravista. A criação de gado e o cultivo de alimentos tornou a terra valiosa e disputada e com isso, ela foi deixando de ser coletiva e passou a ser de domínio privado.

Esse movimento expressa um desequilíbrio das forças produtivas, surgindo a propriedade privada, o homem como senhor dos escravos, senhor da terra, e proprietário da mulher. As atividades femininas se restringiram aos trabalhos domésticos e esferas de cuidado. Assim, atribuía-se maior valor às atividades desempenhadas pelo homem em relação ao trabalho exercido pela mulher no lar, pois o trabalho dos escravos gerava mais valor que o trabalho da mulher, assim, seu trabalho passou a ser considerado de menor importância econômica para o clã.

A constituição histórica da divisão do trabalho demonstra que o “o poder é macho, branco e, de preferência heterossexual” (Saffioti, 1987) e ainda que a divisão em sua forma original tem como base a diferenciação biológica dos sujeitos. Ao agir sobre o meio, o indivíduo produz categorias cada vez mais sociais e distantes das determinações naturais, a inferiorização do gênero é um fator que possui bases sociais, materiais e culturais. Por meio disso, a mulher vai assumindo posições com base na importância das funções que realiza e não com base em suas características biológicas.

Essa questão denuncia a naturalização de atribuições sociais fundadas em diferenças sexuais de ordem biológica, com isso, o corpo feminino é concebido como frágil, as mulheres são ensinadas a desenvolver comportamentos dóceis, cordiais, em contraponto, os homens são estimulados a desenvolver comportamentos agressivos, também seu corpo é concebido como

forte (Saffioti, 2011). Em consequência, papéis sociais, mercado de trabalho, relações conjugais e sociais, começam a se organizar a partir dessas concepções ideológicas de gênero.

As mudanças neste período não pararam por aí, o direito paterno substituiu o direito materno, assim, a propriedade foi passada de pai para filho e não da mulher para o clã, instaurando o direito hereditário paterno. Para Engels, a primeira opressão de classes se deu entre homem e mulher, a monogamia inaugurou a escravidão e apropriação privada das riquezas. Por meio disso, verifica-se que as raízes da monogamia não são naturais, mas econômicas.

Desta maneira, conhecer a história das mulheres leva-nos a compreender a dimensão histórica do patriarcado, a dominação do homem sobre a mulher. Saffioti (2011, p.104) se utiliza de Hartmann para conceituar patriarcado “como um pacto masculino para garantir a opressão de mulheres”. Na lógica patriarcal, as mulheres representam um objeto de satisfação sexual dos homens, reprodutoras de filhos e filhas, que serão herdeiros e força de trabalho, bem como, novas reprodutoras. Nesse sentido, estabelecem-se relações de dominação e exploração, que sintetizam e dão forma a opressão (Saffioti, 2011).

Com o indivíduo se apropriando e exercendo controle sobre a natureza, as atividades produtivas se complexificaram e os produtos do trabalho passaram a ir além do suprimento de necessidades humanas, essa condição abriu possibilidade para a instalação do trabalho excedente. Além disso, a crescente sociabilização do trabalho e a consequente divisão, vai formar uma rede de nexos que assume uma realidade acima da existência humana, chegando a modificá-la (Lima, 2009).

Inauguram-se formas de exploração do trabalho e essa prática passa a ser vantajosa e permite surgir modos de opressão e controle dos trabalhadores. Lessa e Tonet (2012) resgatam que o trabalho de coleta é originário da sociedade primitiva e o trabalho alienado inaugura a divisão da sociedade em classes, uma dominante e a outra dominada.

Para a manutenção das classes sociais, surgiu a necessidade de modelos de controle e aplicação da violência, a fim de manter a classe dominada e produzindo riqueza. Para atingir esse objetivo, a classe dominante cria mecanismos e instituições de controle, o Estado é o que mais se destaca, o qual até os dias de hoje se manifesta como um dispositivo de reprodução da sociedade de classes (Lessa & Tonet, 2012).

Neste momento, se dá também a divisão entre trabalho manual e trabalho intelectual, a classe dominante buscará formas de acumular riquezas através da exploração dos trabalhadores, mas a forma Estado também é necessária, a fim de manter os trabalhadores sob controle, para isso, faz-se necessário ocupar posições sociais que permitam o exercício de

atividades de controle de toda a sociedade, a essas atividades, Marx e Engels (2007) irão chamar de trabalho intelectual, já o trabalho manual irá representar as atividades produtivas que se relacionam à transformação da natureza com a finalidade de gerar riqueza. Esse antagonismo irá demarcar a organização social em classes.

Por meio disso, identifica-se o caráter alienado da divisão social de trabalho, que por sua vez, origina-se da propriedade privada e da exploração do outro. A violência surge como fenômeno emergente e fundamental para a reprodução das classes sociais e se encontra a serviço da propriedade privada, Lessa e Tonet (2012) apontam que matar uma pessoa passou a ser uma atividade de caráter econômico e socialmente valorizada, avolumando-se com as guerras e atravessando todas as relações sociais e a vida cotidiana.

Nota-se como as alterações no trabalho e vida no campo, relacionadas ao modo como o indivíduo utiliza a natureza para extrair os meios de subsistência, conduziram à instauração de mudanças no modo de produção e transformações na configuração da sociedade. A cidade passa a ser um complexo que não tem similaridade com formas de vida anteriores, sem ligação com a natureza, até mesmo um parque, ou um jardim, na cidade se revela como uma estrutura social. Em razão disso, Lukács (2013) explica que a humanidade vai se afastando de sua condição de partida, quando a troca orgânica com a natureza requeria o trabalho de todos os indivíduos.

Nesse caminho, consuma-se a relação da propriedade privada com a divisão social do trabalho, o Estado, família monogâmica e a dimensão histórica da opressão das mulheres. Lessa e Tonet (2012, p.15) explicam que a propriedade privada não significa a posse de um objeto, mas “a relação social pela qual os produtores da riqueza social são expropriados pelas outras classes da sociedade.”

Os autores demarcam que foi com a Revolução Neolítica que apareceu o trabalho alienado, a exploração e a propriedade privada. Nesse processo, estão relacionados: o trabalho escravo que inaugura o modo de produção escravista e o trabalho do servo, inaugura o modo de produção feudal e o trabalho proletário, que constitui o que temos hoje, o modo de produção capitalista.

Entretanto, as transformações de um modelo para outro não se deram de modo repentino, tanto o escravismo como o feudalismo tiveram a violência como meio de controle dos trabalhadores, ancorado em um Estado que concedia liberalidade para tais práticas. Também, a família monogâmica perpassou ambos modelos. As diferenças dos períodos estão nas trocas e uso da natureza.

No escravismo predominou o indivíduo assujeitado na condição de escravo como instrumento de produção e a invenção do exército como um mecanismo de repressão e controle dos escravos para manutenção da produtividade. Porém, esse modo entrou em decadência com a crise do Império Romano, em razão de invasões que promoveram diversas guerras.

O que marcou a fundação do feudalismo foi a emergência no interior do modo escravista de uma nova relação de trabalho, em que o dono da terra ou o Estado realizava o arrendamento da propriedade a um trabalhador. Essa relação se mostrou mais produtiva e sucessivas transformações levaram a uma nova forma de trabalho, em que os trabalhadores ficam com parte da produção, possuem as ferramentas, no entanto, não são donos da terra, mas dela não podiam ser expulsos.

O feudalismo proporcionou uma aceleração no processo de produção em comparação com o período anterior e concomitante gerou um maior desenvolvimento da sociedade, em níveis de crescimento de feudos, defesas militares, formação de vilas, estradas, aprimoramento de técnicas e habilidades com artesanato, cerâmica, ferro. Mas, também, chegou o momento de sua crise, com um aumento da produção acima das necessidades dos feudos, situação que produziu uma melhor alimentação aos servos e seu crescimento numérico, o que posteriormente conduziu a expulsão dos servos excedentes da terra, o que representava a violação de um dever do senhor para com os vassalos.

Como a produção estava além da capacidade de consumo, estes servos expulsos identificaram que havia produtos que poderiam ser trocados entre eles, assim grupos passaram a viver do comércio. Desse modo, Lessa e Tonet (2012, p.22) afirmam que com “o desenvolvimento das trocas foi surgindo uma nova classe social, a burguesia, cujo interesse não mais se relacionava com a utilidade do que ela comprava ou vendia e, sim, com a lucratividade do que comercializava”

Em contraposição, a expulsão dos servos também criou uma massa proletária que pôde ser absorvida pelo trabalho assalariado, enquanto outros em vias de sobreviver passaram a pedir esmolas, realizar furtos, passando a ser reconhecidos como vagabundos, inaugurando condições de pauperismo da população (Gois, 2015).

É válido destacar que a burguesia, enquanto classe social que sobrevive através da lucratividade dos produtos criados por meio do trabalho e não com seu valor de uso, surge em outros momentos e locais, como Grécia, Roma, China, Índia e Japão. Todavia, surge pela primeira vez na história, uma classe de comerciantes em uma sociedade em que tal prática possuía condições para sua generalização. A divisão do trabalho irá permitir a troca de

mercadorias e a relação econômica de valor, o valor de uso é substituído pelo valor de troca e este expressa uma categoria social pura, pois ele surge a partir da relação com o valor do uso, logo os objetos que ganham valor de troca são expressões da natureza transformada pelo trabalho. Por meio disso, nota-se que nas relações econômicas de valor há categorias sociais e naturais (Lima, 2009).

Ainda, no conceito de valor, o objeto só se torna valor de troca a partir da ação humana e assim, ele pode ser difundido na sociedade, o que por sua vez, vai remontar ao tempo de trabalho socialmente necessário para produção, emergindo outra categoria social que é operacionalizada por meio da regulação das relações econômicas entre os homens, alterando a dinâmica de trabalho (Lima, 2009).

Para chegar até este momento se deu todo um processo de destituição do trabalhador de seus meios de produção, restando apenas sua força de trabalho e a impossibilidade de se articular de outro modo, pois os bens de necessidade primária haviam se tornado mercadoria. Esta conformação foi tudo o que a burguesia precisou para sua consolidação e crescimento, podendo comprar a força de trabalho disponível para a produção de mercadorias.

Assim, inaugura-se uma nova relação entre a sociedade e a natureza, o trabalho assalariado:

A transformação da natureza em meios de produção ou de subsistência será obra, agora, de uma nova classe explorada, o proletariado. O novo trabalhador será o proletário. Diferente do escravo e do servo, o proletário é um trabalhador assalariado (Lessa & Tonet, 2012. p.23).

Por meio dessas transformações nas relações de produção, identificamos a gênese do capitalismo e da burguesia, a qual vai se desenvolvendo por meio de processos complexos e longos na história da sociedade, culminando na Revolução Industrial, período em que vemos o capitalismo em uma condição mais sólida e madura. Deste modo, a reprodução social foi sendo marcada pelo contraste entre o proletariado e a burguesia.

No modo de produção capitalista, a atividade é destituída de sentido produtivo, o trabalho não pertence ao trabalhador, não está sob seu controle, assim, ele se torna meio de vida, Furtado e Svartman (2009, p.89) esclarecem:

A organização do trabalho não nos coloca numa relação real e direta com as necessidades humanas, a atividade produtiva não tem o sentido de ser o desenvolvimento e a satisfação de necessidades e potencialidades compartilhadas; antes o trabalho torna-se meio de sobrevivência, e apenas indiretamente, por meio

das relações de compra e venda no mercado, é que qualquer tipo de necessidade pode ser criada e atendida.

Por conseguinte, as relações de produção foram se complexificando na sociedade capitalista, e tem se tornado cada vez mais fragmentadas e precárias, danosas em seus aspectos psicossociais, materiais e espirituais do indivíduo. Nesta compreensão, a face histórica da reprodução social apresenta que as categorias sociais passam a se complexificar em uma rede de nexos que vão constituindo outros modos de vida. Acerca destas transformações, Lukács (2013) vai reforçar que a reprodução social, se dá nas ações dos indivíduos, mas para sua realização, as ações se inserem em complexos relacionais entre os homens e passam a assumir uma dinâmica própria, logo, passam a compor a existência e se reproduzir independente da consciência dos indivíduos. Diante disso, assim como a realidade, o gênero humano exhibe uma categoria histórico-social que se desenvolve de modo desigual e contraditório.

Mediante o exposto, ao passar por diversas etapas e se transformar, o capitalismo traçou um caminho em que o valor de uso da força de trabalho se tornou o fundamento de todo sistema social, alcançando uma irrupção revolucionária, articulando dimensões sociais, políticas, econômicas, consagrando sua supremacia histórica e restringindo as possibilidades de outros sistemas sociais. Com isso, garantiu-se a generalização e expansão desse modelo em escala mundial. A fim de acompanhar como se deu esse percurso, no próximo tópico, explora-se o caráter global assumido pelo capitalismo na contemporaneidade e seus movimentos intrínsecos e cíclicos de crise, que produzem mais miséria e condições precárias de vida, na tentativa de compreender como esse modelo se torna um propulsor dos deslocamentos humanos na atualidade.

2.2 Mundo Global e Crise do Capital

O cenário mundial tem provocado mudanças aceleradas no modo capitalista de produção, historiadores se referem ao período como Terceira ou Quarta Revolução Industrial, denotando o domínio do neoliberalismo que agora juntamente com as forças das Tecnologias de Comunicação e da Informação (TICs), sociedade do conhecimento e da informação e a globalização têm produzido transformações profundas na reprodução ampliada do capital.

Compreender as mudanças societárias é se atentar para a ação da humanidade na história e suas consequências. A Revolução Industrial promoveu relações sociais de produção direcionadas para a máquina, propriedade privada, dicotomia entre burguesia e proletariado, lucro, salário que, por sua vez, ganharam magnitude mundial por meio da lógica imperialista. Observa-se que a acumulação do capital tem proporcionado resultados descontrolados e crescimento em nível exponencial.

Marx (2011b, p.317) destaca que “o capital não é uma relação simples, mas um *processo*, nos diferentes momentos do qual é sempre capital.” Também é válido destacar que em todas suas etapas de desenvolvimento este não deve ser compreendido como uma entidade material, em condições de posse do indivíduo, pois o capital é sempre uma relação social (Meszáros, 2011). Já Ianni (1996) a partir de Marx, vai compreender o capital como uma categoria social complexa, cuja base está na produção de mercadorias, geração de lucro ou mais-valia e apropriação da força de trabalho. Por sua vez, estes processos irão circundar instituições, culturas e aparatos jurídicos-políticos, perpetuando as relações de produção.

Marx ainda definiu capital como “valor em movimento”, esse valor representa o modo como o trabalho social é organizado, através das trocas de mercadorias, contendo em si as relações sociais de produção e o tempo de trabalho socialmente necessário gasto na fabricação de bens de consumo. A expressão dessa relação social está representada no dinheiro, assim o capital se movimenta no interior de um sistema de circulação de dinheiro, mercadorias e trabalho assalariado (Harvey, 2018).

Em sua trajetória histórica, o desenvolvimento do capitalismo passou por diversas fases, períodos, com características e modos variados, podendo se transformar e se expandir a nível mundial, adquirindo formas complexas de ser. Com isso, o capital assume para Harvey (2018, p.25) “uma força revolucionária na história do mundo”, no sentido de expansão, dinamicidade, continuidade na história, transformando constantemente o mundo, mas que, em contrapartida produz miséria para massas e acúmulo de riqueza para a classe proprietária capitalista.

Mészáros (2011) defende a presença do capital antes da instauração do capitalismo, condição que revela a historicidade do fenômeno, assim, entende-se que ele está inscrito em um panorama ontológico social e dialético. Isto denota a dominância do capital ao longo da história da humanidade por meio de um longo processo cumulativo, que embora contenha em si contradições e antagonismos promotores de violência, exploração e opressão de classes, seu funcionamento tem se mantido e se aprofundado no tecido social.

As relações sociais que evidenciam e reproduzem a forma capital são o trabalho social, trabalho assalariado, objetivo e alienado, promovendo uma ruptura entre o trabalho e o sujeito que trabalha, entre os meios de trabalho e o trabalho vivo. Na obra *O capital*, o autor vai constatar que o processo de separação dos produtores de seu meio de produção é a condição originária para a acumulação primitiva, primitiva por se remontar a períodos pré-capitalistas, em suas palavras:

O processo que cria a relação capitalista não pode ser senão o processo de separação entre o trabalhador e a propriedade das condições de realização de seu trabalho, processo que, por um lado, transforma em capital os meios sociais de subsistência e de produção e, por outro, converte os produtores diretos em trabalhadores assalariados (Marx, 2011a, p.515).

Neste entendimento, o trabalhador se encontra à venda e é coibido a se sujeitar à exploração capitalista, assim, o trabalho se eleva sobre o trabalhador e se constitui como algo estranhado para si, que o domina e opera atendendo funções de sobrevivência e preservação (Meszáros, 2011). Assim, o sujeito que produz é usurpado de seu poder de decisão e de suas necessidades humanas objetivas e subjetivas, bem como, os objetos de seus valores de uso, ambos são substituídos, em função de interesses que perpetuam a valorização e consolidação do capital, sendo o indivíduo apenas uma peça para fazer o sistema funcionar. Além disso, esta dicotomia imposta pelo capital de sujeito e objeto furta do indivíduo a constituição de sua própria história, assim se formam subjetividades submissas, alienadas e reificadas (Meszáros, 2011).

Este movimento expressa um processo de autorreprodução do capital, seu poder de dominação sobre o indivíduo é composto de condições materiais, o que torna mais difícil sua extinção. A existência da relação capital-trabalho pressupõe a exploração, enquanto houver a base material de exploração, qual seja, a separação do trabalhador dos meios e produtos de sua produção, este modelo econômico-social persistirá.

Marx em seus estudos, contrapondo Hegel chegou à conclusão de que o Estado não era a razão e que o problema do mundo é o capitalismo, que dividia a humanidade em classes sociais, assim, Marx vai sustentar que a grande questão não é o Estado, o governo, os poderes legislativos, a democracia ou as eleições. Sendo assim, o ponto de partida para a superação do capital está na luta de classes.

Mascaro (2015, p.20) vai afirmar que:

Pode-se trocar o administrador que o Estado continuará o mesmo. Isso nos ensina que a transformação da sociedade não se faz mediante a tomada do poder do Estado, pois isso não muda a ordem social. Marx entende, que não foi o Estado que criou a sociedade e sim que ele é resultante de determinada estrutura social

Por meio disso, Mascaro (2015) chama a atenção para a estrutura social do capital que inaugura e mantém relações de produção capitalista que denotam contradições sociais e tem o indivíduo como produtor. Em seu período mais maduro, com a sua obra *O Capital*, Marx consegue aprofundar ainda mais estas relações e chega ao alicerce desta conformação social, ele chega à forma social da mercadoria. O autor conclui que tudo é mercadoria, o trabalhador se torna uma mercadoria ao vender sua força de trabalho, a educação assume a função de mercadoria, bem como, roupa, comida, saúde, dentre outros.

Antunes (2015) resgata em Marx que a força de trabalho é a mais incrível das mercadorias, pelo fato de ser a única que contém em si a capacidade de criar outras mercadorias e produzir valor e, com isso, se torna uma mercadoria mais barata que as mercadorias que cria. Assim, a sociedade capitalista cria uma grande vitrine de mercadorias. Bauman, divide a sociedade em produtores e consumidores:

Na sociedade de consumidores, ninguém pode se tornar sujeito sem primeiro virar mercadoria, e ninguém pode manter segura sua subjetividade sem reanimar, ressuscitar e recarregar de maneira perpétua as capacidades esperadas e exigidas de uma mercadoria vendável... A característica mais proeminente da sociedade de consumidores – ainda que cuidadosamente disfarçada e encoberta- é a transformação dos consumidores em mercadorias (Bauman, 2008, p.20).

Consequentemente as relações que são travadas se relacionam à ligação do indivíduo com as necessidades da economia de mercado, sendo permeada pelo consumo, valor e descarte de coisas. Esse estabelecimento chama a atenção, pois a descartabilidade do indivíduo se assemelha ao descarte das mercadorias. Na sociedade capitalista o trabalhador é facilmente descartável, supérfluo e volátil.

O desenvolvimento do capitalismo vai se fortalecer com as metamorfoses da ciência, da técnica e da tecnologia, as quais vão desempenhar um caráter determinante nos processos de trabalho, força de trabalho aplicada, matéria-prima, maquinaria, mas seu sentido abrange também formas de organização do trabalho, sistemas de controle, inteligência artificial. Por meio disso, transformações tecnológicas provocam alterações no processo de produção e garantem competitividade no mercado, em razão de suas vantagens inovadoras e organizacionais, além de ampliar as possibilidades de produção ampliada do capital.

A complexificação do modo de produção de capitalista vai estabelecendo uma dependência do valor de troca e consequentemente das condições materiais da troca, quais são os meios de transporte e a circulação das mercadorias, assim, em um movimento de expansão, o capital irá buscar superar as barreiras espaciais, criando meios de transporte e comunicação mais avançados (Marx, 2011b) e nisto o capital vai se tornando cada vez mais global e alcançando diversos países e sociedades e de igual modo, os deixando nessas sociedades dependentes das relações de produção capitalista. Essa condição denota que o sistema necessita de dimensões mundiais para sua produção e reprodução.

Nessa dinâmica, o objetivo deste sistema econômico é a criação de um mercado mundial, cuja meta é facilitada pelas desregulamentações do mercado, Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) têm provocado a superação das fronteiras. Entretanto, é muito importante analisar o contexto que tem se dado a estas constantes inovações e transformações e as contradições que as atravessam.

O uso das TICs, as formas avançadas de tecnologia e prospecções futuras vêm sendo apontadas por autores como Adam Schaff, como a ponte para uma sociedade sem trabalhadores, entretanto, ainda sob uma conformação permeada por máquinas, a máquina não se autoproduz, mas, necessita do trabalho humano para sua produção e funcionamento, superestimar o progresso técnico da tecnologia é invisibilizar a intensa exploração da força de trabalho intrínseca à sua produção (Nascimento, 2011).

Na verdade, em um contexto de crise estrutural do capital, as TICs vêm dar uma sobrevida ao capital garantindo a reprodução ampliada, criação de novos nichos de mercado, por meio de rede de serviços nos espaços virtuais.

Nascimento (2011) ao analisar as TICs na educação à distância defende em sua tese que esse fenômeno pode ser compreendido como uma relação acentuada pelo fetichismo tecnológico, encobrindo as relações de classe, reificando o mundo social e personificando coisas. Tal concepção descaracteriza o caráter histórico-social da tecnologia e a luta de classes, propagando ideias de um modelo cultural dominante. Assim, tais ordens se desenvolvem no bojo de uma organização ideológica de base política, econômica e social, a fim de manter a ordem capitalista vigente.

No Manifesto Comunista, Marx e Engels afirmam que a chegada na América e na África, por meio das navegações, abriu espaço para a burguesia nascente, o comércio e as trocas aumentaram, bem como, o volume de produção de mercadorias, assim, os autores afirmam que “a grande indústria criou o mercado mundial, preparado pela descoberta da América” (Marx & Engels, 2008, p.12).

Por conseguinte, entender que o desenvolvimento do capitalismo provoca alterações nas relações sociais com o espaço nos auxilia na compreensão das mudanças contemporâneas que irão se desenrolar em tendências de globalização e integração econômica.

A globalização impactou processos e estruturas sociais, abalou territórios, fronteiras, Ianni (1998, p.27) afirma que:

...o mapa do mundo revelou-se movediço e quebradiço, refletindo uma espécie de megaterremoto, simultaneamente geoistórico, econômico, político e cultural. Consequentemente, o impacto também foi social, afetando indivíduos, comunidades, nações, nacionalidades e povos

Entretanto, uma característica que acompanha os movimentos de globalização é a concepção neoliberal do mundo que se processa de modo irregular e contraditório no panorama mundial. Ianni (1998, p.28) entende que: “o neoliberalismo compreende a liberação crescente e generalizada das atividades econômicas, englobando produção, distribuição, troca e consumo.” Ele se assenta na ideia de liberdade sobre as atividades econômicas, abrangendo não apenas as empresas, mas também as instituições sociais, sendo assim, o que interessa é a lucratividade e as regras do jogo econômico.

O autor amplia ao afirmar que a concepção neoliberal inclui ideias, modos de pensar, racionalidades, práticas, instrumentais que visam especialmente à criação de condições para generalização das operações dos fatores de produção (Ianni, 1998). Deste modo, as nações se tornam cada vez mais espaços de expansão do capitalismo global, com encadeamentos sociais, políticos e culturais, assim o Estado se torna um administrador dos interesses administrativos das estruturas de poder do capital, desvinculando-se das necessidades dos setores da sociedade como, saúde, educação, transporte, habitação, previdência, as quais são incluídos na lógica do modelo dominante, por meio da privatização de estatais.

Nesta compreensão, a globalização representa uma ferramenta do capital para consolidar seu desenvolvimento de forma ampliada no mundo, pois garante para si novas possibilidades de reprodução. Podemos entender também que a globalização é uma metamorfose do capital, a qual concedeu novas condições para sua continuidade em um âmbito internacional.

Ianni (1998) utiliza os conceitos, desigual, contraditório e combinado para caracterizar a globalização no cenário capitalista:

“Desigual”, devido aos desníveis e às irregularidades na realização das forças produtivas e das relações de produção. “Contraditório”, porque leva consigo tensões

e atritos entre os subsistemas econômicos nacionais e regionais, enquanto províncias do sistema econômico global. E “combinado”, já que, a despeito das desigualdades de todos os tipos e das contradições também múltiplas, desenvolve-se em geral alguma forma de acomodação, associação, subordinação ou integração (Ianni, 1998, p.29)

Nesse sentido, as condições da globalização tornam o sistema capitalista uma totalidade aberta e histórica. Observa-se que o movimento é contínuo, apesar de entrar em crises, têm conseguido retomar sua expansão. Marx e Engels (2008, p.16) destacam que “a necessidade de mercados sempre crescentes para seus produtos impele a burguesia a conquistar todo o globo terrestre. Ela precisa estabelecer-se, explorar e criar vínculos em todos os lugares”.

Por meio disso, verifica-se que esse movimento do sistema garantiu uma dominância a nível mundial e a imposição das relações produtivas capitalistas à todos os indivíduos, criando um “novo mundo”, por meio da destruição de práticas, culturas e civilizações, provocando outras formas de sociabilidade.

O capital segue uma trajetória impelida pela destruição de qualquer barreira presente nas relações comerciais, para isso conquistar todo o mundo, se torna um imperativo para sua reprodução ampliada, assim suprimir o espaço por meio do tempo, também permitirá uma maior circulação das mercadorias e expansão espacial do mercado. Em razão desta peculiaridade, Marx (2011b) afirma que essa é uma tendência universal que difere o modo de produção capitalista de todos os estágios de produção já existentes.

Por meio disso, visualiza-se que a globalização vai consagrar o domínio mundial do capital, das empresas, corporações transnacionais, instituições, tecnologias, criando culturas globais, tornando o mundo um imenso shopping center, entretanto, sua instauração é contraditória, a mesma liberdade de mercado representa exploração e opressão. Neste sentido falar, por exemplo, de relações igualitárias, liberdade, livre desenvolvimento do ser social, implica a compreensão da estruturação de classes em que está assentada a sociedade (Mascaro, 2015).

Ianni (1995) afirma que o modo de produção capitalista atravessa crises e se transforma constantemente. A acumulação crescente do capital é resultado de contradições internas, que ora provocam crises que acompanham suas tendências. Na mesma linha, Meszáros (2011) entende que a formação dialética das relações de produção e reprodução social do capital passou nos últimos anos do século XX por uma crise estrutural do capital.

Estrutural por ser profunda, duradoura e afetar todas as dimensões e setores da economia, em outras palavras, uma crise a nível global que possui potencial de abalar todos os

setores produtivos. Assim, o caráter da crise na sociedade capitalista se inicia de modo sutil e vai assumindo corporeidade nas racionalidades e mecanismos de dominação do capital.

Harvey (2005) aponta que a acumulação exponencial do capital envolve alguns elementos como, mão de obra excedente, o que Marx denomina de exército industrial de reserva, sendo manifesto pela população excedente, que se encontra fora da produção capitalista, do trabalho, do emprego, condição criada pelo processo de expansão do capital, seja no incremento de máquinas, tecnologias ou inovações na administração das empresas, logo, se torna um imperativo para a acumulação. Essa população excedente é também denominada de população desempregada, supérflua, mas, que em contrapartida garante o funcionamento da produção capitalista, no sentido de representar uma mão de obra barata disponível e um mecanismo de pressão de redução de salários dos trabalhadores empregados

O exército industrial de reserva alimenta a expansão da produção e é gerado por meio de mecanismos de oferta de aumento da força de trabalho, através de incentivo ao crescimento populacional, correntes migratórias, uso da mão de obra de mulheres, crianças, criação de desemprego por meio do uso de tecnologias. Além da existência de meios de produção, como máquinas, matéria-prima, infraestrutura que proporcione expansão ao capital investido e por último, um mercado que absorva as mercadorias produzidas (Harvey, 2005).

Nesse sentido, as crises expressam barreiras que o processo de acumulação encontra em alguns dos aspectos descritos. Manifestações de crises do capital são o desemprego e o subemprego crônicos, falta de demanda no mercado, superprodução, queda dos lucros. Isso possui um grande custo social com falências, inflação crescente, poder econômico e político centralizado, queda dos salários e desemprego.

Considerando todo este processo histórico, estamos em uma sociedade que apresenta um modo de produção capitalista mais desenvolvido. Dowbor (2020) adota a hipótese de que o mundo está em fase de transição para um outro modo de produção, o que resultará em uma outra lógica sistêmica, nesse sentido, o autor destaca eixos de mudança como, macrotendências, agravamento de dramas ambientais, sociais e econômicos, crises do capital.

Este cenário tem promovido um aumento significativo nos fluxos de migrantes e refugiados ao redor do mundo, o capital abalou o mapa mundial e colocou uma massa de trabalhadores e trabalhadoras em movimento a fim de vender sua força de trabalho nos grandes centros de produção. Com o objetivo de analisar as condições produtoras desta questão social, no próximo tópico, nos deteremos na emergência do fenômeno das migrações e do refúgio na contemporaneidade, que assumem características próprias na sociedade capitalista, como expressão das contradições sociais.

2.3 Migrações em um contexto capitalista

O número de migrantes e refugiados internacionais tem crescido ano após ano, com isso, é importante compreender que as migrações e o refúgio são um elemento da formação econômica e social de um país, estabelecendo relações com o sistema capitalista de produção. Neste sentido, estudar esse fenômeno requer a análise de sua dimensão histórica e suas relações globais, nacionais, regionais em seus níveis políticos, econômicos e sociais nos movimentos do capital. Magalhães (2011) destacou que as migrações têm sido uma expressão do desenvolvimento capitalista e suas desigualdades.

De igual modo, a expansão do capital a nível mundial cria condições favoráveis para crises mundiais, o disparar de conflitos, guerras, instabilidade política e econômica dos países, acentuada pela luta de classes, a concorrência de grandes projetos de potências mundiais e catástrofes ambientais, em virtude da super exploração dos recursos naturais para aumentar a produtividade. Esta conformação, igualmente, tem provocado um aumento no número de pessoas em condição de refúgio no mundo.

O *Migration Data Portal*, site que mapeia os deslocamentos humanos no contexto global, em setembro de 2020, nos fornece dados que apresentam uma crescente constante no gráfico das tendências migratórias mundiais, assim em 1990 o número era de 153 milhões de migrantes internacionais, já em 2019 o número foi de 271,6 milhões, um crescimento de aproximadamente 80% em 29 anos. Os Estados Unidos é o país que mais concentra migrantes, com 50,7 milhões, seguido da Alemanha e Arábia Saudita com 13, 1 milhões cada. No que tange ao refúgio, o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) (2020) aponta que até o final de 2019 foram 79,5 milhões de pessoas forçadas a se deslocar pelo mundo.

Tais condições evidenciam a magnitude que a discussão acerca dos movimentos migratórios e do refúgio têm ganhado na atualidade e o reconhecimento de seus impactos na sociedade. Historicamente o capitalismo cria uma superpopulação gerando intensos deslocamentos humanos da periferia para o centro. O volume destes movimentos também expressa as contradições e crises do capital.

As migrações têm se tornado tema de discussão nos espaços políticos e econômicos mundiais e gerado diversas reações no campo social. Segundo a Organização Internacional para as migrações (OIM) em 2015 foram realizados acordos entre a comunidade internacional

que incorporaram a mobilidade humana na agenda de 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, que por sua vez, destaca a importância da migração para o desenvolvimento sustentável, por meio de uma migração ordenada, segura, regular e responsável para a mobilidade de pessoas, além da agenda de ação Addis Ababa sobre financiamento para o desenvolvimento, o Acordo de Paris sobre Mudanças Climáticas e a Estrutura de Sendai para Redução de Riscos e Desastres (OIM, 2019).

Também a Organização Internacional para as Migrações (OIM) tem desenvolvido uma Estrutura de Governança da Migração (MiGOF) a fim de definir uma política de migração com normas, leis, regulamentos, estruturas organizacionais e processos que venham regular a abordagens dos países, Estados e cidades acerca do tema das migrações, destacando direitos, responsabilidades e cooperação internacional (OIM, 2019).

No entanto, os deslocamentos fazem parte do desenvolvimento social, transformação do espaço e do processo histórico de sobrevivência humana. Em seu processo de constituição, o indivíduo, que é um ser histórico e social, tem o trabalho como categoria fundante e por meio dele, encontra condições para sua existência e nesse processo mobiliza conhecimentos, ferramentas e habilidades. Em razão disso, nos processos formativos do sujeito, a mobilidade está presente, modificando a si próprio, o meio e as relações. Mas, sob o capitalismo, vemos essa ação do indivíduo assumir outras nuances.

Muito mais do que o deslocamento de um local a outro, não trazemos aqui a perspectiva das mobilidades contemporâneas sob um prisma individualizante, centrado na decisão pessoal de um sujeito. Os arranjos migratórios são históricos, se transformam, possuem formas, causas e consequências.

Por meio disso, considerando que a migração possui um caráter histórico e foi se transformando ao longo do tempo, assumindo diversas nuances e implicações no atendimento a diversos interesses do capital. Nesse sentido, torna-se necessário, parar por um momento para definirmos o que é migração conforme alguns órgãos e pesquisadores trazem na literatura. A Organização Internacional para as Migrações (OIM) elaborou um glossário sobre migração, em que traz definições concernentes à temática, desse modo, a migração é definida como o:

processo de atravessamento de uma fronteira internacional ou de um Estado. É um movimento populacional que compreende qualquer deslocação de pessoas, independentemente da extensão, da composição ou das causas (OIM, 2009, p. 40)

Biagioni (2010) pontua que a migração deve ser entendida como um fenômeno demográfico, o qual envolve a mudança de um indivíduo ou família de sua residência. Sayad

(1999 apud Baeninger, 2017) visualiza a migração como um fato social total, logo, essa perspectiva integra as migrações em um campo de análise maior. Já as migrações internacionais são compreendidas como o movimento de pessoas que saem de seus países de origem e se fixam de forma temporária ou permanente em outro país. Segundo a OIM, o termo migrante não apresenta uma definição universalmente aceita, em razão disso, a organização, explana acerca do conceito como aquele em que envolve todos os casos em que a decisão por migrar é tomada de maneira livre pelo sujeito, sem interferência de questões internas ou externas, assim, o termo se expande e abarca pessoas e membros de famílias que se movimentam entre países e localidades com o objetivo de melhorar suas condições de vida (OIM, 2009).

Baeninger (2017, p.17) considera que há um “grande desafio teórico e metodológico dos estudos acerca das migrações internacionais”, nesse sentido, há uma dificuldade de unificação e compreensão teórica ampla acerca da temática, em razão da complexidade dos fluxos migratórios e dos diferentes campos de conhecimento, como Geografia, Direito, História, Sociologia, Antropologia, Serviço Social e Psicologia, que se atentam para o estudo e investigação das migrações, essa questão é confirmada por Nolasco (2016, p.11) quando aponta que “não há uma teoria geral coerente, consistente e unificada das migrações internacionais, apenas conjuntos teóricos fragmentados que se desenvolveram isoladamente (...) segmentados por fronteiras disciplinares”.

As teorias sobre migração do tipo histórico-estruturalista têm como seus maiores expoentes Germani e Singer. Desse modo, Singer (1976, p.217 apud Santos et al, 2010) destaca que “as migrações são sempre historicamente condicionadas, sendo o resultado de um processo global de mudança, do qual elas não devem ser separadas”, assim, a migração é compreendida a partir da associação com o desenvolvimento do capitalismo, principalmente no processo de industrialização, noções de exército reserva, força de trabalho, se ancorando assim em uma vertente de análise com foco no trabalho e na historicidade dos fenômenos. Ainda, nessa concepção, um fator de atração de migrantes seria a força de trabalho nas cidades e as motivações estariam relacionadas com as oportunidades econômicas e melhores salários.

Desse modo, tal vertente de análise se ancora, sobretudo nos estudos marxistas em que as migrações ocorreriam em função da lógica de acumulação capitalista, assim, a força de trabalho é mobilizada conforme os ciclos de produção, diante disso, o trabalho migrante se apresentaria como um exército reserva, o qual pode ser solicitado conforme os interesses do capital, a fim de suprir as carências de mão de obra (Nolasco, 2016).

Já a concepção de refúgio se origina em um contexto de guerra mundial com milhões de pessoas desenraizadas na Europa, as quais formaram imensos campos de refugiados expostos a condições precárias de vida. Com isso, gerou-se uma série de debates acerca dos direitos humanos e a criação de organismos internacionais de proteção e assistência a essa população. Dentre os órgãos criados um de grande destaque é o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) criado em 1951 em caráter temporário, tornou-se permanente em virtude dos constantes conflitos que se estendem até os dias atuais (Manjabosco, 2020).

Entretanto outros órgãos de atenção à população refugiada criados nesse período como o Comitê Intergovernamental para as Migrações Europeias (CINE) e a Organização Internacional de Refugiados (OIR) apresentam em sua atuação a prerrogativa de aliviar o excedente populacional em alguns países por meio da condução de mão obra qualificada para outros, em especial os considerados subdesenvolvidos, como os países da América Latina. Por isso, identifica-se uma contradição nas atividades dessas instituições, no contraste entre avançar na garantia de direitos humanos e atender a interesses do capital (Manjabosco, 2020).

Nesse impasse, a convenção de 1951 permitiu o desenvolvimento do estatuto legal dos direitos dos migrantes e refugiados, sendo assim definidos como:

...temendo ser perseguida por motivos de raça religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas, se encontra fora do país de sua nacionalidade e que não pode ou, em virtude desse temor, não quer valer-se da proteção desse país, ou que, se não tem nacionalidade e se encontra fora do país no qual tinha sua residência habitual em consequência de tais acontecimentos, não pode ou, devido ao referido temor, não quer voltar a ele (ACNUR, 1951, p.2).

No entanto, essa concepção possuía limites temporais e geográficos, sendo restritas aos conflitos ocorridos antes de 1951 e ocorridos na Europa, sendo que em outros países, como Índia e Coréia, acumulavam milhões de refugiados devido a fatores como descolonização e guerras. Assim, com o protocolo de 1967 a concepção de refúgio foi ampliada.

Uma importante lente para compreender os fluxos de migrantes e refugiados é a relação inerente entre crise, guerra e migrações, pois na história, estes contextos têm suscitado elevados volumes de deslocamentos humanos (Manjabosco, 2020).

Manjabosco (2020) descreve que as guerras cumprem uma função funcional ao capital em contexto de crise e exemplifica essa condição, trazendo o acontecimento da segunda guerra mundial, a qual provocou impacto na destruição de capital constante e capital variável

e no genocídio da população, mas em contraponto, favoreceu os Estados Unidos que foi o principal fornecedor de armamento para a guerra, assim, a destruição provocada pela guerra é compensada pelos ganhos da acumulação capitalista.

A indústria militar se torna um elemento essencial na economia capitalista em tempos de guerra, o que também contribui para a manutenção do poder da burguesia. Neste sentido, verifica-se a reinvenção do capital em contextos adversos, Harvey (2017, p.52) aponta que “o Estado capitalista procura vantagens e alianças diplomáticas para garantir sua riqueza e o seu poder” e com isso, promove miséria a segmentos populacionais

Magalhães (2011) apresenta que a formação das cidades no início do capitalismo adquiriu maior força por meio das migrações internas, da população do campo para o centro. No período de transição para o período feudal, a expropriação dos camponeses de suas terras e de seus meios de subsistência foram determinantes para a formação de uma classe trabalhadora disposta a vender sua força de trabalho e compor o exército industrial de reserva, um grande impulso para a indústria moderna.

Na Europa no século XIX em pleno avanço da Revolução Industrial e da urbanização, trabalhadores perderam seus meios de subsistência e tiveram que vender sua força de trabalho nas cidades, acompanhando o desenvolvimento da indústria. Já na segunda metade do século, um grande número de trabalhadores começou a buscar melhores condições de vida em outros continentes, com isso, a migração internacional mobilizou ao longo da história milhões de pessoas, promovendo uma sobrevida à acumulação capitalista e o Brasil passou a se tornar um destino.

Por meio disso, identifica-se a absorção de mão de obra barata migrante pouco qualificada nos grandes centros de produção, atendendo aos interesses de expansão do capital e de crescimento econômico no Brasil. A mobilidade humana historicamente no Brasil tem acompanhado as demandas da sociedade capitalista, no entanto, precisa-se compreender que estes movimentos mais do que um elemento da formação econômica e social do país, representam uma questão global, característica do modelo econômico capitalista, sendo o trabalho um propulsor das migrações contemporâneas.

O movimento das pessoas entre os países também expressa a expansão do capitalismo, a América Latina é um continente que recebeu muitos migrantes europeus e foi expropriado pelo capital através da exploração e dominação de povos, terras, culturas, línguas, costumes, esses passaram a ser meios de ampliação do domínio geográfico do capital.

A inserção no mercado mundial se deu por meio do fornecimento de matérias-primas, recursos naturais, mão de obra barata, mas, no século XIX, outro espaço se abre para a

América Latina no contexto mundial, o papel de consumidora de mercadorias, além do papel de exportadora. Essa incorporação permitiu o domínio do modo de produção capitalista em escala global.

No final do século XX e início do século XXI, milhares de trabalhadores deixaram seus países de origem à procura de trabalho e refúgio político, tendo em vista que as guerras civis e ditaduras haviam invadido a América Latina. Nesse contexto, muitos brasileiros se deslocaram para regiões centrais do capital, a fim de dispor sua força de trabalho. As condições encontradas pelos refugiados e migrantes foram baixos salários, jornadas extensas de trabalho, trabalhos de baixa qualificação. Por conta disso, as migrações passaram a se tornar um elemento importante da urbanização e acumulação de capital (Vendramini, 2018)

Nesse período, identifica-se também a escassez de oportunidades e acentuação da desigualdade entre os países do Hemisfério Sul e países do Hemisfério Norte, condição que passou a provocar a saída de um contingente populacional de seus países, resultantes da crise do capital, a partir do aumento de excedentes populacionais e superprodução de mercadorias, a qual tem como produto o aumento do desemprego e com isso, o movimento da classe trabalhadora para centros de produção.

Os dados históricos da constituição do Brasil revelam a sua inserção nas rotas migratórias desde os seus primórdios. A formação social brasileira e o seu crescimento se deram também a partir do protagonismo e do trabalho de migrantes, logo, migração e mescla de culturas não se constitui uma novidade no contexto brasileiro. Nesse sentido, se lembra inicialmente dos portugueses, espanhóis, holandeses e africanos de diversas nacionalidades que passaram pelo país.

Após a chegada dos portugueses no Brasil, muitos africanos foram trazidos como escravos para trabalhar nas grandes fazendas. Com a abolição da escravatura e a forte discriminação aos negros, o país criou a necessidade de receber outro perfil de trabalhadores, assim, abriu-se convite para a Europa, a qual passava por uma grande depressão econômica. Portanto, entraram na rota migratória para o Brasil, migrantes de diversos países como holandeses, espanhóis, italianos, ingleses, poloneses, portugueses, dentre outros (Figueredo & Zanelatto, 2017).

Estima-se que no final do século XIX o volume de migrantes que atravessaram as fronteiras brasileiras chegou a aproximadamente ao número de 350 mil, principalmente portugueses, alemães e italianos (Levy, 1974). O estímulo à migração de povos de outros países se deu por iniciativa de mercado, para ocupação de postos de trabalho que antes pertenciam à escravos negros, porém, esse estímulo à migração vinha acompanhado de uma

perspectiva de branqueamento da população, pois como aponta Azevedo (2012, apud Arruda, 2015), havia um discurso naquele período de que a composição brasileira por negros e pardos era incapaz de adquirir valores e hábitos civilizados.

Assim, iniciaram-se no Brasil, as políticas de branqueamento, que pregavam uma suposta valorização da miscigenação e o estímulo à entrada no país de um perfil de imigrante ideal, em que a livre entrada ao país e postos específicos de trabalhos eram determinados por critérios de raça e cor, ou seja, se passou a desejar indivíduos brancos, válidos e aptos para o trabalho (Arruda, 2015). Eis aí a seletividade migratória marcada por um viés discriminatório e excludente.

Nesse período, os fluxos migratórios exerceram uma grande função potencializadora do crescimento econômico do país, assim, pode-se perceber a íntima relação entre migração e trabalho, e como as necessidades locais podem gerar movimentos globais. Porém, os efeitos da migração vão além dos aspectos meramente econômicos, a migração possui efeitos sociais, políticos, culturais e espaciais.

Durante o período de 1980 e 1990, o Brasil passou por grandes dificuldades econômicas, o que produziu o efeito contrário, ocorrendo uma inversão no padrão das migrações brasileiras. Antes constituído como país receptor, passou a apresentar um crescimento constante nos números de emigrados para países em desenvolvimento, inicialmente em direção aos Estados Unidos, o que acabou produzindo uma nova face das migrações internacionais (Carvalho, 1998).

Ao mesmo tempo, apesar do país apresentar um número elevado de migrantes saindo do país, seu também a entrada de bolivianos e paraguaios. Nesse período seus países enfrentavam dificuldades financeiras e políticas. Ainda, houve um aumento no volume das migrações internas no país, durante o período de 1960-1980, em que muitos saíram do campo para a cidade, intensificando o processo de urbanização (Oliveira, 2011). Sala e Carvalho (2008, p.287) resumem esse período do seguinte modo:

No período 1991-2000, mantiveram-se as tendências das migrações internacionais no Brasil, caracterizadas pela emigração de brasileiros, a quase ausência dos fluxos de ultramar, outrora clássicos (de Portugal, Espanha, Itália), a imigração não tradicional (como de Angola e outros países de África lusófona) e o incremento dos fluxos migratórios regionais para o Brasil.

Ao longo dos anos, já ao final da primeira década do século XXI, houve uma melhoria na situação econômica do Brasil, atraindo diversos migrantes de diferentes regiões do mundo (Figueredo & Zanelatto, 2017), como também ocorreu o retorno de migrantes

brasileiros que haviam migrado para os EUA, países europeus e Japão nas décadas de 1980-1990.

Entre os anos de 2013 a 2018, o Brasil apresentou um fluxo maior de migrações e solicitações de refúgio, resultado de crises econômicas, questões ambientais e conflitos e guerras que vem ocorrendo em diversos países do mundo, assim o país está recebendo, especialmente haitianos, africanos, senegaleses, colombianos, asiáticos, sírios, venezuelanos. Esses dados revelam a recepção de migrantes no Brasil, apresentando uma nova face, uma nova configuração, desse modo, autores como Biagioni (2010), Brzozowski (2012), Paiva e Leite (2014) tem apontado uma mudança no perfil migratório brasileiro, o qual passou de um país de emigração para um país de imigração.

Portanto, é possível perceber que as nuances e implicações referentes à migração se configuram de múltiplas maneiras no plano social, logo, a migração representa uma questão complexa que requer amplo aprofundamento e debate. Além disso, um outro elemento evidenciado nas migrações e refúgio na contemporaneidade é a crescente presença de mulheres nos deslocamentos, uma realidade histórica, porém, com poucos registros. Assim, com o objetivo de conceder visibilidade social e política a esses movimentos e compreender suas implicações e diferenciais, nossa discussão se orientará para a feminização das migrações e do refúgio no cenário capitalista, a fim de compreender suas experiências de vida cotidiana e trabalho, com enfoque no contexto brasileiro, em Campo Grande- MS.

3. VIDA, COTIDIANO E TRABALHO DE MULHERES MIGRANTES E REFUGIADAS EM CAMPO GRANDE-MS

3.1 Feminização das migrações e do refúgio em contextos do capitalismo contemporâneo

Neste capítulo trata-se da questão da feminização das migrações e procura-se refletir a participação das mulheres nas migrações e no refúgio, suas vivências de vida e trabalho que compõem nosso problema de pesquisa. Articular os estudos das migrações e do refúgio com o enfoque de gênero requer mais que uma compreensão geoespacial e econômica, mas, acima de tudo, social, cultural e histórica a fim de abranger as especificidades da categoria gênero e suas intersecções.

A análise do fenômeno migratório e do refúgio com a incorporação da categoria gênero tem ganhado forma nos estudos acadêmicos através de avanços teóricos atuais. Peres e Baeninger (2012) destacam a necessidade de estudar os deslocamentos humanos por diferenciais de sexo, levando em conta as transformações nas relações de gênero, assim como, destaca a importância de elaborar um aporte direcionado para essa realidade. Nesse sentido, as autoras complementam que ao fazer isso “as teorias de migração avançam no sentido de compreender as experiências das mulheres migrantes em esferas específicas – família, domicílio, mercado de trabalho” (Peres & Baeninger, 2012, p.01).

Considerando isso, tais questões também se apresentam na vida de homens e mulheres migrantes, Castro (2006) pontua que são muito recentes os estudos acerca da migração feminina e que o interesse surgiu a partir da visualização de um aumento significativo das mulheres nos fluxos migratórios. Do mesmo modo, Vieira (2018) ressalta a recente incorporação da categoria gênero nos estudos de refúgio e migrações forçadas.

O autor ainda acrescenta que homem e mulher vivenciam no processo migratório ou de refúgio, diversas transformações, as quais exercem impacto em estruturas como família e domicílio, logo, no cruzar fronteiras, homens e mulheres estão imersos nas construções de gênero e relações de poder existentes, os quais emergem como mediadores de transformações políticas, econômicas e culturais em níveis micro e macroestruturais das migrações, assim, relações de poder, hierarquia e identidade são reconstruídas, ressignificadas e reafirmadas (Castro, 2006).

Por muito tempo, as experiências e condições de vida das mulheres migrantes e refugiadas ficaram invisibilizadas nos estudos, sendo apresentadas apenas como acompanhante do homem (Faria, Ferreira & Paula, 2016, Vieira, 2018). Peres e Baeninger (2012) afirmam que colocar as mulheres em posição secundária nos processos migratórios é negar as suas complexidades e heterogeneidades.

O aumento numérico das mulheres nos fluxos migratórios, as mudanças nas motivações e meios que as conduzem a migrar, processos de inserção econômica e integração têm conduzido a academia a se utilizar de termos como “feminização das migrações” (Marinucci, 2007) mudança que denota o papel transformativo do gênero nas estruturas e esferas como domicílio, família e mercado de trabalho e o aumento numérico de mulheres nos fluxos migratórios.

A academia historicamente tem apresentado os deslocamentos femininos servindo fins de reunificação familiar, ocupando um papel secundário no processo migratório, assim, as histórias dos homens que migram, que buscam refúgio orientaram as construções teóricas acerca das migrações. Também, o termo “migrante” foi naturalizado com sentido de uma conotação masculina durante um longo período, (Pessar, 1999 *apud* Topa, Nogueira & Neves, 2016), o que induzia a uma compreensão das migrações como um processo essencialmente masculino.

Somente a partir dos anos de 1970 e 1980, os estudos passaram a fazer referência à mulher e apontar a invisibilização feminina nos fluxos migratórios (Assis, 2007). Boyd e Grieco (2003, *apud* Peres & Baeninger, 2012) agregam que o gênero se faz presente nos caminhos de quem se movimenta, influenciando a forma como esses movimentos se dão e os impactos para as famílias e mulheres migrantes, logo, a inclusão do gênero, nas teorias de migrações internacionais representa a incorporação de diversas experiências presentes nos processos migratórios. Em razão disso, é necessário muito mais que afirmar a importância e o aumento das mulheres nos movimentos migratórios, segundo Assis (2007), mas incorporar questões como processos sociais, psicossociais, discursos, subjetividade, as quais estão presentes em toda a trajetória migratória.

A perspectiva de gênero permite ampliar o entendimento acerca da complexidade da participação dos sexos nos deslocamentos atuais. Os movimentos humanos promovem alterações nos papéis de gênero e inserção em diferentes mercados de trabalho, demandando a criação de estratégias migratórias.

Compreender como interagem esses fenômenos é um dos grandes desafios nos estudos das migrações contemporâneas e da questão do refúgio com enfoque no gênero. Caminhar nesse sentido é considerar as diferenças historicamente e socialmente construídas entre o masculino e o feminino, assim, para pensar os fluxos humanos nos dias atuais é preciso considerar essa teia de relações que foram se dando no desenvolvimento das sociedades nos períodos históricos.

Topa, Nogueira e Neves (2016) abordam que o gênero, assim como, outras categorias identitárias como, etnia, classe social, raça, não aparecem apenas como parte integral do processo de migração, influenciando as decisões de quem migra, como migra e porque migra, mas, as migrações possuem potencial de exercer influência nas relações de gênero, seja evidenciando desigualdades e papéis sociais definidos ou os desafiando, com isso, a migração passa a assumir um caráter transformativo. Em contrapartida no refúgio, a saída do país é imposta por fatores externos, como perseguições, guerras, condição que complexifica as vivências, adaptações no país de acolhimento, pois é como se houvesse uma expulsão do indivíduo de sua localidade.

Para compreender essas relações e a complexidade das interações de fatores de gênero, raça, classe, etnia, presentes no movimento dessas mulheres, a interseccionalidade é uma categoria que nos auxilia na análise da multiplicidade de identidades e enredamento das desigualdades sociais, além de reconhecer a diversidade operante nos sistemas de opressão, a categoria nos permite avançar nas interações que se dão na produção e reprodução das desigualdades sociais (Hirata, 2014).

O gênero se articula a diversas outras categorias no universo social que se relacionam à modos de opressão, “é importante destacar que já não se trata da diferença sexual, nem da relação entre gênero e raça ou gênero e sexualidade, mas da diferença, em sentido amplo, para dar cabida às interações entre possíveis diferenças em contextos específicos” (Piscitelli, 2008, p.266)

Nesse sentido, as interseccionalidades são uma importante ferramenta teórica para compreensão das problemáticas relacionadas às condições de vida e trabalho de mulheres migrantes e refugiadas no que tange às possíveis diferenças que se tensionam em contextos específicos. Como exemplo, uma mulher negra sofre uma dupla opressão, primeiro por ser mulher, segundo, por ser negra, assim ações e práticas sociais produzem historicamente modos de opressão que se dão no entrecruzamento de diversas categorias. Quando pensamos a mulher migrante/refugiada, podemos adicionar a categoria nacionalidade, como mais um elemento potencializador de inserção em contextos específicos de opressão.

Nesse sentido, contempla-se que gênero não é o único fator de opressão que as mulheres enfrentam no cotidiano, há a interação de outros elementos. Piscitelli (2008) em seu estudo sobre migrantes brasileiras, explica que suas experiências são afetadas pelo atravessamento de noções de sexualidade, gênero, raça, etnicidade e nacionalidade. Em um âmbito global, independente de sua cor de pele, são consideradas mestiças e essa racialização é sexualizada pelo fato de serem brasileiras.

Atribui-se à mulher migrante brasileira uma vinculação à indústria do sexo, pautado em ideias de que elas possuem uma disposição natural para fazer sexo e entrar em redes de prostituição. Entretanto, é importante situar que essas conceitualizações possuem relações histórias e variam em contextos, conforme a classe social, ter ou não visto de permanência, direito legal ao trabalho, logo, esses aspectos influenciam na inserção social dessas mulheres (Piscitelli, 2008).

Outro ponto importante nesta análise é que dentre as motivações migratórias femininas, Dutra (2013) menciona alguns elementos como: a necessidade de sustentar a família aumentando a renda por meio da migração, sociedades que possuem um padrão migratório, o que gera práticas e hábitos culturais que influenciam na decisão por migrar, bem como, a pobreza, falta de oportunidades, violência, opressão dentro do núcleo familiar, casamento forçado, vontade de realizar sonhos, emancipar-se (Dutra, 2013).

Vieira (2018) ressalta que a história das mulheres refugiadas é acompanhada por formas de violências e discriminações no país de origem, trajetória de saída, nas vivências em campos de refugiados no país de acolhimento. Como exemplo, recorda-se que a ACNUR (2017) destacou que uma em cada cinco mulheres refugiadas é vítima de violência sexual no mundo.

A migração e o refúgio de mulheres fazem suscitar discussões acerca dos papéis de gênero, redes estratégicas de migração e a inserção no mercado de trabalho, pois a categoria do gênero altera o modo como esses elementos se relacionam e atravessam a vida do sujeito migrante. O gênero enquanto uma construção social constitui diversos aspectos da vida social e material, desse modo, compreende-se que a experiência migratória é diferente para homens e mulheres, bem como as motivações na decisão por migrar e possibilidades de vida em um contexto de migração.

A vida no país de acolhimento opera como promotora de mudança nos papeis sociais, há autores que denominam essas mudanças como inversões, a mulher emerge com maior autonomia, se distanciando das atividades do lar, em razão da necessidade compor as despesas da casa, o inverso também ocorre, o homem atuante nas atividades domésticas, tais mudanças podem gerar conflitos em tradições, hábitos e costumes culturais. Logo, a família e o ser migrante ou refugiada se inserem em um contexto de desafios não habituais que possuem o potencial de alterar sua dinâmica rotineira e familiar (Lima, 2012).

A literatura traz que a migração feminina pode indicar segurança econômica, se conformar como um fator de redução das desigualdades de gênero, concedendo autonomia e independência econômica à mulher. Por outro lado, também pode ser um elemento

potencializador da vulnerabilidade social, exposição às situações de vitimização (Rosario., et al, 2011), discriminação, violência, exploração, obstáculos no acesso a serviços básicos. Uma pesquisa realizada em Portugal por Abranches (2007) confirma que as mulheres migrantes são mais suscetíveis ao desemprego, tal fato fica evidente nas taxas de desemprego no país por sexo.

Abordagens feministas têm se debruçado nos estudos de gênero em suas interfaces e espaços sociais e ressaltam que a análise da condição das mulheres atravessa a relação com questões de gênero, classe, pertença étnica, idade, orientação sexual, no entanto, é preciso ir além da descrição desses aspectos, mas avançar na forma como essas variáveis influenciam as outras e por elas são influenciadas (Albuquerque, 2005). A partir disso, as experiências de migrantes e refugiadas passam por suas posições no mercado de trabalho, relações com família, nível de autonomia, participação, inserção social. Por meio disso, é possível se aproximar da complexidade de suas trajetórias (Albuquerque, 2005).

Considerando a complexidade que envolve os deslocamentos femininos atuais, no que tange à migração e refúgio, as implicações relacionadas à nacionalidade, raça, etnia, nesta pesquisa importa nesse primeiro momento, conhecermos o perfil das mulheres participantes ou seja, entrevistadas para esta pesquisa a partir dos dados de identificação reunidos junto ao questionário de coleta de informações:

Tabela 1: Identificação geral das participantes da pesquisa

IDENTIFICAÇÃO DAS MULHERES ENTREVISTADAS					
Nome	País de Origem	Idade	Estado Civil	Filhos	Com quem mora?
P1	Líbano	29 anos	Casada	Sem filhos	Com esposo
P2	Venezuela	33 anos	Solteira	2 filhas	2 filhas e mãe
P3	Líbano	21 anos	Solteira	Sem filhos	Pais e irmãos
P4	Venezuela	40 anos	Solteira	2 filhos	2 filhos
P5	Venezuela	43 anos	Solteira	4 filhos (2 meninas e 2 meninos)	Namorado, 2 filhos e genro
P6	Haiti	31 anos	Casada	2 filhos	Esposo e filho
P7	Haiti	33 anos	Casada	3 filhos	Esposo
P8	Haiti	36 anos	Solteira	Sem filhos	Amigos

P9	Haiti	39 anos	Casada	Sem filhos	Esposo
-----------	-------	------------	--------	------------	--------

Fonte: Tabela construída a partir das entrevistas realizadas durante o percurso da pesquisa

A partir da tabela, apreende-se que as mulheres participantes desta pesquisa são jovens, adultas, as venezuelanas são predominantemente solteiras, o que aponta, uma condição de maior autonomia, se arriscaram a atravessar a fronteira, mudar de país, já as mulheres haitianas em sua maioria, são casadas e vieram após o marido realizar primeiro a travessia, condição que expressa uma outra relação com a migração. O Haiti é um país que possui características patriarcais, uma cultura que promove uma maior subordinação da mulher ao homem.

Desse modo, a intersecção entre elementos de raça, gênero, nacionalidade, cultura são importantes para compreender o estabelecimento dessas mulheres no país de acolhimento, questões de acesso à trabalho, educação. Uma cultura patriarcal traz a concepção da centralização da mulher nas atividades domésticas, o que pode limitar o acesso dessas mulheres a outros espaços sociais em um contexto de migração, bem como, a dependência econômica do homem, como único provedor. Em contrapartida, a autonomia da mulher na decisão migratória, não é garantia de melhores condições de vida, pois ao atravessar as fronteiras, elas se deparam com as construções de gênero da nova localidade, por sua vez, as políticas migratórias não são neutras, são atravessadas por elementos de raça, gênero, que afetam as possibilidades de vida das mulheres.

As mulheres libanesas mesclam entre uma participante casada e outra solteira. Em relação aos filhos, a maioria das mulheres possuem filhos, entretanto, há algumas que estão em contexto de migração/refúgio com os filhos ou os filhos moram no país de origem e possuem um familiar que realiza o cuidado e a moradia está vinculada à presença de familiares. P5 – Venezuela relatou ter dois filhos que ainda estão sob o cuidado de familiares em seu país, realidade semelhante à das mulheres haitianas, condição que gera sentimentos de saudade, solidão, desejo de reunificação familiar e o compromisso de enviar dinheiro para auxílio no sustento dos familiares, assim, vão se constituindo famílias transnacionais.¹

¹ Famílias cujos membros vivem parte ou na maior parte do tempo distantes uns dos outros, entretanto, juntos, por criarem um sentimento de bem-estar coletivo, unidade ao atravessar as fronteiras (MACHADO; KEBBE; SILVA, 2008)

Também importante destacar que os relatos indicaram que a chegada dessas mulheres ao Brasil se deu a partir de condições de adversidades econômicas, sociais e políticas enfrentadas em seu país, como demonstram em suas falas:

“Foi a situação financeira e econômica da família” (P1 - Líbano)

“Nós saímos da Venezuela por causa da situação econômica, questão de alimentação, medicamentos para os filhos (...) Porque estávamos passando fome comíamos uma no máximo duas refeições por dia” (P2 - Venezuela)

“A gente saiu de lá por conta da situação econômica, perdemos casa, carro, eu tinha três serviços lá e não dava conta, aí bom a gente decidiu sair” (P4- Venezuela)

“Meu motivo mais grande é a crise que tá passando a Venezuela, a situação toda, porque foi isso que me fez resolver vir para cá, faltava alimentação, medicina, tudo estava escasso, muito ruim” (P5 - Venezuela)

As mulheres venezuelanas e libanesas participantes da pesquisa possuem em suas histórias migratórias a condição econômica e financeira como fator determinante para a migração, além da busca por melhores condições de vida para si e para sua família. A responsabilidade pelo cuidado dos filhos e das atividades domésticas familiares são assumidas pelas mulheres, nessa linha se retoma, as reflexões tecidas por Engels, em que a primeira divisão do trabalho se deu entre homem e mulher, elementos como descoberta dos metais, desbravar florestas, possuir escravos, concedeu-se maior valor às atividades realizadas pelo homem, em contrapartida, a mulher ficou restrita ao desempenho das atividades realizadas no lar, práticas de cuidado, trabalho considerando de menor importância econômica para o clã (Engels, 2002).

Ao decidir migrar para outro país, o ser migrante e/ou refugiado deixa casa, família, amigos, a fim de vender sua força de trabalho a quem necessita, entretanto, a literatura tem demonstrado que os migrantes têm em sua trajetória a mobilidade constante de um local a outro, condição que se torna um agravante, pois encontrar um local para pertencer, se fixar, torna-se uma tarefa cada vez mais difícil, requerendo da migrante ou refugiada desprendimento e adaptabilidade, sempre se submetendo ao novo (Vendramini, 2018). Nesta linha, Kuenzer (2016) vai dizer que essa condição irá exigir da trabalhadora uma subjetividade flexível.

A população libanesa já possui um histórico de migração para o Brasil e para a cidade de Campo Grande - MS, a qual possui uma comunidade significativa de libaneses, conta com

associações, clube libanês e se integraram à cidade por meio de atividades relacionadas ao comércio. A história nos mostra que suas expectativas com a migração estão ligadas à ganhos financeiros e oportunidades de trabalho (Oliveira, 2010)

Já a Venezuela passa por um cenário econômico e político de instabilidade após a morte do ex-presidente Hugo Cháves em 2013, uma figura populista. Sua ausência impactou a política interna e externa do país e reorganizou o poder político, abrindo espaço para forças centristas. Maduro ocupou seu lugar, entretanto recorreu ao Exército para manutenção do poder, assumindo um posicionamento antidemocrático, autoritário e totalitário (Bastos & Obregón, 2018).

Além disso, o petróleo era a base da economia venezuelana e sua arrecadação estava vinculada à programas sociais, condição que ligava as políticas públicas do país às variáveis econômicas do mercado mundial. Com Maduro, a inflação aumentou e o PIB do país encolheu, por conta de iniciativas de limitação de lucros, ação que resultou no sabotamento da economia do país, promovendo alta na inflação e restrição de produtos básicos de consumo, acentuando ainda mais a dependência do petróleo (Bastos & Obregón, 2018), como destacado na fala das migrantes venezuelanas, as dificuldades na busca por alimentos básicos.

A crise econômica instaurada impactou as condições sociais do país, a Universidade Católica Andres Bello (UCAB), Universidade Simón Bolívar (USB) e Universidade Central da Venezuela (UCV) publicaram resultados da Pesquisa de Condições de Vida na Venezuela, os dados demonstraram que sob o parâmetro de renda, 96% da população venezuelana é pobre e 79% deste total se encontra em condições de extrema pobreza (ENCOVI, 2019).

Esta condição foi ressaltada na fala de P5 - Venezuela:

***"...mas lá está passando bastante sacrifício para poder comer, porque não é fácil conseguir comida, a comida tem, mas o valor de dinheiro não vale mais, não tem dinheiro para comprar mais"* (P5 - Venezuela)**

O agravamento da crise social no país, fome, dificuldades de acesso a serviços públicos de saúde e educação, compromete a sobrevivência de milhões de venezuelanas e venezuelanos, os quais se vêem obrigados a deixar o país, a pesquisa identificou que o número de venezuelanos refugiados e migrantes distribuídos no mundo é de aproximadamente 5 milhões (ENCOVI, 2019)

Essa realidade evidencia que as crises do capital alcançaram domínio mundial e se propagaram de um local para outro com diferentes consequências. A compreensão dos movimentos migratórios e de refúgios contemporâneos requer o entendimento da dinâmica da

crise e suas repercussões. O impacto social das crises se dá por meio da pauperização das condições de vida das populações, diminuição de salários e aumento nos índices de desemprego, elementos potenciais para os deslocamentos.

Por outro lado, das quatro mulheres haitianas entrevistadas, três apresentam em suas motivações migratórias, o reagrupamento familiar, acompanhar o marido:

“Eu recebi apoio do pai do meu neném, que ele tava aqui primeiro, daí ele mandou dinheiro pra mim, aí nós veio pra cá, esse é o meu motivo.” (P6 - Haiti)

“Meu marido, só meu marido que me ajuda, tanto é que tô aqui no Brasil pra buscar mais vida, por isso estou aqui.” (P7 - Haiti)

“Marido neh? Que ajudou a vir até aqui” (P9 - Haiti)

Como já mencionado anteriormente, visualiza-se aqui mais claramente que as mulheres haitianas estabelecem outra relação com a migração, em que a decisão migratória parte do homem e elas emergem como acompanhantes, evidenciando uma condição de subordinação aos maridos, nessa relação impera a vontade do patriarca nas escolhas do futuro da família, Saffioti (1987, p.18) afirma que “as relações homem-mulher estão permeadas pelo poder”.

As haitianas entrevistadas trazem em sua história uma trajetória migratória e chegaram ao Brasil vindas de outros países como a República Dominicana, país que estabelece uma relação migratória histórica com o Haiti. Nesta pesquisa, apenas uma migrante haitiana veio do Haiti para o Brasil.

O Haiti já possui um histórico de migração que está intrínseco à sua formação cultural e territorial, com deslocamentos para países como Estados Unidos e República Dominicana, assim como, possui marcas de desigualdade, corrupção, violência, regimes ditatoriais e escravidão.

Em janeiro de 2010, um terremoto de alta magnitude atingiu o país haitiano deixando 200.000 mortos e forçando 1,6 milhão de pessoas a se deslocarem por haverem perdido suas casas (Thomaz, 2013). Com isso, após tentativas frustradas de adentrar em países como Estados Unidos e França devido ao não reconhecimento da condição do migrante haitiano como refugiado, os países da América do Sul apresentaram-se como possíveis destinos para os migrantes. No entanto, é importante destacar que o estopim desse “boom” migratório não foi apenas o terremoto, o país possui um histórico de crises, lutas e guerras civis.

Em suma, observa-se que as migrações libanesa, venezuelana e haitiana carregam consigo a centralidade das contradições do capital, vulnerabilidades econômicas e financeiras como fator de propulsão para os deslocamentos.

Acerca da viagem migratória, identificou-se que as mulheres libanesas e venezuelanas atravessaram as fronteiras com familiares e amigos:

“Fui eu minha mãe e irmãos” (P1 - Líbano)

“Viemos de carro de Venezuela até aqui com minha mãe e duas filhas, tive que vender um carro em Venezuela e com esse dinheiro só deu pra ir até Manaus” (P2-Venezuela)

“Com uma amiga e um familiar dela (...) assim eu não teria saído, eu não teria pensado em sair porque ela falava para mim que ia sair (...) de Venezuela para Pacaraíma foi de ônibus” (P4 Venezuela)

“Eu vim de ônibus com outros amigos e foi tremendo porque passamos um pouco de dificuldades” (P5 - Venezuela)

As falas demonstram o lugar das redes sociais² nos movimentos migratórios, os grupos se organizando, nesse sentido, nota-se que as motivações da migração alcançam dimensão social, na medida em que familiares e amigos se reúnem e decidem pela migração, assim, as redes migratórias, são feitas dos encontros que se realizam no país de origem até o país de destino, os quais exercem ainda funções de apoio e suporte frente aos desafios e dificuldade da travessia, como a venda de pertences para custear a viagem migratória, adentrar em um país desconhecido. Realidade que aponta a condição de vulnerabilidade financeira e social de migrantes e refugiados que abrangem períodos anteriores à decisão de migrar, durante a migração e na chegada ao país de destino.

E quando falamos de vulnerabilidade, não nos referimos ao sujeito migrante e refugiado, ou um aspecto inerente à pessoa humana, mas relacionada ao processo migratório, assim, utilizaremos ao longo do texto a fala migrantes em situação ou condição de vulnerabilidade, no sentido de carências de direitos, falta de acesso à recursos materiais e simbólicos para sua existência (Lussi, 2007).

Ainda, as falas chamam a atenção para o protagonismo da mulher nestes fluxos migratórios, a decisão de sair do seu país de origem em busca de melhores condições de vida.

² Dentre as teorias que explicam os movimentos migratórios, temos as que se relacionam com as teorias das redes sociais e na migração essas redes podem surgir de solidariedades locais, recrutadores temporários, agentes sociais. As redes sociais são fundamentais na mobilidade social dos migrantes, adaptação e interação ao mercado e vida local (Staevie, 2012)

Em contraponto, as mulheres haitianas realizaram suas viagens sozinhas, como foi destacado em algumas histórias, as quais denotam que o marido já se encontrava no país e elas vieram após:

“Eu vim sozinha, porque meu marido tava aqui e eu acompanhei meu marido” (P7 - Haiti)

“Eu vim sozinha, eu cheguei sozinha, eu peguei avião, mas, não é fácil, é difícil, porque de lá pra cá é três avião neh?” (P8- Haiti)

Logo, se verifica outra conformação na migração haitiana, como destacado acima, em que a mulher assume um papel secundário na escolha por migrar, pois o marido já decidiu primeiro e realizou a viagem para depois trazer a mulher, assim, sua trajetória migratória foi definida previamente pela figura masculina.

Em suma estas falas iniciais vão nos aproximando das motivações, contextos de vida que perpassam as experiências dessas mulheres e nesse ponto, identifica-se encontros e distanciamentos nos deslocamentos de mulheres libanesas, venezuelanas e haitianas, entretanto o fator capital como um propulsor e mobilizador destes movimentos se mostrou relevante, junto a isso, a ação humana criativa frente às dificuldades impostas durante todo o percurso migratório, expressa por meio das redes sociais e estratégias elaboradas na busca por melhores condições de vida.

O drama do migrante e do refugiado não é finalizado ao chegar no país de destino, a chegada traz outras limitações, desafios, expectativas frustradas, a fim de compreender os movimentos de consciência e trabalho na face da migração e do refúgio, acompanharemos os relatos sob o cenário da vida cotidiana ao chegar ao Brasil e vivências de trabalho, o cotidiano é o espaço onde a vida dessas mulheres acontece e quando falamos de espaço não nos referimos apenas ao espaço geográfico, mas espaços sociais, materiais, simbólicos, culturais que vão sendo travados nas relações e trocas de sua existência.

3.2 Cotidiano e ser social: As expressões da desigualdade de mulheres migrantes e refugiadas no processo de adaptação ao país de acolhimento

Compreende-se o cotidiano como o espaço vital do ser humano, em que ele é lançado desde o nascimento, como a esfera das objetivações em si. A vida cotidiana é o conjunto de atividades que relacionam diretamente o estar-no-mundo de cada um com os objetos que constituem a cultura, como afirma Lane e Sawaia (2006):

É o lugar onde todos nós nascemos, vivemos e morremos, onde nos constituímos como unidade, como indivíduos a reproduzir, de modo particular, as características básicas da sociedade em que fomos jogados. Ora, isso significa que a condição de nossa sobrevivência no mundo é também o que limita a existência social (Lane & Sawaia, 2006)

Por meio disso, entendemos que o cotidiano é a vida toda do sujeito, seus sentidos, capacidades, sentimentos, paixões, ideias. Patto (1993) aprofundando a perspectiva do cotidiano a partir de Agnes Heller, explica que o indivíduo é em todo o tempo um ser particular e genérico, particular no sentido de atuar sobre a realidade com motivações particulares, sentimentos, vontades que se dão junto a manifestações genéricas referentes ao eu e à satisfação de necessidades, conduzidos por teleologias individuais. Assim, analisar a individualidade do ser social é incorporar a particularidade e genericidade do ser humano.

O indivíduo apresenta consciência de si mesmo e em si, a autoconsciência, em outras palavras:

...o ente singular humano sempre atua segundo seus instintos e necessidades, socialmente formados, mas referidos ao seu Eu, e, a partir dessa perspectiva, percebe, interroga e dá respostas à realidade; mas, ao mesmo tempo, atua como membro do gênero humano e seus sentimentos e necessidades possuem caráter humano-genérico. Todo homem se encontra, enquanto ente particular e singular, numa relação consciente com seu ser humano-genérico nessa relação, o humano-genérico é representado para o indivíduo como algo dado fora de si mesmo, em primeiro lugar através da comunidade e, posteriormente também dos costumes e das exigências morais da sociedade em seu conjunto, das normas morais abstratas etc. em sua atividade social global, o homem está sempre “em movimento” entre sua particularidade e sua elevação ao genericamente humano; e é função da moral conservar esse movimento (Heller, 2004, p.80)

Por meio disso, entende-se que a compreensão do ser social deve se dar através da lente da dialética entre indivíduo e sociedade, na tensão entre o particular e o genérico, o universo social e o sujeito que se constitui nestas relações. Algumas características acompanham a vida cotidiana, como a heterogeneidade, hierarquia, no sentido de importância atribuída às necessidades, à espontaneidade, pois as ações se dão em um jogo de causalidade que muitas vezes não está sob controle do sujeito, considerando a vida que acontece no modo capitalista de produção, em que pensamento e ação operam no sentido de garantir a continuação da cotidianidade (Patto, 1993).

Ao nascer, homens e mulheres possuem a tendência de conservar e se subordinar à formas, estruturas, regras que estão postas na sociedade e naturalizadas. Tomando o panorama

do contexto capitalista de produção, essa subordinação se dá de modo a manter a burguesia no controle do poder e de posse dos meios de produção, concedendo condições precárias de vida e trabalho, marcadas por exploração e sofrimento. Essa conformação promove acumulação de capital, lucros, logo, o cotidiano sob a lógica do capital “limita” as potencialidades do indivíduo e o aliena de acordo com determinantes sociais impostas.

Heller (2004) postula que a vida social humana é dividida em duas dimensões, o primeiro é o da vida cotidiana e o segundo o âmbito da vida não-cotidiana das atividades sociais, este leva consigo o caráter histórico e pressupõe a sociedade em formas mais desenvolvidas. Assim, a vida cotidiana pode ser compreendida a partir de três objetivações do gênero humano, que se constituem como base para formação dos indivíduos, quais sejam: a linguagem, objetos e costumes, cultura de uma dada sociedade. Já a dimensão não-cotidiana da vida social abrange objetivações mais complexas, como ciências, filosofia, arte, política, moral. Em resumo, podemos pensar que a vida cotidiana é composta pelas atividades ligadas à reprodução da existência e atividades não-cotidianas que se relacionam à reprodução da sociedade.

A formação do indivíduo se inicia na vida cotidiana e ao longo de seu desenvolvimento, formas mais complexas de ser vão constituindo o sujeito, por meio da inserção no mundo cultural, relações com outros indivíduos, assim, desde o nascimento, a vida cotidiana é elemento inerente ao sujeito. Em seu desenvolvimento, vai acontecendo à apropriação da linguagem, objetos e instrumentos culturais, costumes, hábitos, a não incorporação destes elementos torna impossível a vida em sociedade (Rossler, 2004).

Por meio disso, pensando a mulher migrante e refugiada, a entrada em um novo país, representa a inserção em uma realidade cotidiana divergente da vivida anteriormente, requerendo adaptabilidade, incorporação do idioma, instrumentos de vida e cultura de um dado local, na tentativa de sobreviver e garantir a reprodução de sua existência. Logo, o espaço cotidiano também é o local de satisfação das necessidades do indivíduo, as quais se dão em um contexto histórico dado e determinado socialmente. Assim, a vida cotidiana no cenário capitalista revela as contradições históricas do referido modo de produção, quais sejam: a divisão social do trabalho, luta de classes. Conceitos que nos conduzem à discussão de questões sociais como pobreza, vulnerabilidades e desigualdades sociais.

A importância de discutir a vida cotidiana se manifesta na medida em que é nas relações entre a vida comum de sujeitos comuns que os movimentos da história e as transformações acontecem, de modo a não reduzir a especificidade de cada ser social que compõe e cria a vida cotidiana. Em virtude disso, nos interessa compreender a cotidianidade

da vida de mulheres migrantes e refugiadas ao chegar no Brasil, no desenvolvimento de atividades voltadas para sua sobrevivência e no desenrolar de suas experiências frente ao trabalho em um contexto capitalista de sociedade.

Os relatos das entrevistas apontam para condições de vida e moradia precárias de mulheres venezuelanas ao chegar em cidades brasileiras como Manaus, Pacaraíma e Boa Vista:

“ porque o espaço era muito pequeno e havia muitas pessoas ali e nós dormimos todas em um colchonete pequeno dormimos assim e no terceiro dia conseguimos o aluguel aqui, queria alugar com minha família” (...) “mas o dinheiro não dava para um aluguel não dava para comer não dá para alugar uma casa e alimentar minhas filhas, fralda e nós ficamos na igreja em Manaus, ficamos na casa de passagem de refúgio e ficamos ali um tempo, um mês, o trabalho num dava certo (...) vendendo alguma coisa era muito venezuelano e brasileiro colombiano vendendo, muitos migrantes haitianos então todo mundo lá tava vendendo” (P2 - Venezuela)

“aí quando chegou na fronteira contamos o dinheiro entre três pessoas ficamos com 120 reais, ficamos em Pacaraima uns dias, estávamos sem dinheiro e decidimos ir a pé de Pacaraima para Boa Vista, pegamos carona nesse trajeto e nesse momento a gente saiu também caminhando cinco quilômetros a pé e decidimos pega carona. Aí a gente ficou em Boa Vista, fiquei dois dias na rua com minha amiga na praça assim,” (...) “conseguimos carona, mas atravessamos umas comunidades indígenas. Ficamos um dia em uma comunidade indígena um dia e uma noite, a gente tomou banho, essa comunidade deu comida para gente aí depois a gente seguiu aí passamos por outra comunidade indígena que nos deu comida, água aí saiu de uma comunidade indígena, pegamos carona foram quase 15 km e foi eu minha amiga e o primo dela, mas no caminho que foi juntando com outras pessoas que estavam indo para Boa Vista, aí foram muitas pessoas andando na rua, mas assim dava carona para um, para outro não, a gente pegava carona, mas quando a gente tava junto não podia pegar carona (P4 - Venezuela)

As falas expressam o resultado da falta de oportunidades de emprego e o baixo poder aquisitivo dessas mulheres e famílias refugiadas ao chegar no país de acolhimento, em razão da desigualdade social estabelecida pelo capital em nossa sociedade, dessa forma as mulheres se deparam com condições adversas ao chegar no país de destino como vivências de rua, dividir casa com muitas pessoas, atuar no mercado informal, realizar longos trajetos a pé, depender de caronas.

Entretanto, a situação se complexifica, pois as mulheres venezuelanas já saíram de seu país com poucos recursos econômicos, devido à situação de crise social e econômica instaurada no país, assim, chegando ao Brasil em condições de fragilidade financeira,

encontram dificuldades em adquirir moradias no mercado formal, restando como solução morar em grupos e dividir as despesas, a fim de que possam encontrar meios de subsistência.

Além de dificuldades relacionadas à moradia verifica-se que os obstáculos e limitações se deram em toda a viagem migratória, estas histórias nos levam a refletir que aos migrantes o acesso à cidade, à moradia e condições favoráveis de vida lhes é negado e limitado. Deste modo, é possível observar que a condição de pobreza e vulnerabilidade de migrantes sinaliza que o capitalismo favorece o aumento expoente das desigualdades sociais, imprimindo um lugar de relações desiguais no país de acolhimento.

Assim, durante o período de maior movimentação migratória de venezuelanos nas fronteiras brasileiras, tornou-se notável a ausência de preparo do Brasil em políticas públicas para acolher, abrigar e prestar assistência aos migrantes, bem como, oferecer alternativas de trabalho. A chegada de um elevado contingente de venezuelanos se mostrou uma situação desafiadora para o país (Milesi, Coury & Rovey, 2018) e para os Estados fronteiriços que já enfrentam problemas sociais, pouca infraestrutura e mercado de trabalho limitado

Desse modo, visualiza-se a demora do Brasil em conceder respostas e auxílio humanitário aos migrantes e refugiados que se avolumavam nas praças e ruas. Em meio à um cenário adverso sobressaiu a atuação da sociedade civil e Organizações Não-Governamentais (ONGs), logo, quando o Estado não faz seu papel, outras instituições assumem a posição, porém, com dificuldades, de modo pouco coeso, articulado e centralizado.

O governo de Roraima assumiu uma postura de isenção das responsabilidades estatais com os migrantes que chegavam ao Estado, ao denunciar a omissão da União no controle das fronteiras brasileiras e no que deveria ser o devido acolhimento das venezuelanas e venezuelanos e ao mesmo tempo solicitava o fechamento temporário da fronteira com a Venezuela. Entretanto, importante ressaltar que por meio de uma decisão do Supremo Tribunal Federal, fundamentada na Nova Lei da Migração nº 13.445/2017, o Brasil não poderia fechar suas fronteiras (Durães & Junior, 2018).

Esse posicionamento de fechamento de fronteiras reflete a xenofobia e a aversão a uma perspectiva de direitos humanos presente no discurso político brasileiro. A situação evidencia uma postura histórica do Brasil no que tange a ações e marcos regulatórios relacionados à mobilidade humana, como exemplo, o Estatuto do Estrangeiro que traz uma concepção de segurança nacional, discriminação e segregação. Iniciaram-se em 2015, discussões com a participação de movimentos sociais, migrantes, com o objetivo de substituir o documento e construir um referencial jurídico que contemple o sujeito que migra e forneça o reconhecimento dos direitos humanos.

Após anos de debate, as propostas se consolidaram com a denominada Nova Lei de Migração (Lei 13.445/2017) que traz mudanças importantes na busca da visualização do migrante como sujeito de direitos, com diretrizes de respeito à dignidade humana, prevenção à xenofobia, ao racismo, proteção e inclusão dos migrantes (Silva, Jubilut & Velásquez, 2020). Mas, as forças políticas conservadoras não se disseminaram de vez, a Lei ainda deixa de abordar questões de extrema relevância, como o exercício políticos dos migrantes.

Além de dificuldades relacionadas à moradia, verifica-se que os obstáculos e limitações se deram em toda a viagem migratória, P4 - Venezuela traz em seu relato adversidades encontradas na rota migratória, caminhando quilômetros a pé, pegando caronas, recebendo auxílio de comunidades indígenas. Essa situação também foi encontrada nos estudos de Simões, Silva e Oliveira (2017) acerca do perfil dos migrantes venezuelanos que chegaram em Boa Vista e Pacaraima, os autores identificam que a maioria percorreu 700 quilômetros para chegar à fronteira brasileira, e para chegar em Boa Vista mais de 200 quilômetros, o ônibus é uma alternativa, no entanto, há situações em que os baixos recursos financeiros acabam inviabilizando essa possibilidade.

Ao mesmo tempo que essa situação expressa a força, coragem e confiança nas possibilidades e capacidades que podem advir do processo de refúgio também revela uma condição cruel de precariedade da vida de mulheres refugiadas e migrantes na busca por melhores condições de vida, em condições mínimas e desumanas, bem como o sofrimento psíquico e social que essa situação traz, como menciona P2- Venezuela:

“eu perdi todo o meu cabelo, eu joguei tudo em uma sacola, de preocupação eu tava muito magra, minha filha estava perdendo peso, em Manaus não conseguimos nada foi complicada a coisa” (P2 - Venezuela)

Ao afirmar que perdeu muito cabelo e peso, diante das dificuldades e limitações encontradas como mulher migrante, verifica-se que o corpo começa a sentir os efeitos da desigualdade e das vulnerabilidades vivenciadas que se expressam no sofrimento psíquico cotidiano, os enfrentamentos da luta pela sobrevivência e pela vida. Sawaia (2009, p.369, 370) a partir da teoria sócio-histórica e de Espinosa explica a desigualdade social e as respostas afetivas do sujeito:

A desigualdade social se caracteriza por ameaça permanente à existência. Ela cerceia a experiência, a mobilidade, à vontade e impõe diferentes formas de humilhação. Essa depauperação permanente produz intenso sofrimento, uma tristeza que se cristaliza em um estado de paixão crônico na vida cotidiana, que se reproduz no

corpo memorioso de geração a geração; bloqueia o poder do corpo de afetar e ser afetado, rompendo os nexos entre mente e corpo, entre as funções psicológicas superiores e a sociedade.

A partir disso, Sawaia vai conceituar o sofrimento ético-político como aquele relacionado às ameaças da desigualdade social, aos maus encontros causados pela injustiça e servidão que produzem sofrimento, cujas causas estão nas condições sociais e materiais de existência que se mantém. Assim, identifica-se que no caso das mulheres migrantes e refugiadas participantes das entrevistas, a materialidade do sofrimento está em questões como as dificuldades de inserção social, o “não conseguir nada”, expresso na fala de P2 - Venezuela revela a inserção em condições de vulnerabilidade, não conseguir visualizar um cenário em que terá oportunidades de transformar sua realidade. A travessia produz uma expectativa de mudança de vida e ao chegar em outro país e encontrar mais dificuldades, sofrimento, vergonha, aumenta-se a sensação de frustração e fracasso do projeto idealizado com a migração ou refúgio.

Outra fala de P2- Venezuelana ao chegar em Campo Grande, nos coloca diante de outros sentimentos vivenciados por essas mulheres:

“...no primeiro dia foi muito difícil ficamos uns dias na rua” (...) "quando chegamos aqui, a situação não foi o que esperava, não conhecia uma pessoa e nós trabalhamos, tentava emprego e não conseguia, é como se estivesse desorientada, foi muito difícil, não sabe como defender-te” (P2- Venezuela)

Na maioria das vezes, os migrantes e refugiados chegam ao país de destino sem nenhum conhecimento deste, de forma que se sentem sozinhos, sem ter a quem recorrer, a quem consultar, como leis e normas do país, e em muitos casos sem conhecimento inclusive da língua, o que tornam maiores as dificuldades para o estabelecimento. Assim sendo, mudando de uma cidade para outra na tentativa de se alocar, sobressaem sentimentos de desorientação, chamando atenção para o desabafo “não saber como defender-te”, fala que expressa uma condição de desproteção que as mulheres migrantes vivenciam, entretanto, é importante reiterar que historicamente as mulheres estão fadadas a experiências de desproteção e violência e no processo de se constituir em um país desconhecido em meio às tentativas de encontrar trabalho e não conseguir são situações que vão produzindo desgaste e angústia. Lucena (2009) explica que:

As buscas de trabalho, acompanhadas por um conglomerado de culturas de inclusão/exclusão, provocam o surgimento de novas (in)seguranças em contextos

migratórios. Nos processos de integração, apenas uma parte dos migrantes consegue se inserir socialmente; outros convivem com os conflitos derivados da imigração irregular e dos problemas originados nas relações interculturais.

Assim, condições de pobreza e exclusão acompanham as trajetórias contemporâneas desde momentos pré-migração, mas que se complexifica ao assumir a condição de migrante ou refugiada em um outro país, devido a elementos limitantes como, políticas migratórias, conflitos, fiscalização. A condição de desigualdade social de mulheres migrantes denota as contradições do capital, nas classes sociais, relações de gênero, raça e etnia, que por sua vez, se revelam mais danosas e potencializadoras da exclusão social.

As mudanças de um local para outro são grandes, pois denotam a busca por um lugar, desafios na adaptação, novos encontros, desafios, apreender uma nova realidade local, uma nova cultura, se integrar o mais rápido possível para sobreviver. As falas destacaram as diferenças e mudanças em seu cotidiano no país de origem em comparação com a vida no Brasil:

"Antes de tudo acontecer na Venezuela tudo era bom o salário era bom eu trabalhava 17 anos no governo e eu trabalhava em frente da minha casa era cômodo e bom meu companheiro dizia para mim "você tá comprando muito calçado, muito sapato" (risos) eu trabalhava e comprava sapato então era cômodo." (P2 - Venezuela)

*"Muito diferente daqui, fui 17 anos casada, aí separei, aí eu fiquei na casa de minha mãe e trabalhava como enfermeira, **trabalhava cuidando paciente na UTI trabalhava no hospital e em uma clínica privada, levava as crianças para escola, morava com minha mãe, é muito diferente você trabalhar**, muita mudança eu tinha meu carro, vendi meu carro, **vendi a maioria das minhas coisas para poder sair e arrumar um dinheiro para poder sair eu vendi quase tudo**" (P4 - Venezuela)*

As falas indicam um processo de expropriação de seus bens e de sua vida em virtude da crise política e econômica instaurada na Venezuela, a venda de recursos materiais para custear a viagem. O refúgio para o Brasil inseriu essas mulheres em uma nova dinâmica social, evidenciando um grande contraste exemplificado nas falas entre a vida que elas possuíam a realidade atual. Os sistemas políticos e econômicos dos países se inserem nas crises do capital e a consequência imediata dessas crises é uma carência generalizada dos mínimos sociais. Essas crises podem iniciar a partir de incidentes econômicos ou políticos qualquer e logo após a crise seguem-se situações de depressão, como desemprego, queda salarial, a produção permanece estagnada e as mercadorias acabam estocadas, refletindo sobremaneira na vida econômica da população mais pobre e aumentando fossos, nos quais os

mais ricos acumulam maior riqueza e os mais pobres ficam mais pobres, logo, a migração é uma consequência de crises estruturais do capital.

Portanto, as mulheres venezuelanas trazem o impacto da situação de crise do capital, manifesto por crises econômicas, desemprego e suas consequências. Isto permite-nos observar o momento em que se deu o clímax da situação desfavorável e a saída do país. Lussi e Marinuci (2007) destacam que há vulnerabilidades no fato migratório relacionadas ao lugar e as relações no lugar de chegada, as quais colocam a mulher migrante e refugiada em situação de desproteção social e são contextos que não são conhecidos de antemão e a mulher pode não dispor de alternativas objetivas para seu enfrentamento e muitas não estão sob seu controle. O processo que vai da saída, travessia, chegada em outro país, obtenção de documentos, conquista de trabalho, moradia se torna muito desgastante e custoso para a mulher migrante e refugiada.

Também, as mulheres haitianas vivenciam essa condição e destacam que as diferenças de demandas da vida social no Haiti no Brasil e a urgência de entrada no mercado de trabalho que a condição de migrante solicita se relacionam às questões de sobrevivência, dificuldades e afastamento do convívio social

“É complicado lá eu era estudante aqui eu tenho que trabalhar pra sobreviver neh?” (P6 - Haiti)

“Minha vida no Haiti eu já trabalhava como professora né? Com as crianças na escola né? É que mais é diferente, que lá no Haiti eu me senti uma liberdade né? Eu queria ir num lugar eu vou né, eu queria ir na casa da Mari por exemplo, eu vou, mas que aqui você nem sabe qual dia que a menina tá em casa né? Porque todo mundo trabalha é difícil né?” (P8- Haiti)

Ainda P1 - Líbano mencionou em seu relato:

“porque quando você é criado no ambiente da sua cultura você é mais feliz” (...)
“No Líbano quando você é criado na sua cultura no seu ambiente tudo favorece porque você tá no mesmo ambiente com pessoas com pensamento igual então era muito mais feliz” (P1 - Líbano)

As falas também evidenciam um grande contraste entre a vida no país de origem e a vida em outro país, P1- Líbano traz a saudade da cultura e sua relação com a felicidade, Lussi e Marinuci (2007) trazem que a migrante ao passar a residir em um local onde não nasceu, vivencia uma sensação de dupla solidão, em razão do distanciamento da cultura, das relações sociais com as quais compartilha sua cultura. Esta situação já coloca a mulher migrante e

refugiada em um espaço vulnerável, devido à integridade psíquica que a condição de mobilidade coloca, lidar com a saudade, a solidão, administrar as incertezas. Essa questão remete ao sentimento de pertencimento, o qual representa a apropriação que o migrante faz do lugar para torná-lo parte de sua existência. O pertencimento é importante para que a pessoa se sinta segura no lugar onde vive e relaciona-se. Neste sentido, os deslocamentos trazem inicialmente inseguranças e depois de um determinado período de adaptação no lugar de destino, o migrante pode experimentar o desejo de retornar ao país de origem e ao mesmo tempo permanecer no país de acolhimento ou ir para outro país, assim as incertezas, dúvidas, não sentir que pertence a um local, o desenraizamento, flexibilidade, fazem com que o migrante esteja sempre pronto para partir, sendo um sujeito permanentemente móvel.

No processo de adaptação no país de destino é importante destacar o protagonismo da sociedade civil no sentido do acolhimento inicial de migrantes e refugiados. No Brasil, temos visto as ações de entidades religiosas e filantrópicas no atendimento às necessidades destas mulheres:

*“...mas graças a Deus **nós conseguimos com o CEDAMI e Irmã e a fundação Fraternidade Sem Fronteiras** eles fizeram contato com diocese e a diocese nos ajudou e agradeço muito a Diocese, isso nos levou a fundação e eles nos apoiaram nos orientaram nos encaminharam a um emprego, a casa de aluguel” (P2 - Venezuela)*

*“...aí o povo da Fraternidade sempre dá força, o povo da Fraternidade, agora faço parte da associação de venezuelanos em Campo Grande então quando tem interiorização pelo exército, pela Cruz Vermelha **a gente faz trabalho voluntário** porque não é fácil sabe, você chegar em um país, não saber como é, que não entende bem o idioma a gente dá uma orientação, assim nesse processo” (P4 - Venezuela)*

Por meio das falas, identifica-se que estas mulheres encontram um lugar de acolhida, de suporte, auxílio para as questões de documentação nas atividades desenvolvidas pelos serviços. O Centro de Apoio ao Migrante (CEDAMI) possui uma atuação há mais de 30 anos na capital de Campo Grande - MS, oferecendo atendimentos de hospedagem e alimentação, já a Fraternidade Sem Fronteiras é uma organização de ajuda humanitária e dispõe de uma articulação consolidada a nível nacional e internacional de caráter religioso e filantrópico se destacou no atendimento aos venezuelanos em Roraima, mas possui outras frentes de trabalho na África Subsaariana com crianças e adolescentes, no Brasil possui atuações de apoio ao tratamento de crianças com microcefalia.

Em seu site Fraternidade sem Fronteiras destacam que o principal objetivo é realizar um movimento de fraternidade sem restrições étnicas, geográficas ou religiosas, atuando principalmente com crianças e jovens em condições de vulnerabilidade ou risco social. Campo Grande possui uma sede da ONG com 11 anos de existência que desenvolve ações de apoio ao projeto Orquestra Filarmônica Jovem Emmanuel que concede ensino de música à jovens da periferia, também oferece apoio à Clínica da Alma, instituição atuante no tratamento a dependentes químicos e tem desenvolvido uma frente de trabalho para auxiliar venezuelanos no processo de interiorização à outras regiões do país, prestando atendimento e apoio aos venezuelanos que tem chegado no Estado, projeto denominado MS Acolhe, formado por voluntários.

Entretanto, a elevada atuação da sociedade civil evidencia a falta de responsabilidade do poder público com a pauta dos migrantes e refugiados. Os desafios no atendimento à população migrante e refugiada são diversos, destacando-se o acesso a serviços de assistência social, saúde, educação, trabalho.

Assim, para entender toda essa amplitude de demandas, urge a ação integrada de diversos atores sociais e políticos. Milesi e Coury (2017) frisam a importância da atuação articulada da esfera federal, estadual e municipal, o que não tem acontecido no contexto atual, sendo mais presente o trabalho do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), Organização Internacional para as Migrações (OIM), órgãos da sociedade civil, Ministério Público Federal, Defensoria Pública da União, Ministério Público do Trabalho, Universidades.

Apesar do destaque dos referidos órgãos na pauta do refúgio e da migração, o envolvimento e responsabilidade do Poder Público é necessária, importante e insubstituível, pois é seu dever iniciar, planejar e coordenar ações de políticas públicas e práticas de acolhida e integração a estes grupos. Por outro lado, sabemos que a historicidade dos fluxos migratórios para o Brasil possui um viés discriminatório e excludente, como já destacado no texto, em que algumas nacionalidades e grupos o acesso era permitido e a outros, negado, como pessoas com deficiência, pretos, indígenas, realidade autorizada por meio de marcos legais, como o Decreto-Lei nº 406, de 4 de maio de 1938 que dispunha sobre a entrada de estrangeiros em território nacional.

As questões discriminatórias e de preconceito encontram-se bastante presente nos fluxos migratórios atuais, pois observa-se no Brasil que este fluxo diferentemente do passado direciona-se agora a partir de países os quais enfrentam fragilidades econômicas latentes, com históricos de subdesenvolvimento e pobreza e no caso dos haitianos, elementos de raça se

sobressaem, intensificando ainda mais as situações de negação, preconceito e discriminação, já as libanesas se deparam com situações de intolerância religiosa.

P1 - Líbano trouxe na entrevista uma vivência de preconceito:

“Há uns 5, 6, 7 anos atrás era mais difícil a convivência do migrante muçulmano no Mato Grosso do Sul na verdade até hoje nós temos um grupo de grupos de jovens muçulmanos, aí a gente foi doar sangue e aí foram a fazer uma reportagem porque foram vários muçulmanos, aí teve uma mulher que fez uma reportagem, aí ela colocou no Campo Grande News, te juro se você ver, você vai ficar abismada as pessoas comentando “Meu Deus que horrível esse sangue de porco quem vai querer? Volta pra sua terra! vocês são infelizes!” começaram a xingar a gente horrores na publicação (P1 - Líbano)

Assim, visualiza-se que o Brasil tem uma história em sua constituição com a intolerância, preconceito, racismo e xenofobia que permanecem presentes no cotidiano social. Apesar da composição da sociedade ser em sua maior parte de brasileiros descendentes de africanos, com características mestiças, múltiplas culturas, ainda assim, a convivência e integração do migrante no país é permeada de exclusão e discriminações.

Entretanto P4 - Venezuela traz outras vivências de relações sociais na cidade:

Mas me sinto bem tratada por todo mundo tanto por brasileiro, tenho amigos paraguaios, haitianos (P4 - Venezuela)

Esta fala nos leva à reflexão acerca da cultura libanesa, árabe ter costumes, hábitos e vestimentas diferentes das que são comumente utilizadas na América e as mulheres venezuelanas, vizinhas do Brasil possuem elementos em sua cultura próximos ao cotidiano brasileiro. Um elemento importante a ser discutido a partir disso é a nacionalidade e a produção de preconceito, na medida em que é pelo contato com o *outro* que vão se forjando e se reafirmando sentimentos de pertencer à uma nação diferente. A distinção de nacionalidades vai se construindo a partir da ideia de fronteiras, delimitação de um espaço entre o eu e o outro, discurso assentado na concepção de Estado-Nação, fortalecimento de ideologias nacionalistas, que vão criando referenciais identitários, símbolos, valores, com o objetivos de tornar os grupos homogêneos e nesse lugar, a diferença vai sendo construída como algo aversivo, estranho que necessita ser eliminada ou corrigida.

Nessa linha, a nacionalidade vai se tornando uma categoria social que vai ordenando o espaço cotidiano, acesso à serviços, à cidade, direitos e uma condição que define a vida da pessoa migrante ou refugiada e um elemento que vai passar a integrar e se interseccionar com

a produção de xenofobia, preconceitos, discriminação e hierarquização de vidas. A partir da nacionalidade e da distinção das nacionalidades, as pessoas vão construindo um sentido de lugar, com um sentido comum para a população local. Os relatos evidenciam que a nacionalidade é acionada por determinados grupos sociais em determinadas situações. Assim, a nacionalidade e a cultura são questões que podem acentuar os problemas enfrentados pelas mulheres migrantes e refugiadas.

Como já denotado acima o processo de adaptação é extremamente importante para que a família recém chegada possa obter as condições mínimas e dignas para conquistar seu próprio espaço na nova sociedade, ou seja, uma moradia digna, alimentação, trabalho, acesso à saúde, educação, neste sentido mais do que o apoio de ONG's é necessário que as políticas públicas possam acolher essas famílias, portanto, acolhimento não se trata de transladar pessoas e deixá-las em determinado lugar é dar suporte necessário em todos os campos que envolvem os direitos sociais para que essas famílias possam reconstruir suas vidas. Neste sentido, os direitos sociais devem ser assegurados e isto é um dever estatal.

No caso das mulheres venezuelanas a ação das ONG's foi fundamental como suporte necessário para a reconstrução da vida destas mulheres, que já integradas à vida na cidade de Campo Grande e com a garantia de moradia e principalmente trabalho demonstram felicidade na reconstrução de suas vidas.

"Bom muito bom graças a Deus estamos bem" (...) "Aqui em Campo Grande é bom minha mãe gosta nós nos sentimos bem graças a Deus estamos aqui com meu emprego" (P2 - Venezuela)

"Eu me sinto bem, sinto muita saudade, mas graças a Deus agora tô bem, mudanças muito diferentes, a vida é muito corrida, as pessoas são corridas (...) Mas é bom igreja também, aí minha vida tá assim meus filhos estão aqui comigo aí eu fico mais tranquila, mais calma porque eu tava mais agitada dos filhos ficarem lá e eu estou aqui " (P4 - Venezuela)

"... lá ninguém tava trabalhando entendeu e está tudo bem e aqui eu me sinto bem, todos nos sentimos bem e a casa depois eu vou conseguir uma casa mais grande para todos, mas eu me sinto bem, O importante é meu trabalho e sou grata pelas pessoas que me abriram as portas aqui no Brasil e que me ajudaram a conquistar as coisas" (P5 - Venezuela)

Outro ponto fundamental para uma boa integração ao seu novo país de destino é a saudade, estar perto dos familiares, ter acesso à moradia, habitação são aspectos que facilitam a integração e vivência das mulheres, principalmente como citado a presença dos filhos no país de acolhimento, situação que nos conduz a refletir sobre as responsabilidades que a

mulher acumula com a responsabilidade pela maternidade e manutenção da vida familiar. Deste modo, as redes de familiares e amigos formadas por pares de sua nacionalidade trazem segurança, mas muito mais a formação de novas redes de pessoas do país receptor irá colaborar no sentido de inclusão na sociedade de chegada.

Portanto, elementos como a viagem migratória, chegada no país de acolhimento, recepção, acolhida, necessidades sociais e integração expressam o modo como as relações sociais vão sendo construídas, a dialética indivíduo e sociedade, questões inerentes ao cotidiano do ser mulher migrante/refugiada. Além disso, o trabalho foi um elemento recorrente em suas falas, nesse sentido, acompanharemos no próximo tópico, as condições de trabalho dessas mulheres e suas experiências e os movimentos de consciência efetuados pelas mulheres a partir dos relatos encontrados nas entrevistas.

4. MOVIMENTOS DE CONSCIÊNCIA FRENTE À CONTEXTOS DE DESIGUALDADE NO TRABALHO

4.1 Precarização do trabalho migrante e refugiado na contemporaneidade

Como já visto anteriormente nesta dissertação em seus capítulos 1 e 2 a globalização dos mercados e do capital apontam implicações que impactam profundamente nas condições de vida e trabalho das pessoas de forma a reduzir o emprego estável, promover condições de trabalho precárias, propiciar o aumento da força de trabalho flexível, periférica, constituída de trabalhadores temporários e destituídas de proteção legislativa entre outras, aumentando o fosso das desigualdades sociais e criando novas formas de vulnerabilidade social na população mais pobre. Deste modo, as consequências da precarização são danosas para o trabalhador, fazendo emergir sentimentos de insegurança, instabilidade, adaptabilidade, fragmentação da classe trabalhadora e ausência de conteúdo social e de sentido no trabalho. (Araújo & Moraes, 2017).

Assim, o trabalho na contemporaneidade tem sido marcado por contratos de trabalho informais, terceirizados, flexíveis, temporários, precários, aumento do desemprego, estas condições provocam maior mobilidade da classe trabalhadora em direção aos grandes centros de produção. Estamos diante de uma nova configuração do mundo do trabalho com características heterogêneas, fragmentadas e complexificadas. Esses elementos impactam a constituição da divisão do trabalho e de modo mais cruel, a classe trabalhadora.

A ideia de classe trabalhadora é desenvolvida por Marx como a classe dos homens que apenas trabalham, que vendem sua força de trabalho e assim, quanto mais produzem riqueza, mais pobres de espírito se tornam, quanto mais geram valor, mais empobrecem (Marx, 2004). Isso se dá porque o trabalhador já não detém em suas mãos todo o processo de produção, mas apenas uma parcela ao qual lhe está incumbida caracterizado como trabalho assalariado. Ao não ter acesso em todo o processo de produção, o trabalhador não tem meios para que possam compreender a complexidade do processo produtivo, de forma a constituir uma consciência apenas das atividades em que se está submetido. Além disso, é importante ressaltar que por outro lado, o trabalho apresenta um caráter duplo de riqueza e miséria no cenário capitalista, pois ao mesmo tempo que enriquece um grupo social, provoca pobreza e miséria para outro, o proletariado despossuído dos meios de produção é explorado e oprimido enquanto classe e responsável pela produção de valor que é apropriada de modo privado (Antunes, 2015).

O amplo domínio global do capital e suas crises sistêmicas tornam a mão de obra mais barata, condição acentuada pelas transformações no mundo do trabalho em que alguns setores são transformados, possibilitando maior obtenção de lucros. O rompimento de relações de produção em seus locais de origem, as quais são resultantes de processos histórico-sociais e econômicos no próprio movimento do capital, o qual coloca as massas em movimento e sua inserção no exército industrial de reserva.

Coggiola (2015) afirma que estamos diante de um novo proletariado composto por uma massa de trabalhadores desempregados, em razão da extensão do modo capitalista a nível mundial e do exército industrial de reserva. Nesse entendimento, Singer (1985, p.131) declara que:

...como a acumulação de capital é determinada descentralizadamente, a função do exército de reserva é ampliar a liberdade de decisão dos capitalistas, que expandem a atividade econômica nas áreas que melhor atendem a seus interesses.

Diante disso, interessa ao capital mobilizar milhões de trabalhadoras e trabalhadores dos mais diversos locais do mundo para seu uso, processo que se dá de modo desigual e contraditório, promovendo massas de indivíduos temporários, em constante movimento, colocando em evidência o caráter opressor e explorador da sociedade capitalista. Com a globalização das forças produtivas e das relações de produção, o capital ganha liberdade de alcance e conquista em nações, culturas, civilizações, a força de trabalho se torna transnacional, iniciando ondas migratórias em diferentes direções, mas o maior volume se dá de países subdesenvolvidos para países desenvolvidos (Ianni, 1998). Alves (2001) explica que as forças produtivas, sendo representadas pelo capital, tecnologia, força de trabalho, divisão do trabalho, encontram-se em interação dialética com as forças sociais. Esta interação se desenvolve de tal modo que ultrapassa as fronteiras geográficas, históricas, nações e culturas.

Deste modo, entende-se que o capital hoje é global, do mesmo modo, a força de trabalho tem cruzado fronteiras, após revoluções industriais, incremento da máquina nos setores produtivos, vivemos imersos nos avanços das tecnologias da informação e comunicação: trabalho online, virtual, era da informação, no entanto, o mundo do trabalho ainda carrega consigo características de expropriação e exploração da classe trabalhadora

Antunes (2018) traz exemplos dos bastidores do mundo do trabalho presentes nas grandes multinacionais, destacando que o ponto de partida do trabalho digital se encontra no trabalho dos mineiros, qual é o caso da fabricação dos smartphones, em que sua produção depende da extração de carvão mineral na China, assim em meio a processos produtivos de extração e ebulição do carvão, trabalhadores arriscam e alguns até perdem suas vidas em

grandes centros de produção, recebendo baixos salários em trabalhos intensos e de caráter exploratório.

Enfim, é neste cenário que descrevemos o mundo do trabalho nos dias atuais, cheio de grandes transformações, recuos em direitos trabalhistas e precarização da mão-de-obra, no Brasil não se dá de forma diferente, o que se acentua é que vivemos uma crise política e econômica, além da atual crise sanitária gerada pelo COVID-19 que vem acentuar todas as questões já colocadas e é neste contexto que migrantes e refugiados chegam ao Brasil em busca de condições melhores de vida e trabalho.

A mão de obra migrante tem atendido demandas de trabalho precário, representando um grande segmento do proletariado global que opera concedendo sobrevida ao capital e lucro para a manutenção do sistema. No Brasil, a particularidade do trabalho migrante está relacionada ao desenvolvimento do capitalismo, à posição que o Brasil ocupa na divisão internacional do trabalho, o prolongamento da escravidão e uma abolição incompleta conservando interesses das classes dominantes.

As fronteiras brasileiras se abriram para as migrações de europeus por meio da oferta de mão de obra assalariada com a finalidade de desenvolver a economia do país e promover o branqueamento da população. Assim, historicamente é outorgado ao trabalho migrante um lugar subalterno na sociedade e como utilidade do mercado, quando não há necessidade de mão de obra, as fronteiras se fecham.

Em condições de crises econômicas, os migrantes são os primeiros a sofrerem os efeitos com demissões e degradação das condições de trabalho. Manjabosco (2020) traz em sua pesquisa um levantamento socioeconômico realizado pela ACNUR, que demonstra que 19,5% dos refugiados estão desempregados, um número superior à taxa de desemprego no país no mesmo período, que foi de 12,7%. No que tange aos migrantes em 2016, período de recessão econômica no país houve um aumento no número de demissões de migrantes

No Brasil não há uma política migratória consolidada alinhada a ações do poder público no combate à precarização do trabalho migrante, políticas de emprego, as atividades se ordenam em torno do combate ao trabalho escravo e tráfico de pessoas. Desse modo, a precarização das políticas e inserção precária no mercado, inserem os migrantes em condição de subalternidade no interior da classe trabalhadora e promove a superexploração do trabalho migrante.

No caso das mulheres migrantes e/ou refugiadas que as condições se agravam ao analisar as relações de produção para mulheres migrantes e refugiadas, as quais são

atravessadas por outros fatores como, gênero, relações patriarcais, inserção em trabalhos de baixa qualificação, vulnerabilidades.

4.2. O Gênero no Trabalho

Reed (2011) desmistifica o mito de que a opressão sobre as mulheres acontece desde sempre, aprofundando-se nas sociedades pré-históricas, a autora encontra práticas que evidenciam modelos de sociedade sob o matriarcado, em que as relações sociais, culturais e sexuais se davam de modo igualitário. Os indícios de opressão feminina se iniciam com o surgimento da monogamia, a qual é fruto da sociedade de classes, conjuntamente a essa condição nasce a exploração e a propriedade privada, o Estado e a família. Assim, esses elementos se constituem como produtos sociais, históricos e não naturais.

Os modelos de sociedade subsequentes – antigo, escravagista, feudal, capitalista – aprofundaram ainda mais a degradação do gênero feminino. A força de trabalho feminina sofreu variações ao longo do tempo. Na passagem de período do escravismo para o capitalismo, a mulher foi privada da esfera pública, da economia e restringida ao espaço doméstico, sendo este definido socialmente como espaço unicamente feminino. Com o avanço da indústria, a inclusão da mulher no mercado de trabalho se deu em postos marginalizados e secundários como serviços domésticos, exigindo mão de obra pouco qualificada, segundo Saffioti (1978) essa tem sido uma tendência mundial.

Uma das faces da marginalização da mulher está na divisão sexual do trabalho, meio que se viabiliza por meio da exploração do trabalho feminino. Dantas e Cisne (2017) ressaltam que discutir a divisão sexual do trabalho é essencial para destrinchar o processo de acumulação capitalista, a opressão e exploração sobre as mulheres, para isso, as autoras defendem a necessidade de ver a classe trabalhadora com dois sexos e identificar os significados atribuídos ao ser homem e ser mulher na construção do mundo do trabalho.

A divisão sexual do trabalho compõe a estrutura da ideologia do mito da inferiorização da mulher, seus elementos principais são a hierarquia, em que se baseia a agregação de maior valor ao trabalho masculino em detrimento do trabalho feminino e segundo, a separação entre o trabalho do homem e da mulher. Com isso, ocorre uma atribuição de maior valor ao trabalho masculino voltado para a esfera pública/política, por outro lado, o trabalho da mulher na esfera da reprodução social e do mundo privado é identificado como de baixo valor (Dantas & Cisne, 2017)

Também, a subordinação feminina é construída sob a inferiorização e essencialização das habilidades consideradas femininas, concebidas como componentes de atributos naturais, particulares de um suposto dom feminino natural, assim, o seu trabalho não é considerado como tecnicamente especializado, logo, as construções do que é ser mulher no mundo do trabalho são pautadas pela reprodução de qualidades e valores considerados naturalmente femininos, condição que concede legitimidade às relações de exploração-dominação. Logo, essa estrutura confere um não reconhecimento da mulher como trabalhadora.

Desse modo, o desprestígio da mulher nos espaços laborais garante a ampliação do capital, na medida em que na esfera privada, o serviço feminino não remunerado permite a reprodução social, concedendo condições da disponibilização da força de trabalho. Já no âmbito público, a feminização do trabalho apresenta elementos de desvalorização, subordinação, exploração, baixos salários, traduzindo a condição precária do serviço feminino.

Também, outro ponto de análise se refere à ampliação da exploração da mulher para além da base econômica e material, mas na superestrutura da sociedade capitalista, a qual está inserida na produção social da existência humana, em que os homens estabelecem relações determinadas, independentes de sua vontade, que, por sua vez se relacionam a um determinado nível de desenvolvimento das forças produtivas materiais. O conjunto dessas relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, a infraestrutura ou base sob a qual se eleva uma superestrutura política e jurídica e cultural que correspondem às formas de consciência social (Marx, 1989).

Por meio disso, infraestrutura e superestrutura interagem dialeticamente e se afetam entre si de modo profundo, articuladas historicamente. Assim, preconceitos e discriminações de gênero revelam facetas da superestrutura ideológica que encontram o seu suporte na infraestrutura econômica, em meio a isso a superestrutura, subordina-se à infraestrutura. No entanto é importante destacar que esse processo não se dá de modo estático ou mecânico, mas em um movimento dialético, sobre isso Mészáros (2011, p.50) elucida que:

os complexos superestruturais - do direito e da política à arte e moralidade – somente se originam [...] nas determinações materiais básicas da vida social, mas nem sempre permanecem ‘diretamente’ dependentes delas; daí a possibilidade de sua relativa ‘autonomia’ e, em grande medida, desenvolvimento independente com respeito às determinações materiais originais.

Saffioti (1978) destaca que opressão e exploração não são fenômenos distintos, mas se incluem dentro de um processo dialético e multidimensional, embora sua raiz seja econômica,

ainda há outras dimensões: política, cultural, social, sexual, dentre outras. No entanto, é válido ressaltar que opressão e exploração possuem raízes nas relações econômicas, relações sociais de produção, ainda que se revistam de fundamentos ideológicos. Nesse sentido, a opressão já fincada na superestrutura alcança finalidade dentro do sistema de produção capitalista como um meio de exploração econômica de modo direto ou indireto. A opressão que é visualizada nas relações de dominação e subordinação da mulher é elaborada socialmente e se apresenta como um fato de ordem racional e natural, produzindo a historicidade da marginalização das mulheres.

O arcabouço ideológico sustentado pelo patriarcado induz a mulher a aceitar facilmente empregos mal remunerados, segundo Saffioti (1978). O salário da mulher não apenas é inferior, mas também é considerado complementar ao salário do homem, essas relações mantêm a superioridade masculina no lar e a figura do homem como único provedor. Por outro lado, a infraestrutura, as condições materiais de vida e o mercado de trabalho absorvem um contingente muito maior de homens do que mulheres.

Ora no lar ou nos locais de produção, visualiza-se a situação sobredeterminada da mulher, em que, nos espaços sociais vivenciam condições de exploração e opressão e atende a interesses de manutenção do capital. Assim, Saffioti (1978) pontua que homem e mulher são objetos de exploração na divisão de classes e as relações de dominação-subordinação alcançam ambos os sexos. Desse modo, tais condições tornam as experiências das mulheres nos mais diversos locais do mundo marcado por trabalhos precários, desemprego, falta de reconhecimento, violência segregação ocupacional, vulnerabilidade, pobreza, discriminação (Dutra, 2013).

A classe trabalhadora em muitos locais do mundo é predominantemente feminina, apesar de Marx trazer em seus escritos o uso da palavra homem, proletário, com uma conotação masculina, as transformações do mundo do trabalho e o olhar para a historicidade do gênero humano revelam que as mulheres sempre trabalharam e em condições mais precárias que o homem. Analisar essas relações implica se debruçar sobre a divisão sociosexual e desigual do trabalho.

As mulheres recebem menos que os homens pelo seu trabalho, dispõem de menos direitos e reconhecimento, possuem jornadas de trabalho maiores que se sobrepõem entre casa e serviço, entretanto, no interior do gênero feminino são travadas outras relações de opressão e desigualdade, observa-se que a mulher branca ganha mais que a mulher preta, periférica, indígena. O desenrolar destas questões envolvem encadeamentos de classe, gênero, etnia/raça, geração (Antunes, 2015).

Portanto, compreender as determinantes sociais que envolvem a questão de gênero e trabalho é fundamental para refletir sobre as condições desiguais à que estão submetidas às mulheres no concorrencial mercado de trabalho e, neste sentido pode-se apontar que mais desigual ainda se coloca o mercado de trabalho para a mulher migrante. O fato de ser migrante, como já apontado acima, já lhe impõe um espaço de trabalho desigual e o fato de ser mulher ampliará essa desigualdade imposta pela sociedade capitalista contemporânea.

Para pensar o trabalho da mulher migrante há de se considerar a complexidade da questão, assim para se iniciar essa discussão é necessário refletir o fato de ser mulher e as condições desiguais e determinantes que se colocam para a questão de gênero na sociedade capitalista já assinaladas e consideradas anteriormente neste trabalho, mas há de se considerar também e principalmente o fato de ser migrante e/ou refugiada.

Neste sentido, o fato de ser, ou melhor, de estar migrante ou refugiada imprime determinantes sociais que acentuam as situações de precariedade e desigualdade destas mulheres, podemos então citar questões suscitadas pelo ato migratório como o risco de desintegrar as relações familiares nos países de origem, a acentuada condição e vulnerabilidade na travessia, a inserção no país de chegada, pressão social relacionada ao conservadorismo do papel de gênero, problemas de visto, dependência do esposo (Marinucci, 2007).

Ainda, o autor destaca que há maior probabilidade da mulher migrante ter uma experiência positiva com a migração quando se desloca sozinha e trabalha fora de casa. Já em casos que a mulher migra como acompanhante do marido, há um maior risco de suas relações sociais ficarem limitadas, ter vivências de isolamento, não possuir uma rede de apoio que facilite a integração no país de acolhimento. Além disso, elementos as questões culturais pertinentes a cada nacionalidade geram forte influência, estabelece um papel à mulher, bem como promove limitações no ato migratório. A formação e habilidade inerente a cada mulher migrante também expressa questões de acesso ao mercado de trabalho, ocupações, oferta de trabalho.

Também, conceder sustento aos familiares é uma premissa de grande motivação nos projetos migratórios femininos, as mulheres migrantes se constituem como o grupo que envia grandes remessas de dinheiro aos seus países (Dutra, 2013). No entanto, as construções de gênero de cada local podem ser fomentadoras de discriminações para com a mulher migrante. Diante disso, é preciso avançar em análise e buscar compreender como sexo, raça e classe se mobilizam e se reorganizam para construir uma nova faceta da divisão social do trabalho à nível de família, Estado e globo (Falquet, 2008)

Portanto, para compreender a complexidade da questão voltada ao trabalho da mulher migrante e/ou refugiada no campo do trabalho é necessário também partir da compreensão de seus históricos de vida antes da migração/refúgio e depois da migração/refúgio, formação e profissão, bem como, seu trabalho atual em Campo Grande – MS.

Tabela 2 – Mulheres Migrantes e Refugiadas: Trabalho

MULHERES MIGRANTES E REFUGIADAS: TRABALHO			
Nome	País de Origem	Profissão	Trabalho atual
P1	Líbano	Psicóloga	Estudante de Mestrado
P2	Venezuela	Engenheira de Sistemas	Empresa de Informática
P3	Líbano	Estudante - Graduação em Enfermagem	Auxiliar de loja
P4	Venezuela	Enfermeira	Lavanderia de uma loja de aluguel de vestidos e aos fins de semana cuida de crianças e idosos
P5	Venezuela	Autônoma	Rotisseria de Supermercado
P6	Haiti	Serviço Doméstico	Desempregada
P7	Haiti	Autônoma	Desempregada
P8	Haiti	Professora Educação Infantil	Empregada Doméstica
P9	Haiti	Cabeleireira	Cabeleireira

Evidencia-se que a maioria das mulheres tem exercido atividades de baixa qualificação, como se pode observar na tabela acima, embora a grande maioria esteja ligada à em emprego formal. Das entrevistadas somente uma apresenta uma melhor condição de vida que é a P1, as demais estão desenvolvendo trabalhos que exigem pouca qualificação, como auxiliar de loja, trabalho em lavadeira e rotisseria de supermercado, mesmo que estas apresentem uma formação profissional anterior de qualificação. Essa questão reforça que a sociedade capitalista determina um lugar ao migrante, lugar este de trabalho desqualificado e não reconhecimento das habilidades do trabalhador.

Como exemplo, a P4 – Venezuela que possui ensino superior e as dificuldades de validação do diploma, somada a urgência de ter um trabalho para se manter no país, tem trabalhado em uma lavanderia e atividades extras aos finais de semana. Também, outra questão importante a ser apreendida se refere à manutenção de trabalhos informais e de baixa qualificação, questão que se relaciona à reprodução em um contexto de migração ou refúgio

de condições de pobreza, desigualdade e de inserção histórica das mulheres em atividades de cuidado e atendimento, como se pode perceber na descrição das atividades contidas na tabela 02. Nesse ponto, o deslocamento pode aumentar as condições de vulnerabilidade da mulher e opressão, bem como, se relaciona à desigualdade de gênero.

O desemprego também é presente nas experiências das entrevistadas, principalmente na realidade das mulheres haitianas, vivências no país de origem de cuidado do lar e dos filhos, o homem como provedor da família, fazem com que a sua inserção no mercado de trabalho se dê apenas em um contexto de migração, assim, o desemprego é apontado como um elemento que dificulta sua integração e existência enquanto mulher migrante.

O que se observou também durante a coleta de dados da pesquisa é que as mulheres migrantes/refugiadas entrevistadas que já se encontravam trabalhando argüiram que enfrentaram situações de dificuldade logo em sua chegada até que pudessem encontrar um trabalho formal.

Nas entrevistas realizadas, as condições de trabalho precárias representam os desafios e dificuldades enfrentadas pelas migrantes ao chegar no espaço migratório:

*“Por que **vendia brigadeiro, vendia cigarro na rua, dormi na rua, sem água, temos tantas coisas boas e ruins**, mas graças a Deus superamos tudo isso” (P5 - Venezuela)*

A necessidade urgente de encontrar meios de sobrevivência obriga as mulheres a entrarem em condições de trabalho informais. As outras mulheres venezuelanas participantes da pesquisa trouxeram o mesmo relato de atividades de venda de brigadeiro e cigarro nas ruas. Dutra (2013) afirma que nas sociedades receptoras as mulheres migrantes ocupam lugares de vulnerabilidade, a qual é produto da exploração e discriminação do mercado de trabalho, nesse processo se cruzam elementos como classe, gênero, etnia, raça, o que acentua ainda mais a posição de marginalidade, inserção em espaços informais de trabalho, exposição à situações de risco.

Portanto, pensar a categoria trabalho para a mulher migrante e refugiada é compreender o processo de globalização do trabalho doméstico e precário para as mulheres, o qual emerge como forma de inserção no mercado de trabalho e reprodução de suas vidas. Por meio dele se estabelecem relações de servidão doméstica, em que uma mulher em condição de migração ou refúgio realiza o trabalho doméstico para que outra mulher possa fazer parte do

mercado de trabalho, condição contraditória e desigual que expressa uma questão referente às relações sociais de gênero (Faria, Ferreira & Paula, 2016).

Analisar o movimento das mulheres é considerar que além do serviço fora de casa se mantém os serviços a realizar no lar, o cuidado com os filhos e os desafios diante das construções de gênero predominantes em cada território. Historicamente no Brasil, identifica-se a inserção das mulheres no mercado de trabalho com grandes diferenças salariais, concentração em setores ligados às atividades de comércio e serviços, com maior expressividade nas áreas de serviços sociais, trabalho doméstico e trabalhos precários que exigem baixa qualificação profissional, distantes da formalidade (Cadernos de Formação, 2017). Mas, o mercado de trabalho para mulheres migrantes e refugiadas no Brasil se torna ainda mais precário.

Lisboa (2007) destaca que nos últimos anos houve um crescimento no número de mulheres a nível global que migraram de seus países para ocupar profissões de cuidado, trabalho doméstico e prostituição atendendo demandas da economia globalizada no mercado informal. Martins e Vedovato (2017) apresenta dados de que 38% de todas as trabalhadoras migrantes se encontram na Europa, sendo que 22,8% dessas mulheres estão realizando trabalho doméstico e atividades de cuidado.

Já é de conhecimento que no Brasil, assim como nos países europeus o trabalho doméstico é requisitado e delegado às mulheres migrantes e refugiadas que seja por estarem aguardando documentação de sua regularidade no país de chegada ou porque se encontram ainda buscando um lugar na competitividade do mercado de trabalho veem aí uma possibilidade de inserção mais rápida para garantir a sobrevivência dos mínimos sociais à família, como alimentação e moradia. Isso se dá também que pela informalidade e negociação direta com o contratante a flexibilidade de trabalho em menos dias da semana e assim uma organização melhor com as questões relacionadas à família e filho, em contraponto a isso não lhes garante nenhum direito trabalhista, já que a grande maioria irá exercer o trabalho como diarista e não como trabalho semanal permanente.

Nesse contexto, Rodrigues e Martins (2014) apontam diversas vulnerabilidades concernentes ao trabalho doméstico realizado por mulheres migrantes e refugiadas, como a falta de comprometimento dos empregadores no que tange a regularização do trabalho, o que faz com que as trabalhadoras permaneçam em condições de informalidade e ilegalidade, não acesso à serviços básicos, longas jornadas de trabalho e baixos salário, produzindo sobrecarga.

Ainda, a sua inserção nesses postos de trabalho não deve ser tomada inteiramente como meio viabilizador da autonomia de mulheres migrantes e refugiadas, mas a entrada em condições de subordinação, servidão e exploração (Rodrigues & Martins, 2014).

P2- Venezuela relatou ainda uma situação de trabalho análogo ao trabalho escravo:

*“...e este Senhor nos transferiu outra vez para a casa de uma mulher e esta mulher de um empresário e ele não estava aí, ficava só viajando, nós ficamos com a sua esposa do empresário e essa senhora parece que não gostava muito então **ela nos colocava para trabalhar demasiado, queria que limpasse os azulejos tudo na casa, trabalhasse à noite, e ela nos dava teto e comida e ela me molestava muito e não deixava ter contato com outras pessoas**, me molestava muito quando eu tentava ter contato com pessoas de fora e nos colocava e dizia que os outros eram pessoas ruins então não tínhamos contato com vizinho e ela nos molestava muito (...) **essa senhora é agressiva ela era muito agressiva e minha mãe disse não queremos ficar aqui com nossas filhas e a decisão foi essa**. Saímos de lá sem saber para onde ir, ficamos na rua três dias três noites dormimos na rua (lágrimas) Uma Noite dormimos no CEDAMI foi um pouco difícil (...) ele nos encurralava, era como se não podíamos ter contato com os outros, com nada, queria só lavando, plantando, cozinhando. Uma vez fiz a limpeza toda da casa e quando viu que tudo estava limpo, jogou coisas no piso e nós passava tudo isso eu disse, **senhora não aguento mais não dá mais não, nós passamos por tudo isso e nós saímos durante a madrugada em busca de ajuda aproveitamos que a porta estava aberta e nos lançamos fora em busca de ajuda.**”*

No momento da entrevista P4 – Venezuela e sua família ficaram muito emocionados ao relembrar esta vivência de exploração e abuso, condição que reflete como o sofrimento ético-político afeta a totalidade do sujeito, no que tange à desigualdade, à opressão. O relato acima demonstra como essas mulheres ficam suscetíveis ao trabalho escravo e forçado, que denota salários muito aquém do mercado e um excesso de trabalho para além da jornada permitida na legislação brasileira. Segundo dados da IOM (2020), as mulheres migrantes são o grupo mais vulnerável e explorado (68% das vítimas) nos trabalhos domésticos e na prostituição forçada, em contextos de abuso racial, salários baixos e excesso de trabalho. Nesse contexto, a migração da força de trabalho feminina acompanha o processo de expansão do capital, pois sua acumulação produz uma população trabalhadora disponível a atender aos interesses capitalistas nos mais diversos locais de produção do mundo em momentos de retração econômica.

Entregues ao trabalho precário pelas políticas migratórias e sociais dos mais diversos países, as mulheres migrantes constituem um grupo que amortece a crise do capital, por meio

do seu sobretrabalho mal pago. A fim de atender as demandas dos grandes centros, milhares de mulheres se deslocam para trabalhar como empregadas domésticas (Lisboa, 2007).

Nesse ponto, a autora aponta a existência de uma mão de obra migrante, precarizada e feminina, oriunda principalmente dos países do Sul com marcas raciais, ofertando força de trabalho por baixo preço, informal e em postos de trabalho invisíveis, mas indispensável ao mercado global. Nesse ponto, vê-se a internacionalização do trabalho feminino e a interseccionalidade de categorias de gênero e raça no mercado de trabalho.

Outros autores falam sobre as cadeias de atividades de cuidado globais, denotando a inserção das mulheres em atividades de cuidado, também se fala sobre a internacionalização do trabalho doméstico (Falquet, 2008). Assim, vê-se que o desenvolvimento industrial das cidades promove a dependência de importação de mão de obra dos países periféricos, promovendo uma migração em massa de mulheres.

Lussi e Marinucci (2007) destacam que são comuns os casos em que trabalhadores migrantes são obrigados a se submeter a condições de trabalho análogas à escravidão e sob ameaça dos empregadores, com seus documentos confiscados, a fim de evitar fugas. Tanto no espaço agrícola, quanto doméstico, é uma realidade recorrente.

A precariedade do trabalho que as mulheres encontram está relacionada à exposição à condições laborais perigosas, insalubres, com riscos de acidentes e no caso de trabalhadoras migrantes, a documentação pode se tornar um complicador no acesso à direitos trabalhistas e também faz com que essas migrantes vivam com medo, escondidas para não serem enviados de volta ao seu país. A situação trazida por P4 - Venezuela exemplifica uma condição de não reconhecimento de seus direitos, dignidade, abuso, ausência de pagamento pelo trabalho realizado.

Também ligada à questão da precariedade no trabalho é o tempo de trabalho, principalmente no que condiz a situações de subemprego sem regulamentação, os quais acabam exigindo uma carga além daquela permitida pela legislação trabalhista, além disso a sobrecarga de trabalho impede atividades de lazer e descanso necessárias ao bem-estar e à saúde da pessoa humana, assim as experiências relatadas por algumas migrantes, principalmente ligadas ao trabalho doméstico de trabalho em Campo Grande - MS estão relacionadas à sobrecarga de trabalho, baixa convivência social, desemprego entre outras determinantes sociais:

“(...)que lá no Haiti eu me senti uma liberdade né? Eu queria ir num lugar eu vou né, eu queria ir na casa da Mari por exemplo, eu vou, mas que aqui você nem sabe qual dia que a menina ta em casa né? Porque todo mundo trabalha é difícil né? Mas

*que sabe que é depois que acontece que é o dinheiro que nós recebemos, que é bom né? Que é isso. Eu queria ver Mari mas ela não tá em casa né, mas que **eu vou trabalhar neh todo dia, só domingo, no domingo dia de folga**, porque a outra que eu queria ver, ela ta no trabalho também né? Que todo mundo quer passar um dia junto com amigo né?” (P8- Haiti)*

*“Não **aqui nós ficamos trabalho para casa do trabalho para casa.**” (P5 - Venezuela)*

Nota-se que ao encontrar trabalho ele possui elementos de sobrecarga, afetando outras dimensões da vida social das mulheres e suas relações de amizade e principalmente seu tempo de lazer e descanso, situação essa, portanto, que afeta muito suas vivências, pois se encontram em um país novo, e a falta de possibilidade de ter encontro com as pessoas de sua mesma nacionalidade e, principalmente amizade, dificultam a criação de laços afetivos duradouros e uma maior segurança afetiva, necessárias à condição da pessoa humana. Na verbalização acima apresentada percebe-se ser fundamental para a mulher migrante, neste caso, a haitiana, que relembra que no Haiti esse era um hábito entre as mulheres, as visitas e os encontros entre pessoas permitindo uma maior convivência entre todos.

Neste mesmo contexto, pensar sobre o excesso de trabalho, ou seja, aquele realizado para além da jornada de 8 horas diárias e 40 horas semanais, conforme previsto na legislação brasileira, mesmo que pago como horas extras³, denominados popularmente como “bicos”, as mulheres migrantes e refugiadas podem experimentar sentimentos de solidão, dificuldade de encontrar referências identitárias e o furto do convívio comunitário pelo trabalho, potencializado pelo efeito danoso da precariedade do emprego, da ausência do não direito e afetando condições de saúde da pessoa. Desse modo, sua vida social, seu tempo de lazer e ócio é atingido, pois no modelo de produção capitalista, o tempo é apropriado pelo capital e se torna disponível às suas necessidades, não pertence ao sujeito que trabalha, desse modo, o tempo livre do trabalhador seria aquele que o trabalhador tem para si e que não está disponível ao capital, no entanto, no sistema capitalista contemporâneo, o tempo disponível ao capital extrapola as jornadas de trabalho, comprometendo a relação do sujeito com seu meio e a constituição de relações para além do trabalho como experiências de lazer, tempo com os familiares e amigos.

Acerca do trabalho e do trabalhador, Marx (2004, p.83) afirma que:

³ Mas sabe-se que trabalho sem regulamentação, a hora extra paga não equivale àquela prevista em lei trabalhista, o que implica dizer que implica em uma exploração da mão-de-obra.

o trabalhador só se sente, por conseguinte e em primeiro lugar, junto a si (quando) fora do trabalho e fora de si (quando) no trabalho. Está em casa quando não trabalha e, quando trabalha, não está em casa.

Isso se dá porque ao estar no trabalho manual e repetitivo ocorre um estranhamento devido a não lhe pertencer o fruto daquele trabalho, esse sentimento faz com que o trabalhador não se sinta e não seja construtor do seu produto, mas sim um mero instrumento que deve produzir o resultado por aquele detentor da possibilidade de empregá-lo.

A inserção em rotinas de trabalho cada vez mais longas se torna uma alternativa necessária como meio de sobrevivência, como exemplificado nas falas em que as mulheres contam que realizam outras atividades além do trabalho para compor a renda:

“(...) às vezes é difícil comprar leite pão tem que comprar as coisas, pagar algum serviço, aluguel, medicamento então o dinheiro é um pouco curto e eu busco outras opções eu vendo produtos, quero montar um pequeno negócio para mim” (P2 - Venezuela)

As necessidades da vida material como comprar alimentação, medicamentos e pagar aluguel, tornam a busca por outras fontes de renda como um meio de conseguir lidar com as despesas familiares, produzindo sobrecarga de trabalho. Lisboa (2012) destaca ainda em seu estudo que mulheres migrantes possuem menores chances de encontrar trabalho do que os homens, tais questões se relacionam, além de questões patriarcais presentes no mercado de trabalho, mas para questões como baixa escolaridade, em que as mulheres se situam no lar, nos cuidados domésticos e com os filhos, possuindo pouca oportunidade para estudar, o que já se sabe que para que a mulher possa ter mais chances no mercado de trabalho é necessário maior grau de escolarização. Além disso, na condição de migrante, o trabalho aparece como uma necessidade, fazendo com que a mulher possua em suas experiências de migração, o constante contato com o desemprego e empregos de baixa de qualificação, esta realidade foi ao encontro das vivências das mulheres haitianas participantes desta pesquisa.

E por fim, não mais importante é conhecer o que pensam as mulheres sobre a sua vivência e permanência em Campo Grande. As mulheres participantes desta pesquisa apresentaram em suas falas a o desejo de permanecer em Campo Grande, desde que possam ter acesso ao trabalho e à qualidade de vida desejada:

“...pretendo morar no Brasil porque por mais que o Líbano não seja um país moderno o Líbano foi colonizado pelos franceses, mas mesmo assim tem uma resistência muito grande em algumas áreas profissionais como psicólogo” (P1 - Líbano)

*“Pretendo ficar aqui em Campo Grande, eu gostei do lugar da cidade **tem o emprego** que é o mais importante” (P4 - Venezuela)*

Mais uma vez evidencia-se a centralidade do trabalho como propulsor dos deslocamentos. Diante desse cenário, infere-se que a necessidade de trabalho é uma questão emergencial e primeira na vida das migrantes, essa força de trabalho se coloca em movimento para locais propícios ao desenvolvimento do capital e da produção, tal conformação se dá em razão da condição estrutural do desemprego na sociedade capitalista. Estes elementos nos fazem retomar a centralidade do trabalho na sociedade capitalista e a posição de vulnerabilidade que resta ao trabalhador, na ausência de condições de negociar com os detentores do capital, submeter-se às condições precárias de trabalho se torna o único meio de obter meios de sobrevivência. E como identificado na Tabela 2, a maioria das mulheres se encontra realizando serviços de baixa qualificação.

Lisboa (2012, p.213) aponta que “o capital, assim, não só provoca a procura de trabalho de quem tem necessidade, como também produz a oferta, pela criação ininterrupta de supranumerários.” Nesse mesmo entendimento Lisboa resgata de Sayad que “foi o trabalho que fez “nascer” o imigrante, que o fez existir, é ele quando terminar, que faz “morrer” o imigrante, que decreta sua negação ou que o empurra para o não-ser (Sayad, 1998, p.54 *apud* Lisboa, 2012, p.213).

Desse modo, se confirma no contexto de reestruturação produtiva vigente, um imenso exército de trabalhadores conduzidos a concretizar seus sonhos migratórios em busca de possibilidades de vida na luta pela sobrevivência. Nessa mesma compreensão, considerando a flexibilização dos processos e condições de trabalho e formas corrosivas de precarização, as quais impõem aos trabalhadores o deslocamento geográfico como solução no objetivo de atender às exigências conjunturais da sociedade capitalista. Thomaz Júnior (2002) traz que os modos de extração de mais-valia, mudam em função de espaços e tempos variados, por meio disso, o capital emerge como um elemento protagonizador de experiências volúveis de territorialização-desterritorialização-reterritorialização, se configurando o que Silva (1992, p.166) chama de “trabalhadores permanente temporários”, logo, a mala do migrante está sempre pronto para partir em busca de trabalho em outros locais de produção, situação confirmada pelas falas das migrantes haitianas:

“Se eu não arranjar emprego eu vou pra Chile, se eu achar algum emprego eu fico, porque o Brasil é muito bonito” (P6 - Haiti)

“Eu vou morar aqui, se não achar trabalho, não pode ajudar minha família, se Deus me ajuda, eu vou pra outro país” // Eu vou pra Canadá” (P7- Haiti)

Os deslocamentos em busca de sobrevivência e delineados por situações econômicas mostram que migrantes buscam algum lugar de acolhimento e que promova a possibilidade de permanência e qualidade de vida a si e sua família, é o que comenta a migrante P6 -Haiti quando diz que se não achar emprego buscará migrar para o Chile. Essa tendência migratória foi verificada no Brasil quando o país entrou na crise econômica da última década perdendo postos de trabalho, assim sendo muitos de nacionalidade haitiana acabaram por buscar outro destino e a maior corrente migratória se deu para o Chile.

Durante todo o decorrer deste relatório de dissertação tem-se buscado construir as trajetórias e vivências das mulheres migrantes a partir de seus cotidianos de vida e trabalho, todavia ainda se faz necessário compreender o movimento de consciência que acompanha a constituição do sujeito, a partir dos relatos.

4.3 Consciência e trabalho de mulheres em contextos de migração e refúgio

Neste último subitem desta dissertação considera-se a importância de se compreender a questão da consciência das mulheres migrantes e refugiadas, a partir do seu cotidiano e trabalho, pois estes segundo Lukács (2013) se inter-relacionam e se articulam de maneira indissolúvel.

Segundo Lukács (2013) a vida cotidiana caracteriza-se como a primeira forma de consciência, pois é na vida cotidiana que a vida do homem acontece, ou seja, “a cotidianidade é caracterizada e característica de cada período e contexto histórico, correspondendo ao nível em que ‘a reprodução social se realiza na reprodução dos indivíduos enquanto tais’.” (Montaño & Doriguetto, 2010)

A vida cotidiana é a vida do homem inteiro; ou seja, o homem participa na vida cotidiana com todos os aspectos de sua individualidade, de sua personalidade. Nela,

colocam-se "em funcionamento" todos os seus sentidos, todas as suas capacidades intelectuais, suas habilidades manipulativas, seus sentimentos, paixões, ideias, ideologias. O fato de que todas as suas capacidades se coloquem em funcionamento determina também, naturalmente, que nenhuma delas possa realizar-se, nem de longe, em toda sua intensidade (Heller, 2004, p.17, 18).

O cotidiano e o trabalho, então, têm muito a dizer sobre como a consciência vai se formar, pois como nos diz Heller (2004) a vida cotidiana é um produto histórico do ser social, ou seja, se constitui um campo de construção histórica na medida em que é heterogênea, mas sobretudo se refere ao conteúdo e à significação ou importância de nossos tipos de atividade. “São partes orgânicas da vida cotidiana: a organização do trabalho e da vida privada, os lazeres e o descanso a atividade social sistematizada, o intercâmbio e a purificação” (Heller, 2004, p.18).

Portanto, como já citado, até aqui foram acompanhadas a trajetória e contextos de vida de mulheres migrantes e refugiadas que chegaram em Campo Grande-MS, os desafios encontrados na chegada, as limitações, necessidades na busca por constituir suas vidas. A partir das discussões realizadas, as condições de vida das mulheres apontam para a precariedade de condições de vida, a urgência e condições sociais dadas para a realização do trabalho da mulher migrante.

Este subitem tem como objetivo apreender as percepções, consciência e reflexões que as mulheres possuem em relação ao seu trabalho atual, reconhecimento e avaliação dos direitos e leis trabalhistas brasileiras, concepções sobre o trabalho da mulher migrante no Brasil, respondendo à questão problematizadora desta dissertação: como se dá o movimento da consciência sobre o trabalho de mulheres migrantes e refugiadas frente à contextos de desigualdade social em Campo Grande- MS?

No que tange ao trabalho, a concepção de classe traz consigo a lógica dos conflitos sociais e não deve ser analisada apenas como uma esfera estritamente econômica, mas em articulação com a totalidade social e seus processos históricos que nos dão uma compreensão da dinâmica. Assim, ao falar de classe estamos considerando as relações entre homens e mulheres na sociedade em sua produção e reprodução social (Mattos, 2019). Essas relações estabelecidas nos permitem compreender comportamentos coletivos de classe, bem como, sua consciência coletiva e ação política.

Nesse sentido, resgatamos que Marx ao tratar de conceituar e pensar as classes na sociedade, analisou-a a partir de suas esferas objetivas e subjetivas. Subjetiva em dois sentidos, primeiro pois o termo se associa à consciência de classe e segundo, pois a classe

trabalhadora é um sujeito histórico-social, consciente que possui o potencial de transformar a história através de sua práxis (Mattos, 2019).

A contradição presente nas relações sociais no cenário capitalista também afeta a consciência do ser social. Logo, para compreender como se dá essa contradição é preciso pois, considerar a contradição das classes sociais ao longo da história (Mattos, 2019)

As disputas de classes e conflitos de interesse não aparecem de modo nítido aos sujeitos, mas mascarados nas relações de produção, condição que retira a possibilidade de interpretação das questões sociais e produz uma falsa consciência, que seria uma consciência parcial acerca de um determinado fenômeno. Essa pode se divergir conforme pontos de vista, como o das classes dominantes e os interesses das classes dominadas, Furtado e Svartman (2009, p.82) trazem que:

em uma sociedade de caráter aberto como a capitalista teremos inúmeros jogos de interesse e incontáveis possibilidades de formulação e interpretação dos interesses de classes que muitas vezes aparecem como contraditórios entre si. No entanto, em última instância, obedecem a um único senhor: o capital (...) travestido de consumo, moda, conservadorismo, mesquinhas, atuando de forma parcial ao apresentar o mundo por meio de migalhas

Um caminho apontado por Marx que elucida estes limites colocados à consciência pelas determinações do ser social, remete à outra categoria marxista, a alienação. A materialidade das relações de produção e exploração no trabalho faz com que o sujeito perca o controle do que produz, como produz e por que produz em virtude da exploração e expropriação pelo capital, com isso, a alienação emerge na sociedade de classes na medida em que ao criar o mundo, o sujeito é alienado da mediação de suas relações com a natureza e com outros indivíduos, devido a divisão social do trabalho, propriedade privada. Sua produção se torna algo estranho para si e se configura como inimiga, assim, passa a exercer controle sobre ele (Mattos, 2019).

Leontiev (1978) postula que a divisão social do trabalho e a propriedade privada consomem historicamente um determinado modo de estruturação da consciência humana, caracterizada pela dissociação entre o significado e o sentido da ação. Patto (1993, p.125) explica que a alienação ocorre quando há “um abismo entre a produção humano-genérica e a participação consciente dos indivíduos nesta produção”.

Por outro lado, o cotidiano destas mulheres centra-se no contraditório, pois, este não pode ser pensado apenas como mero espaço de dominação, de alienação ou mesmo de emancipação ou desalienação, mas sim contraditoriamente a vivência destas mulheres se

coloca como um campo de disputa entre a alienação e desalienação como nos diz Antunes (1999).

As mulheres participantes desta pesquisa, à respeito de sua condição atual, apontam um sentido maior de adaptação à realidade de vida no país de destino, mas muito tem a dizer sobre suas trajetórias e sofrimento nesta busca pela sobrevivência e estabilização econômica sua e de sua família. Assim, busca-se compreender a complexidade de suas vivências e perspectivas, correlacionada ao contexto do qual fazem parte e de seu lugar de fala, enquanto mulher, migrante e refugiada.

Acerca de sua condição trabalho atual, as mulheres venezuelanas apontaram:

“Agora estou trabalhando meu trabalho é bom, muito bom, tenho companheiro de trabalho super bom, isso é bom, porque passamos muitas coisas ruins anteriormente, porque graças a Deus agora só lágrimas de felicidade.” (P2 - Venezuela)

"Bom graças a Deus, assim as pessoas que estão trabalhando comigo são muito legais sabe, não tenho briga com nenhuma, tenho companheiros de trabalho muito legais quando eu precisei de apoio deles no meu trabalho atual quando aconteceu a situação com minha mãe, elas me deram apoio, acompanharam esse momento bem difícil, todo mundo ficou comigo é bem legal, tem aquela amizade" (P4 - Venezuela)

Com base nos relatos, emerge alguns pontos importantes para a análise como a ênfase dada nas falas às boas relações sociais no trabalho, por meio das amizades formadas, que vão formando uma rede de suporte para as mulheres. Consideramos que o trabalho se configura como um espaço de socialização do indivíduo, considera-se que a trajetória das mulheres migrantes é atravessada pela elaboração de redes sociais e a importância dessas redes para se estabelecer em um novo país. No processo de reterritorialização em um novo local, a apropriação e reprodução de relações sociais emerge como um elemento importante para a adaptação, incorporação da cultura, aprendizado de um novo idioma e o trabalho além de ser um fator de sobrevivência e necessidade imediata, promove outros ganhos às mulheres migrantes e refugiadas no que tange ao convívio social e comunitário.

Também, a literatura (Saquet & Mondardo, 2008) traz que as relações sociais em um contexto de migração e refúgio são um componente importante na transmissão de informações, acesso ao mercado de trabalho. Assim, importa compreender que essas redes se constituem por estratégias, conflitos, solidariedades. As redes são permeadas por símbolos, significados, informações, identificações, diferenças, jogos de poder, inclusão e exclusão que

se interseccionam com as experiências da sociedade de origem e da sociedade receptora (Saquet & Mondardo, 2008).

Na migração, as redes sociais representam a oportunidade de assimilar o contexto social, por meio da interação entre migrantes e não migrantes (Saquet & Mondardo, 2008), assim, o destaque dado às relações sociais nos permite compreender o cotidiano das práticas sociais de migrantes, a produção de significados através das experiências no plano coletivo e individual, das quais o espaço do trabalho é representativo.

Portanto, as redes sociais que se criam como um conjunto de pessoas que se relacionam proximamente no cotidiano da pessoa migrante/refugiada responde como todas as outras questões que permeiam as vivências do dia-a-dia, neste sentido o trabalho assalariado e as necessidades sociais requerem sempre respostas diretas e imediatas deste e ocupam a pessoa humana na objetividade das respostas às carências singulares e imediatas do mundo da vida, dando a falsa segurança de que a sociedade capitalista não pode assegurar. Como vida vivida pela mulher migrante/refugiada é realizada de “altos e baixos” vividos, como nos depoimentos apontados no início deste subitem. Assim, quando se está vivendo um momento de tranqüilidade, o mundo dado parece aos olhos da pessoa humana imutável, naturalizado, perpetuado

As questões apontadas no parágrafo anterior são facilmente observadas no depoimento de P5 - Venezuela se refere ao sentimento de segurança e tranquilidade atribuído a ter um trabalho e a comparação com a vida na Venezuela.

"Quando eu chego no trabalho, eu chego ativa, preparada, eu trabalho na rotisseria parte de cozinha, de preparar os caldos, arrumar os pratos aí eu arrumo tudo atendo os clientes, atendo o público é muito importante graças a Deus todos, todos me tratam bem, então dizem que gosta do meu sotaque e assim é maravilhoso mais que tudo esse meu trabalho (...) aí me sinto bem, me sinto segura um pouco, tem mais tranquilidade aqui do que na Venezuela, estamos bem nessa parte" (P5 - Venezuela)

O se “sentir segura hoje”, como afirma a migrante P5 – Venezuela, não quer dizer a permanência da segurança para toda a vida, já que a dialética do movimento da vida em uma sociedade capitalista não pode jamais assegurar algo como permanente. Por outro lado, contraditoriamente, como já apontado em uma fala anterior, neste trabalho (que toma-se a liberdade de repeti-la nesta fase deste texto), em que a migrante P2 – Venezuela afirma que antes da crise vivida pela Venezuela levava uma boa vida, em que tinha boas condições, mas que de repente perdeu tudo e encontra-se passando necessidade.

*"Antes de tudo acontecer na Venezuela **tudo era bom o salário era bom** eu trabalhava 17 anos no governo e eu trabalhava em frente da minha casa era cômodo e bom meu companheiro dizia para mim "você tá comprando muito calçado, muito sapato" (risos) eu trabalhava e comprava sapato então era cômodo." (P2 - Venezuela)*

A pessoa migrante/refugiada convive com o sentimento de insegurança constante, expectativas, quanto ao futuro planos a serem realizados, desejo de mudança de vida e a perspectiva laboral, a precarização atinge substancialmente esse público e como já apontado no texto, um dos elementos marcantes desse cenário precário do trabalho é a insegurança, potencializada por vivências de desemprego e a busca constante por trabalho assalariado na sociedade capitalista atual. A situação se complexifica ao analisar essa condição para mulheres em um espaço de migração e refúgio, sobressaem relações de gênero, raça, etnia, classe, de divisão sexual do trabalho, o que diminui as possibilidades dessas mulheres encontrarem trabalho.

Assim, vive-se sob a ameaça de ter um emprego hoje e perdê-lo amanhã e não saber onde encontrará um novo, esta condição para o público em estudo promove o aumento dos deslocamentos. Tendo em vista isso, Araújo e Moraes (2017) apontam que a insegurança passa a ser modo de vida. Ainda, a percepção de P5- Venezuela emerge tendo como pano de fundo o contexto de crise social e política vivenciado na Venezuela, ausência de trabalho e de condições mínimas de existência, assim, o emprego traz consigo a possibilidade de manutenção da vida, acesso à recursos materiais, moradia, alimentação.

Visualiza-se a face contraditória do trabalho, ainda que marcado por elementos de alienação e estranhamento, ele também possui elementos de sociabilidade que são importantes para o sujeito em comparação com a vida dos que se encontram desempregados (Antunes, 2018).

As experiências de trabalho em Campo Grande-MS das mulheres haitianas divergem dos relatos das mulheres venezuelanas. As falas trazem à tona questões de raça, preconceito, trabalhos ausentes de proteção legislativa, trabalhos de baixa qualificação, falta de respeito, perceber-se como escravo no contexto laboral e tudo isso é evidenciado nas falas como um desabafo, insatisfação, como um grito de protesto.

"Sim, onde eu trabalhava acho que tem pessoa que tem preconceito lá. Negra, acho que porque a gente é negra." (P6 - Haiti)

A entrada de migrantes haitianos no Brasil nos coloca em contato com a historicidade do racismo na constituição brasileira, importação de força trabalho escrava negra africana. O país foi o último das Américas a libertar os negros escravizados após um processo extenso de movimentos abolicionistas, entretanto, a herança desse período ainda perdura na sociedade brasileira como um marcador das relações étnico-raciais no país, nas vivências de racismo e na naturalização das desigualdades sociais (Cogo, 2019). Assim, as relações de migração e racismo não podem ser analisadas fora desse referencial histórico.

O fato do Brasil se constituir como uma nação com múltiplas raças, não foi suficiente para eliminar o racismo, ao contrário, complexificou as relações raciais e processos de exclusão e desigualdade com base em marcadores étnico-raciais (Cogo, 2019). Também, a historicidade das políticas migratórias brasileiras denota o interesse em impor uma supremacia branca por meio da seletividade migratória, em que se desejava trabalhadores brancos, saudáveis, obedientes, dóceis (Seyferth, 2000). Assim, visualiza-se que as migrações representavam uma oportunidade de branqueamento da população.

A condição de migrantes e pretos são características contra-hegemônicas, em comparação com a cultura colonial, eurocêntrica e racista. Assim, estas categorias naturalizam um certo lugar social a esse público e aumenta a situação de desamparo e desproteção. No caso das mulheres haitianas se destacam marcadores sociais e identitários de raça, sexo e xenofobia que se articulam e aumentam a condição de opressão e discriminação.

Cogo (2019) traz em sua pesquisa relatos de migrantes haitianos que denunciam situações de discriminação, racismo, trabalho escravo e ineficácia dos órgãos jurídicos em fornecer atendimento e respostas às queixas. Suas experiências indicam que a aversão ao migrante é seletiva, principalmente em migrantes pretas, configurando uma condição dupla de vulnerabilidade e discriminação, devido à sua nacionalidade e raça.

O racismo compõe a estrutura dinâmica do capitalismo periférico, as premissas coloniais se mantêm vivas em outros modelos de sociedade na pessoa preta que prolonga a condição de escravo e as marcas do racismo, ora velado ou descarado continua sendo uma forte componente da desigualdade social (Villen, 2015).

Ao mesmo tempo, verifica-se que P6 - Haiti reconhece a situação de preconceito e assim, expõe as especificidades das relações raciais no contexto de trabalho no Brasil. O contexto migratório pode suscitar pela primeira vez a essas mulheres experiências com racismo e possibilitar esses movimentos de consciência na articulação entre relações de trabalho e marcadores como raça, nacionalidade, etnia. É importante destacar que situações

dessa ordem se dão de modo velado, nas práticas sociais, nas relações, no acesso à serviços e espaços, nas ofertas de trabalho e no conteúdo deste trabalho.

Desse modo, visualiza-se que a reprodução do racismo no Brasil tem como um dos alvos o migrante/refugiado provenientes de países da raça negra. E o trabalho é uma dimensão em que ele se materializa, por meio da discriminação, da exploração, na representação da força de trabalho flexível (Villen, 2015). Nessa compreensão, as falas seguintes ressaltam essas questões:

*"Foi complicado, porque como você é **imigrante abusa mais de você** do que brasileiro, dá mais trabalho pra você. (...) Tem brasileiro lá que tá doente ela falou, fulana ta doente, tudo bem, se você ligar pra ela e falar que ta doente, ela fica brava, "eu não vou aceitar atestado", mas quando um brasileiro traz atestado ela deixa, **ela pensa que haitiano são escravo**" (P6 - Haiti)*

*"Eu primeiro, eu trabalhava na construção civil, **eu trabalhei 5 meses sem carteira assinada**, depois, eu trabalhei 3 meses com carteira assinada, depois eu fui a trabalho no hotel, eu dura um ano, me mandaram embora, quando me mandavam fazer quarto, fazer 24 por dia, termina vai ajudar outra, entra 08hrs pra sair 16:20, 18hrs ainda ta trabalhando, **aqui Brasil parece escravo onde trabalho**, não tem respeito por ninguém aqui Brasil" (P7 - Haiti)*

*"Ah, foi difícil, porque, muitas vezes que eu no meu país, que eu nem sabe passar um pano na casa né? Eu nem sabe passar um pano, cheguei no trabalho que eu não sabia, que eu vou passar o pano, não acredito que vou faxinar aqui né? Que depois que eu falei no trabalho eu quero dinheiro pra pagar casa, pra comer né? Pra pagar, tem que trabalhar né? Eu só faço meu serviço e não é passar pano, limpar vidro, não é isso que eu queria na cabeça, **eu sei na minha cabeça que eu trabalho, que eu recebo pra pagar minha conta e pra ajudar minha família**" (P8 - Haiti)*

As falas denunciam condições de exploração no trabalho, sentir-se escravo, Sassen (1991, *apud* Falquet, 2008) fala acerca da existência de uma mão de obra migrante e precarizada, predominantemente feminina, oriunda do Sul, com atravessamentos de raça que suprem o preço baixo da oferta de trabalho, inserindo-se em trabalhos invisíveis, informais, mas necessários aos grandes centros de produção.

Nesse contexto, as atividades tidas como de cuidado, limpeza vem sendo transferidas às mulheres migrantes em condições de privação de direitos, indo da escravidão à servidão. Assim, relações de classe, gênero e raça se interseccionam no mercado de trabalho. Um ponto importante a ser discutido surgido nas falas se refere à percepção de sentir escrava no

trabalho, essa questão suscita características do trabalho e sua organização no cenário capitalista.

O modo de produção é composto por fenômenos objetivos e subjetivos, destaca-se a auto-objetivação imposta ao sujeito que trabalha, em que ele se torna o instrumento da produção, a atividade produtiva ser contemplada através de cálculos de produtividade e lucro, fragmentação da atividade (Furtado & Svartman, 2009). O trabalho emerge para o trabalhador com leis próprias que estão fora de seu controle, como algo objetivo e independente de sua vontade e por isso o domina e emerge como algo estranhado, como evidenciado na fala, a sobrecarga de trabalho, arrumar vários quartos em um tempo determinado pelo empregador, são condições e modos de organização do trabalho que não estão ao alcance do trabalhador para transformar e refletem uma baixa possibilidade de controle sobre sua atividade produtiva.

Assim, as trabalhadoras migrantes e refugiadas se submetem às leis objetivas da economia capitalista. Logo, esse estranhamento possui profundas relações psicossociais, pois o processo de trabalho se fragmenta e se divide mecanicamente, impedindo a relação do sujeito com o produto de seu trabalho, o qual é reduzido em partes e se torna incompreensível. Nessa forma racional de trabalho, os elementos individuais e subjetivos são eliminados (Furtado & Svartman, 2009).

São várias as consequências desse processo, uma delas é a ação contemplativa do sujeito diante da máquina e dos instrumentos de trabalho, a separação dos momentos produtivos, aonde as peças de produtos são montados cada uma em um país, produzindo fragmentação e dissociação com o trabalho como um todo (Furtado & Svartman, 2009). Esses elementos afetam diretamente a consciência dos trabalhadores e trabalhadoras.

As mudanças no modo de organização do trabalho, o advento da reestruturação produtiva, tecnologias da informação e comunicação alteraram o modo como os trabalhadores e trabalhadoras se relacionam com a produção. O produto inicial se encontra cada vez mais distante de sua produção final, esta condição não possibilita abstração do processo produtivo, da produção até o seu consumo. Furtado e Svartman (2009, p. 98) explicam que isto se dá devido a:

Ao transformar a força de trabalho em mercadoria, deslocamos uma coisa da outra. Eu não preciso mais pensar em produção para satisfazer minhas necessidades. Como não estabeleço essa relação, minhas necessidades se constituem como algo abstrato - o processo é invertido. Quero porque existe e não porque preciso (...) O trabalhador é transformado em objeto de consumo (sua força de trabalho) e, ao mesmo tempo, é consumidor daquilo que se produz. Aqui reside a alienação e o estranhamento.

Assim, perde-se a propriedade daquilo que é produzido, não se mantém uma relação com a produção, condição que evoca uma consciência fragmentada, aonde quem produz não se visualiza como consumidor e quem consome, não se vê como produtor. Por meio disso, contempla-se um ocultamento das relações de produção pelas relações de consumo, assim a consciência se fragmenta por não conceber a integralidade do processo produtivo (Furtado & Svartman, 2009).

Em razão disso, a atividade produtiva emerge com consequências psicossociais que abrangem a ênfase nos processos quantitativos, em detrimento dos processos qualitativos de trabalho, passividade em relação ao trabalho, em virtude da independência dos processos econômicos, não apreensão do movimento histórico dos fenômenos sociais, como exemplo, a incompreensão de situações de demissão em massa de trabalhadores com a competitividade do mercado, queda nas exportações, assim, o sujeito que trabalha não consegue articular as suas atividades com o processo de manutenção do mundo e as necessidades atendidas por meio do trabalho (Furtado & Svartman, 2009).

Portanto, como nos diz Montañó e Duriguetto (2011, p.110)

ao superar a mera percepção imediata e parcial da realidade e a alienação da vida cotidiana sob hegemonia do capital, desmitificando a ideologia hegemônica, desenvolve-se uma consciência humano-genérica, em que se dá o trânsito de uma consciência-em-si para uma consciência para si.

Neste sentido, o que Lukács (2013) afirma é que se desenvolve uma consciência de classe. Observa-se a seguir os depoimentos das participantes desta pesquisa, acerca da indagação sobre sua avaliação das leis e direitos trabalhistas brasileiros, as mulheres explicaram:

*"mas o que eu acho mais errado ainda é o salário R\$ 1045. **Coitada da doméstica que ganha isso como é que vive?** Você vai no mercado você compra o mínimo é r \$ 300 então isso me incomoda muito e aqui no Mato Grosso do Sul tem muitos locais que pago R\$ 990 com desconto a pessoa vai receber mais ou menos r \$ 800 então dá muita dó e trabalhando 44 horas semanais então tipo assim é muito triste ver essa questão do salário" (P1 - Líbano)*

*"Olha eu acho que assim, o que deve mudar é o salário das pessoas, porque assim o salário mínimo, na minha opinião, **R\$1200 reais por mês é muito pouco, se a pessoa tem que trabalhar 10 horas por dia ela tem suas duas horas de almoço para receber R\$ 1200, tipo não tem lógica dividir R\$ 1200 por 30, dá R\$ 40 por dia, 10 horas para receber R\$ 40. Então para mim isso não tem lógica aí eu acho que sei lá***

o que que dá para comprar com o salário mínimo? Nem um pacote de arroz mais.”
(P3 - Líbano)

*"na verdade a maioria dos trabalhadores fala do salário, o salário passa muito tempo para dar aumento, na Venezuela todo ano tem aumento, isso Antigamente eu digo uns 20 anos atrás e sempre está acima do orçamento trabalhavam um mês e naquele mês o salário dava para comprar roupa, comida, mas depois de uns 20 anos **começou o salário aumentar mas a situação já tava tudo mais caro, aqui é diferente os produtos não aumentam bastante mas o que acontece eu acho que o salário ele demora muito para aumentar.** Na verdade o último aumento que teve foi r\$ 30 aí eu falei R\$ 30 reais? já o pacote de arroz tá 20 poucos e o salário é o mesmo aí tá faltando alguma coisa e você tem que dar um jeito”* (P5 - Venezuela)

Predomina nas falas a insatisfação com o valor do salário mínimo no Brasil. O salário mínimo é a contraprestação monetária mínima a ser paga pelo empregador ao trabalhador pela jornada de trabalho cumprida em uma determinada região ou período (Dieese, 2010). Ainda, ele visa proteger os trabalhadores na distribuição de salários.

No Brasil, a instauração do salário mínimo se constitui após a abolição da escravatura. No final do século XIX, emergiram lutas operárias no país por melhores condições de trabalho, a instituição do salário mínimo se deu de modo heterogêneo e fragmentado no território brasileiro, sendo uma bandeira dos trabalhadores e trabalhadoras (Araújo, 2017).

Castel (2009) salientou que nas sociedades capitalistas com a ideologia liberal, empregadores e trabalhadores não se encontram em posições de igualdade para acertar o valor da força de trabalho, pois, o sujeito que trabalha se encontra destituído dos meios de produção, assim, a venda da sua força de trabalho é a única possibilidade de garantir sua existência e subsistência (Castel, 2009). Ainda mais, a condição de vulnerabilidade, fome e ausência de recursos faz com que os trabalhadores e trabalhadoras não possuam tempo para vender sua força de trabalho por um bom preço e ao empregador interessa a mercadoria mais barata, assim, submetem-se a trabalhos que pagam valores inferiores ao mercado, que atentam contra sua dignidade.

Cabe ao trabalhador a parcela mínima do produto produzido, apenas o necessário para sua sobrevivência e reprodução de relações de servidão ao trabalho. Os valores gerais do salário mínimo possuem uma regulação com base no crescimento ou diminuição do exército de reserva. Seu crescimento, ou seja, o aumento da oferta da força de trabalho, promove a queda no preço a ser pago pelo empregador, assim, em momentos de elevado índice de desemprego, o poder de barganha dos trabalhadores e trabalhadoras diminui. Com isso, o salário mínimo obrigatório visa impedir que o valor do salário caia absurdamente em níveis indignos para o sujeito trabalha.

A política de valorização do salário mínimo é um componente importante da seguridade social. Esta é uma ferramenta eficiente na redução de desigualdades e manutenção da economia. Entretanto, em famílias que não conseguem satisfazer suas necessidades básicas como moradia e alimentação, o salário mínimo não se revela condizente com a dignidade humana, pois não ter o que comer, o que vestir, não possuir um abrigo, não ter acesso à educação, são elementos que ausentes representam uma condição de violação da dignidade humana (Meressi, 2016).

A concentração de renda no Brasil é um fator que obstaculiza a distribuição de recursos para o pagamento de um salário mínimo de valor significativo que atenda as necessidades sociais. Meressi (2016) afirma que o capitalismo brasileiro tem como característica o pagamento de baixos salários à maior parte da classe trabalhadora.

Retomando a concepção de estranhamento produzida pelo trabalho, em que o sujeito é afastado do produto do seu trabalho e é visto como uma propriedade alheia e concentrada no capitalista, assim, o salário é uma consequência do estranhamento do trabalho, Chagas (2013) explica que a reconciliação do trabalhador com o objeto de sua atividade se dá por meio da posse do dinheiro, logo, o salário personificado na figura do dinheiro, o pagamento da força de trabalho oportuniza ao sujeito a expressão fora de si, no ter. A sociedade capitalista inverte os valores, o ter em detrimento do ser, assim, as emoções, afetos entre os indivíduos também passam a se dar através da mediação com o dinheiro.

Marx (2004) traz que na sociedade capitalista tudo é comprado com trabalho, mas o trabalhador não pode comprar tudo, pois tem que vender a si próprio, assim quanto menos se possui, mas se fica sob domínio das leis do capital. Com base nisso, a ausência de dinheiro coloca o indivíduo em uma condição de não ser, pela falta do ter, o ser não vislumbra qualquer objetivo ou propósito, pois as necessidades só podem ser supridas pelo dinheiro. Esta realidade revela um mundo social dirigido pelo dinheiro e com a sua posse, o indivíduo se torna estranho à sua sensibilidade, logo, ao desejar um objeto, se sensibiliza pela possibilidade de obtê-lo como capital, possui-lo. Esse movimento do capital, reduz o ser ao ter e as necessidades humanas à posse do dinheiro, comprometendo as aptidões intelectuais e a subjetividade do ser social.

Neste sentido, a consciência de classe diferentemente do “senso comum” procura conhecer e compreender as causas que estão por traz dos fatos e ao fazer isto apresenta-se com o sentido da totalidade. A consciência de classe não é meramente uma consciência psicológica, e, portanto, então não tem um caráter contemplativo, ela envolve os interesses que deve expressar a ação imediata como a estrutura de toda a sociedade. Assim, a

consciência de classe não pode ser a consciência de uma pessoa. A consciência de classe é o pensamento e os sentimentos que os homens teriam tido frente a uma determinada situação de sua vida, se tivessem sido capazes de compreender perfeitamente essa situação e os interesses dela decorrentes. Isso acontece quando os interesses imediatos e individuais abrem espaços aos interesses de classe. Observa-se a seguir a avaliação do trabalho da mulher no Brasil que indicam relações de desigualdade de gênero no contexto laboral:

*"Eu como mulher eu me sinto bem em meu trabalho eu não posso falar por outras pessoas porque eu não sei porque não é visto, mas uma moça que desde que ela **chegou aqui, ela falou que não consegue trabalho**, então eu tenho ajudado ela no sentido de orientação também faz isso faz aquilo para ela tá bom, ela tá morando com uma brasileira ela fica cuidando de um menino, Ela tá se sustentando com o auxílio emergencial, ela tem bebê pequeno também" (P2 - Venezuela)*

*"**Eu acho que elas deveriam receber mais porque elas trabalham muito mais que os homens**, essa é a verdade aí eu acho errado que a parte que a mulher tem que receber menos que o homem, porque a mulher fica no mesmo serviço às vezes trabalha até mais que o homem e o homem recebe mais, mais do que a mulher, eu acho isso super errado, essas relações, a mulher tem que ser mais valorizada, não só aqui no Brasil" (P3 - Líbano)*

A discriminação por causa de gênero atinge todas as mulheres, entretanto, as mulheres em situação de migração e refúgio se encontram em maiores condições de desproteção para reivindicar e acesso aos seus direitos. As relações de gênero são fundamentais para se compreender relações de dominação e exploração, seja no trabalho, na vida cotidiana, na política e demais dimensões da vida do sujeito.

O mercado de trabalho fomenta estas desigualdades e se estrutura com características patriarcais e machistas, ao se integrar ao mercado de trabalho encontra uma série de barreiras à sua inserção, como baixos salários, questões como maternidade são concebidas como um empecilho, predominando-se uma mão de obra desvalorizada. Nos cargos de poder e liderança as mulheres são minoria.

A ONU lançou um relatório "Progress of the World's Women 2015-2016: Transforming Economies, Realizing Rights" que trazem dados que revelam que há mais desemprego feminino do que masculino e quando inseridas no mercado de trabalho recebem baixos salários, em média 24% menos que os homens, sendo que ter um filho aumenta a discrepância de salário entre os sexos. A mulher possui uma sobrecarga de trabalho maior nas atividades domésticas e trabalho não remunerado em comparação com os homens. Ainda,

75% do emprego das mulheres se dá no mercado informal, desprotegidas pela lei e ausentes de proteção social (Costa & Schwin, 2018).

É válido salientar que a fala de P3 - Líbano expressa um movimento de reconhecimento do lugar social outorgado à mulher, processo que provoca transformações em relação à religião e cultura muçulmana. Marinucci (2015) destaca o processo de socialização na sociedade ocidental, inserção no mundo do trabalho em uma sociedade multicultural, possibilita que paradigmas de pertencimento e crença se individualizem e se desinstitucionalizem, fortalecendo, assim, a autonomia da mulher e questionamento de relações de gênero. Essas mudanças são resultado de uma reinterpretação da legitimação religiosa no que se refere à questões de gênero, incorporação de traços da cultura ocidental, autonomia. Assim, ao desvendar questões mais profundas que vão além das aparências, as migrantes/refugiadas assumem desenvolvimento da consciência de classe, de ser mulher, migrante/refugiada e de sua condição que se converte em conhecimento crítico da realidade que se pretenda orientado para a transformação social, o qual falaremos ao final desta discussão. Mas importante ressaltar que a consciência de classe é inseparável das lutas de classe, isso se dá indubitavelmente na contradição da realidade social do cotidiano e do trabalho e que ao ser analisada causa indignação frente às injustiças vivenciadas mobilizando para o levantamento de bandeiras necessárias em busca de melhores condições de vida para si e para os seus.

Portanto, as mulheres migrantes e refugiadas também estão suscetíveis às influências das construções de gênero de cada país que afetam sua entrada no mercado de trabalho, maior valorização e oferta de trabalho para homens migrantes e assim, melhor remunerados, como exemplificado por P1 - Líbano:

***"difícil achar mulher migrante trabalhando na, rua nas lojas, porque as pessoas não dão oportunidade para mulheres que não sabem falar direito Não adianta e não dá porque a primeira coisa que vão falar, olha eu quero uma pessoa com experiência você pega uma refugiada que nunca estudou com aquilo que você vai ter experiência como que ela quer então não tem, não tem trabalho para mulher não tem, ou para homem, mas muito menos para mulher é o que eu vejo eu sinto muita falta disso"** (P1- Líbano)*

Além do percurso migratório, o caminho na conquista por direitos e igualdade é longo para estas mulheres, os estereótipos de gênero presentes no país de origem as acompanham e se complexifica pela dupla condição de mulher e migrante ou refugiada, como traz a migrante haitiana:

"Foi complicado, porque como você é imigrante abusa mais de você do que brasileiro, dá mais trabalho pra você." (P6 - Haiti)

Estas questões limitam suas possibilidades de desenvolvimento e realização de projetos (Costa & Schwin, 2018). Além disso, padrões de gênero, classe, raça, nacionalidade, língua, são alguns elementos que produzem maior precariedade de direitos, aumento das dificuldades no acesso à serviços de saúde, assistência e justiça. Neste sentido, P3- Líbano apontou relações conflituosas de trabalho e cultura:

"então para nós mulheres que usam véu, porque outras mulheres migrantes acho que consegue emprego mais fácil sem o véu, então para nós se torna uma barreira por conta do véu, (...) eu já vi vários relatos de mulheres e quando falavam aí você é muito boa para o emprego mas você tem que tirar o véu para poder trabalhar, ah isso acaba com a pessoa é humilhante, você não poder usar por causa do véu, porque o meu véu vale muito mais do que emprego, (...) Eu uso o véu o véu faz parte de mim "(P3 - Líbano)

Os hábitos, costumes e religião expressos nas vestes das mulheres libanesas é destacado como um fator que dificulta a conquista de um trabalho, além de apontar casos conhecidos em que foi solicitado à mulher muçulmana que se retirasse o véu para poder trabalhar, P3 - Líbano traz essa questão como uma situação humilhante que coloca a pessoa refugiada a negar seus valores e costumes, condição que remete à uma tentativa de apagamento da identidade e particularidade do indivíduo, performando-se como uma forma de violência.

Sierra (2003) em sua pesquisa com mulheres marroquinas muçulmanas na Espanha infere que a apropriação de sua religião é muito forte e se constitui como um importante recurso identitário, entretanto suas possibilidades de trabalho se caracterizam por serviços desprestigiados socialmente, além de vivenciar experiências de discriminação e preconceito na sociedade e nos espaços de trabalho, logo, esses são fatores que dificultam o desenvolvimento e conquista de autonomia em contextos de refúgio e migração.

Para refugiadas muçulmanas a familiarização com as práticas culturais do ocidente, representa uma mudança profunda em seu cotidiano, seja no uso do véu, nas práticas religiosas. Destaca-se como o trabalho para essas mulheres como mais um espaço de violação de direitos, mas que reflete a postura de consciências sociais e coletivas no tratamento aos migrantes e refugiados.

Além disso, a fala de P3 - Líbano afirmando que o véu vale mais que um emprego e faz parte dela, reflete a cultura como um elemento essencial na constituição do sujeito e subjetividade. Vigotski salienta o papel ativo do homem e da cultura, na medida em que ele cria cultura e ao mesmo tempo é constituído por ela. Assim, a cultura é o sujeito personificado nos valores, costumes e práticas culturais (Molon, 2000). Desse modo é pela mediação das relações sociais, realidade objetiva ocorre a internalização de elementos de fora para dentro, assim a dimensão que é social se transforma em um elemento constitutivo do sujeito (Aguar, 2000)

É importante salientar que a discriminação de gênero no contexto de trabalho é resultado de séculos de inferiorização das mulheres na história, assim, a migração é mais um espaço de lutas, conflitos, conquistas e afirmação da mulher, como traz P2 - Venezuela:

*"Eu penso que aqui as mulheres são trabalhadoras, mas os homens são mais dominantes e as mulheres fica só para casa e o homem que trabalha, **falam que mulher é sexo frágil mas as mulheres não são o sexo frágil**, as mulheres migrantes temos que trabalhar, temos que sair na rua e trabalhar, não podemos ficar dormindo em casa."* (P2 - Venezuela)

Esta fala expressa o protagonismo das mulheres migrantes e refugiadas nos deslocamentos, autonomia e busca de seus objetivos, conquista de espaços na sociedade. Por muito tempo, a literatura apresentou a mulher em uma posição de passividade nos movimentos, como acompanhante do homem, entretanto as mulheres entrevistadas trazem consigo as mudanças no papel da mulher em muitas sociedades, busca por inserção no mercado de trabalho, processos de emancipação e são justamente estes elementos que foram determinantes na decisão por migrar.

Por meio disso, a ocupação de postos no mercado de trabalho pela mulher, retira as naturalizações de dependência da figura masculina, como provedora do lar, pois agora essas mulheres saem em busca do seu espaço na sociedade, afirmando que não são um sexo frágil, mas que são um sexo forte que historicamente tem lutado exaustivamente por bandeiras como igualdade e equidade de gênero, e o trabalho é uma das dimensões que abrangem a luta feminina.

Além disso, verifica-se essa vontade de ocupar os postos de trabalho, mesmo em contextos desiguais, baixas oportunidades, condição que evoca a centralidade do trabalho na sociedade contemporânea, mas que no cenário capitalista domina o sujeito e não lhe deixa outra possibilidade de reprodução. Ainda, a fala de P4- Venezuela nos revela o desejo, a

afetividade implicada na transformação de suas vidas por meio da migração, assim, entendemos que “por trás da desigualdade social há vida, há sofrimento, medo, humilhação, mas também há o mais extraordinário milagre humano: a vontade de ser feliz e de recomeçar ali onde qualquer esperança parece morta” (Sawaia, 2009, p. 365).

Inserido em situações vulneráveis o sujeito é determinado e determinante da sociedade. A autora fundamentada em Espinosa ainda destaca que o indivíduo possui uma potência interior que o impulsiona a perseverar sua existência, uma resistência, mas que não deve ser confundida com a luta pela sobrevivência. Perseverar na existência envolve a expansão do corpo e da mente na busca por liberdade e felicidade (Sawaia, 2009).

Assim, as mulheres ao longo da jornada migratória reconstroem, negociam ou reafirmam relações de poder, hierarquia e identidade. Como, visto na tabela 1, dentre as mulheres venezuelanas entrevistadas, apenas uma possuía um companheiro, as demais estavam residindo em Campo Grande com filhos ou com a mãe e filhos. A ausência da figura masculina reforça a perspectiva dessas mulheres como donas de seus destinos, decidindo pela migração e buscando realizações.

Esses movimentos trazem as transformações no que tange ao gênero que a sociedade está passando, com a luta por maior liberdade, ocupação de postos de trabalhos tido como masculinos, mas é importante salientar que apesar disso a segregação no mercado de trabalho, exclusões, ainda permanecem.

Destarte, assim como Rosa de Luxemburgo defendia a necessidade de a classe operária produzir sua própria consciência é necessário que mulheres migrantes/refugiadas a partir de suas próprias experiências de vida e trabalho possam construir juntas uma consciência coletiva em defesa de seu lugar e potencialidade na vida em sociedade, no país de seu estabelecimento. Assim sendo, P2 - Venezuela além de relatar a dificuldade que a migrante possui de entrar no mercado de trabalho em Campo Grande-MS, ressalta que para a pessoa migrante conseguir um emprego, necessita da recomendação ou mediação de um brasileiro e quando não ocorre esse intercâmbio, conseguir um trabalho é um milagre:

"Quando eu cheguei lá em Manaus deu um impacto de **que não dão uma oportunidade de trabalho para imigrantes é impressionante que você tem que ser recomendado para conseguir um trabalho, indicado por um brasileiro porque é muito difícil se acontece um milagre, é um milagre**" (P2 - Venezuela)

Com isso, verifica-se que se estabelecem relações que podem estar associadas com a desconfiança em relação à figura do migrante, como estrangeiro, como perigoso. São

construídos socialmente estigmas que são incorporadas à identidade do ser migrante, que afetam suas experiências, além disso, a necessidade da figura de um “nativo”, uma pessoa brasileira para mediar a relação de trabalho, coloca a mulher migrante em condição de tutela e dependência do outro para aprovar, encaminhar, realizar contatos que possibilitem o acesso ao trabalho, realidade que limita e coloca em uma condição de maior vulnerabilidade.

Assim, a desigualdade vai ser performando em formas de exclusão e discriminação, há um entrave social e político constante em que a pessoa migrante ou refugiada busca se inserir na sociedade como um cidadão “igual” a qualquer outro, como ele justamente é.

A globalização, processos de urbanização e mobilidade humana tem potencializado os contatos entre diferentes modos de vida, culturas e grupos étnicos-culturais. Entretanto, esses encontros se dão em meio a conflitos e tensões sociais. A chegada de migrantes e refugiadas nas cidades implica cada vez mais na formação de espaços de coabitação de pluralidades culturais.

Ramos (2009, p. 03) explica que:

a diversidade cultural poderá sustentar o reconhecimento positivo da diferença, do Outro, mas poderá, também, servir de suporte para acentuar as diferenças entre as maiorias e minorias e desencadear atitudes de discriminação, racismo e exclusão

Por meio disso, em contextos de migração e refúgio há a constante negociação e renegociação de identidades e diferenças e a cultura pode ser um fator de exclusão social, hostilidade, indiferença, tendo como potencial a redução dos contatos, participação na vida coletiva e dificuldades na formação de redes de apoio. Estes elementos impactam esferas psicossociais da vida da pessoa migrante ou refugiada, Ramos (2009, p.05) traz que os deslocamentos se constituem como “um processo complexo, contraditório, uma experiência de perda, ruptura, mudança, vivenciada pelo indivíduo”

Para além de adaptar-se às normas socioculturais de uma nova localidade é necessário que a migrante ou refugiada sinta-se livre para expressar seus valores e costumes. A aprendizagem e reconhecimento de culturas e hábitos diversos necessita ser uma atitude da sociedade civil e de migrantes e refugiados em um processo mútuo e recíproco e este é um grande ganho sociocultural que os deslocamentos contemporâneos promovem, a nível macro, grandes transformações sociais e históricas acontecem por meio da abertura à pluralidade.

A interseccionalidade se revela como uma importante ferramenta teórica para Piscitelli (2008) para compreender as formas que marcadores identitários se articulam em formas de opressão que exercem impacto nas vivências das mulheres em condição de deslocamento,

marcadores como, nacionalidade, etnia, classe, gênero, religião, os quais são atravessado por contextos sócio-histórico, dimensões subjetivas da realidade (Piscitelli, 2008).

Assim, esse cruzamento de diferentes formas de opressão pode produzir situações como preconceito de classe, etnia, religião, afetando as esferas da vida do sujeito como trabalho e relações sociais. Tipificações estereotipadas como estrangeiros, brasileiros, árabes, venezuelanos, haitianos dizem de marcações identitárias que segregam a vida social em grupos ou guetos, fomentando preconceitos, fobias.

As novas formações sociais requerem a promoção de políticas públicas de livre expressão cultural, partilhas, em que os indivíduos possam exercer seus direitos e terem acesso à bens e recursos. Os fluxos de pessoas de diferentes localidades promovem grandes desafios na gestão das diversidades culturais em grandes centros e requer a elaboração de políticas públicas plurais, inclusivas, participativas que garantam o direito, dignidade e cidadania de migrantes e refugiados.

Portanto, ao analisar a esfera consciência das mulheres migrantes e refugiadas destacamos a determinação da vida sobre a consciência, assim, as compreensões necessitam partir da esfera concreta da vida em que estão inseridas em suas contradições históricas e sociais sob o bojo do capitalismo. Uma concepção naturalista da vida humana oculta as condições sociais que constituem o sujeito e as formas históricas de desigualdade social, assim, a análise da realidade psíquica necessita se assenta na realidade social.

Assim, as falas das mulheres expressam o modo como elas tem construído sua existência, atuado sobre a realidade, satisfeito suas necessidades, na tentativa de superar e transformar contextos de exploração e opressão, transformam também a si mesmas. Nessa compreensão, identifica-se que suas formas de pensar e sentir o mundo, trazem consigo uma integração, ora contraditória, de vivências, conhecimentos, significados que se cruzam com sua história social e pessoal, a qual é mediada pela ideologia, classe social. Assim, as vivências e falas revelam o movimento dialético da consciência, tensionada pelas construções históricas, leis, normas sociais, processos de intensificação de trabalho e exploração do trabalhador no cenário capitalista. Considerando isso, suas vivências são a expressão da materialização de sua consciência, as quais nos permitem identificar condições de ocultamento da realidade, ideologias e naturalizações.

Enfim, para Marx e Engels (2008) a história de todas as sociedades até hoje é a história das lutas de classe que se dá nas contradições da vida cotidiana, pois como este diz: “Os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob

circunstâncias de sua escolha e sim àquelas com se defrontam diretamente. (Marx, 2011c, p.25)

Ao considerarmos a dinâmica da vida social concreta e objetiva das mulheres migrantes/refugiadas participantes desta pesquisa observamos muitas formas de segregação, exclusão e desigualdades sociais no campo do trabalho e vida, demonstrando que não é mais importante a desigualdade de classe que a desigualdade de gênero ou raça e, portanto, não é menos importante a situação particular de cada uma destas mulheres que são situações complexas e heterogêneas em suas formas de sofrimento e injustiças sociais que vivenciaram em suas trajetórias de vida. Por outro lado, entendermos que ao falar da contradição de classes não se pretende afirmar que através dela compreenderemos todas as formas de opressão existentes no mundo, mas vale afirmar que com ela se compreende os fundamentos da sociedade capitalista em seu âmbito da desigualdade social.

Portanto, ao refletir consciência de acordo com Lukács (2013) é observar a posição social das diversas classes sociais da sociedade burguesa e que elas não se fundam exclusivamente no seu lugar no processo de produção. Ou seja, ao se relacionar a consciência com a totalidade da sociedade torna-se possível reconhecer os pensamentos e os sentimentos que os homens teriam tido numa determinada situação de sua vida se tivessem sido capazes de compreender perfeitamente esta situação e os interesses dela decorrentes tanto em relação à ação imediata como em relação a estrutura de toda sociedade, conforme estes interesses. A consciência de classe não é necessariamente uma consciência real. Mas, é importante destacar que ao se constituir uma consciência de classe, é possível mudar a realidade social de seu tempo.

Montaño e Duriguetto (2011, p.112) nos diz que a:

consciência de classe adequada (ou política) deve ter como conteúdo ‘a sociedade como totalidade concreta, o sistema de produção em um determinado ponto da história e a resultante divisão da sociedade em classes

E neste ponto a consciência de classe passa a ser peça chave para qualquer transformação societária e é o que Marx denomina uma direção para a emancipação humana. O que Marx (2004) considera como emancipação humana a eliminação de toda forma de desigualdade, dominação e exploração, mas emancipação humana também exige emancipação política, sendo a segunda pressuposto para a primeira, e, portanto, essa luta deve ser pelo fim do capitalismo e de todas as formas de opressão. Não poderia, portanto, ser diferente para a mulher migrante/refugiada que a consciência de classe para si, como elevação da consciência

coletiva deve buscar superar a consciência de classe em si caminhando para luta contra o sistema capitalista opressivo juntamente com a luta contra o machismo, a desigualdade sexual, contra o racismo e a desigualdade racial e ética em busca de dignidade de vida e justiça social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para realizar esse estudo, partiu-se de uma concepção materialista histórica-dialética da realidade social com enfoque nas temáticas, trabalho, migração, gênero, cotidiano e consciência. Os estudos marxistas apontam para a categoria trabalho como fundante do ser social, logo a constituição do sujeito se dá na dialética indivíduo e sociedade.

Na processualidade da vida social humana, a consciência vai emergindo e assumindo uma dimensão social e material. Assim, a consciência e o trabalho foram fios condutores que permitiram compreender o psiquismo humano manifesto nas relações sociais, na vida cotidiana dos sujeitos e nos espaços sociais de trabalho. Assim, estes elementos teóricos nos auxiliaram a pensar as experiências de mulheres migrantes e refugiadas em uma perspectiva subjetiva, política e social.

Nesse sentido, se pretendeu investigar como se processam as migrações femininas contemporâneas e o refúgio na sociedade capitalista. Desse modo, apreendeu-se que o capital opera como um propulsor das migrações contemporâneas e do refúgio no cenário global, colocando massas de trabalhadores em movimento, erigindo um gigantesco exército industrial de reserva móvel, disponível à exploração internacional em busca de trabalho nos grandes centros produtivos, de melhores condições de vida e em fuga de crises políticas e econômicas.

Entretanto o panorama se complexifica, quando falamos do gênero nas migrações e no refúgio, em que a exclusão, discriminação e precariedade de condições de vida e trabalho se presentificam em todo o deslocamento, desde a saída do país de origem, durante a travessia e a chegada no país de acolhimento, influenciando relações de trabalho, estruturas como família, domicílio, relações com o país de acolhimento, proporcionando experiências de desemprego, frustração, exploração no mercado de trabalho e serviços de baixa qualificação.

Os relatos apontaram dificuldades de conquistar um emprego, inserção em ocupações de baixa qualificação, casos de exploração no trabalho, vivências de rua, também, compreendeu-se que as mulheres haitianas encaram em suas vidas a perversidade do racismo nas relações sociais, atingindo suas experiências de trabalho, realidade divergente da relatada por mulheres venezuelanas e libanesas, entretanto, as últimas apontaram situações de xenofobia e intolerância religiosa. Por meio disso, a complexidade da temática se manifesta pela intersecção de elementos de gênero, raça, etnia, nacionalidade que performam diferentes formas de opressão.

Assim, foi possível entender, como a migração e o refúgio produzem efeito no movimento de consciência dessas mulheres que se subjetivam através do trabalho, nas relações sociais e na produção de seus meios de vida por meio das emoções, afetos e

pensamentos manifestos em suas falas, que por sua vez, são expressões materiais da leitura da realidade, das relações sociais, sendo assim, a questão da desigualdade social e opressão em que estão inscritas essas mulheres precisam ser compreendidas como fenômenos psicossociais que se expressam nos processos da objetividade e da subjetividade, da particularidade e da totalidade, mas que não podem ser consideradas expressões duais, pois estas indicam processos que são mediadores na relação dialética da totalidade e contradição da vida social cotidiana, ou seja, essas se estruturam na base produtiva, econômica e política de uma dada sociedade que irão se desdobrar na constituição do sujeito, que vive e sente no corpo as dores da exclusão. A materialidade dessas questões se deu no reconhecimento de que por ser mulher e migrante, se é mais explorada no trabalho, encontram maiores dificuldades em conseguir um emprego e insatisfação com a remuneração recebida.

É justamente no processo de consciência e alienação que a mulher migrante e refugiada desta pesquisa percebe que a atividade no modo de produção capitalista é destituída de sentido produtivo, o trabalho não pertence ao trabalhador, não está sob seu controle, porém, precisa dele para sobreviver, assim, o trabalho se torna meio de vida e danoso em seus aspectos psicossociais, materiais e espirituais. A crítica em torno desse modo de produção se dá pela criação de uma forma de vida social que dilacera as necessidades humanas de existência e o desenvolvimento de uma energia física e espiritual livre. Desta forma, o combate à alienação se realiza quando o indivíduo faz do seu trabalho uma atividade consciente, para que isso ocorra, faz-se necessário condições sociais e históricas favoráveis, além da dissociação do trabalho com a propriedade privada.

Ao mesmo tempo, as falas também revelaram o desejo de perseverar na existência, de com a migração buscar melhores condições de vida para si e para sua família, assim, importa não confundir a luta pela sobrevivência com alienação, pois os sujeitos no seu cotidiano encontram modos e possibilidades de libertação e reprodução de sua existência que podem alterar o seu campo de ação, a partir das escolhas e alternativas realizadas, compreendendo essas escolhas como históricas, concretas que partem de um sujeito consciente, pois a subjetividade também é um dado material e objetivo, assim, mesmo nas condições mais vulneráveis de vida, os seres humanos não estão reduzidos à sobrevivência biológica.

Ainda, as mulheres demonstraram transpor suas experiências para uma perspectiva geral da condição de mulher migrante/refugiada, assim, revela-se o caráter social da consciência, a qual está inserida em uma subjetividade anterior, que se relaciona com o coletivo, em um determinado momento histórico. Logo, esse reconhecimento coletivo de que a desigualdade e a exclusão afetam todas as mulheres migrantes e refugiadas é fundamental

para a organização de classe enquanto força política com a finalidade de efetuar a transformação social e superar contextos de desigualdade social e opressão.

Em contraponto, uma questão limitante à formação de consciência de classe identificada, foi a ausência de correlação da condição de desigualdade social e de gênero vivenciada com a responsabilidade do Estado na efetivação de seus direitos, a questão se complexifica ao pensar essa situação com esse público, pois a ação estatal é praticamente nula na atenção às necessidades de migrantes e refugiados, sobressaindo ações da sociedade civil, assim, a ação de ONGS e de entidades religiosas é interpretada como um favor, uma ajuda recebida. Logo, essa condição fragiliza a formação de consciência política de classe e individualiza as questões sociais.

Desse modo, o olhar para o movimento de consciência e trabalho das mulheres migrantes e refugiadas, necessita partir de uma concepção histórica, produzida nas relações materiais de produção, marcadas por contradições e conflitos, na luta de classes, no destrinchar das ideologias forjadas e naturalizadas em que o sofrimento é produzido em uma determinada subjetividade histórica, mas que persevera na busca de uma vida melhor, a partir do movimento da consciência expresso na particularidade e que aos poucos vai tornando-se mais coletivo e assim, possam buscar as superações das contradições através de uma construção identitária de classe social. De forma que é somente na consciência de classe, enquanto mulher, migrante/refugiada, trabalhadora é que a emancipação da classe pode surgir e fazer diferença, enfrentando e superando as condições alienantes e construídos no cotidiano de vida na sociedade capitalista atual.

Por fim, considerando que o trabalho se constitui como o modo com o qual o sujeito transforma a natureza e nesse processo transforma a si mesmo, além disso, mudanças sociais implicam de modo dialético em transformações subjetivas, entendemos que através do trabalho e da ação humana na história, na resistência à formas de opressão nas condições materiais, as mulheres podem reverter espaços subalternos em contextos de migração, alterando processos fomentadores da desigualdade de gênero, bem como a Psicologia pode avançar na compreensão e elaboração de tecnologias sociais com a finalidade de combater as desigualdades e opressões que perpassam o cotidiano das mulheres migrantes e refugiadas ao redor do mundo.

REFERÊNCIAS

Abranches, M. (2007). *Pertenças Fechadas em Espaços Abertos*. Estratégias de (Re)Construção Identitária de Mulheres Muçulmanas em Portugal. Lisboa: ACIDI.

ACNUR. (1951). *Convenção Relativa ao Estatuto do Refugiado*.

ACNUR. (2017) *Uma em cada cinco refugiadas é vítima de violência sexual no mundo*. Recuperado de <https://www.acnur.org/portugues/2017/06/23/uma-em-cada-cinco-refugiadas-e-vitima-de-violencia-sexual-no-mundo/>

ACNUR. (2020). *Dados sobre Refúgio*. Recuperado de <https://www.acnur.org/portugues/dados-sobre-refugio/>

Aguiar, W.M.J. (2000) Reflexões a partir da Psicologia Sócio-Histórica sobre a categoria “consciência”. *Cadernos de Pesquisa*, 110, 125-142.

Aguiar, W.M.J. (2001) Consciência e atividade: categorias fundamentais da Psicologia Sócio-Histórica. In: BOCK, A.M.B.; GONÇALVES, M.G.M.; FURTADO, O. (orgs.). *Psicologia Sócio-Histórica – uma perspectiva crítica em Psicologia*. São Paulo: Cortez, 95-110.

Albuquerque, R. (2005) Para uma análise multidimensional da situação das mulheres: as relações entre gênero, classe e etnicidade. In: SOS RACISMO (Eds.). *Imigração e Etnicidade – Vivências e trajetórias de mulheres em Portugal*. Lisboa: SOS RACISMO, 37-49.

Alves, G. (2001) *Dimensões da globalização*. Londrina:Práxis, 161-176.

Antunes, R. (1999) *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo- SP: Boitempo.

Antunes, R. A. (2015) constituição do proletariado e sua práxis revolucionária. In: In: NETTO, J.P. (Org.) *Curso livre Marx-Engels: a criação destruidora* (1ª Ed.). São Paulo: Boitempo.

Antunes, R. (2018) *O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital*. São Paulo: Boitempo.

Araujo, T.S.K. (2017) *A política de salário mínimo no Brasil e os impactos da sua valorização no período recente sobre a distribuição de renda e o crescimento*. [Monografia de Conclusão de Curso, Universidade Federal do Rio de Janeiro].

Araújo, M.R.M., & Moraes, K.R.S. (2017) Precarização do trabalho e o processo de derrocada do trabalhador. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, (20)1, 1-13.

Arruda, A.M.T. (2015). A relação entre o Estado e a imigração: aspectos pertinentes para análise dos casos brasileiro e canadense. *Cadernos ObMigra*, (1) 3, p.13-39.

Assis, G.O. (2007) Mulheres migrantes no passado e no presente: gênero, redes sociais e migração internacional. *Estudos feministas*, (15) 3, 745-772.

BAENINGER, R. (2017) Migrações transnacionais de refúgio no Brasil. In: LUSI, C. *Migrações Internacionais: abordagens de direitos humanos*. Brasília: CSEM – Centro Scalabriniano de Estudos Migratórios, 13-29.

- Baldin, N., & Munhoz, E. M. B. (2011). Snowball (bola de neve): uma técnica metodológica para pesquisa em educação ambiental comunitária. In: *X Congresso Nacional de Educação–EDUCRE/I Seminário Internacional de Representações Sociais, Subjetividade e Educação–SIRSSE* (7ª ed). Curitiba, 329 -341.
- Bastos, J.P.B., & Obregón, M.F.Q. (2018) Venezuela em crise: o que mudou com Maduro? *Revista Derecho y Cambio Social*, 01-16.
- Bauman, Z. (2008) *Vida para consumo: a transformação das pessoas em mercadoria*. Rio de Janeiro: Editora Zahar.
- Biagioni, D. (2010) *Mobilidade social e migração interna no Brasil*. Recuperado de http://web.fflch.usp.br/centrodametropole/antigo/static/uploads/daniel_biagioni.pdf
- Brzozowski, J. (2012) Migração internacional e desenvolvimento econômico. *Revista Estudos Avançados*, (26) 75, 137-156.
- Cadernos de Formação. (2017) Mulheres: mundo do trabalho e autonomia econômica. Caderno 3. *As mulheres e o mercado de trabalho*. Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho (CESIT). São Paulo. Recuperado de <https://www.eco.unicamp.br/images/arquivos/Caderno-3-web.pdf>.
- Carvalho, J.A.M. (1998) O saldo dos fluxos migratórios internacionais do Brasil na década 80 – uma tentativa de estimação. *Revista Brasileira de Estudos de População*, (13)1. 03-14.
- Carvalho, M. A. A. S., Araújo, S. M. M, Ximenes, V. M., & Pascual, J. G. (2010). A formação do conceito de consciência em Vygotsky e suas contribuições à Psicologia. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 62(3), 13-22. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-52672010000300003&lng=pt&tlng=pt.
- Castel, R. (2009) *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Petrópolis – RJ, Vozes.
- Castro, J.Y.C. (2006) *Ahoralasmujeres se mandan solas: migración y relaciones de género en una comunidad mexicana transnacional llamada pie de gallo*. [Tese de Doutorado, Universidad de Granada].
- Cavalcanti, L., Oliveira., & Macedo. (2019). Imigração e Refúgio no Brasil. *Relatório Anual 2019*. Brasília: OBMigra, 05-104.
- Chagas, E.F. (2013). O pensamento de Marx sobre a subjetividade. *Trans/Form/Ação*, (36) 2, 63-84.
- Codo, W. (1987). Relações de trabalho e transformação social. In: Lane, S. T. M., & Codo, W. (orgs). *Psicologia Social – o homem em movimento* (5ª ed). São Paulo, SP: Brasiliense.

Coggiola, O. (2015). Análises concretas da luta de classes. In: Netto, J.P. (Org.) *Curso livre Marx-Engels: a criação destruidora* (1ª ed). São Paulo: Boitempo.

Cogo, D. (2019). O Haiti é Aqui: mídia, imigração haitiana e racismo no Brasil. *Chasqui, Revista Latinoamericana de Comunicación*, (139), 427-448.

Costa, M.M.M., & Schwin, S.A. (2018) Qual o lugar das mulheres no mundo? O peso dos estereótipos de gênero sobre as mulheres migrantes e refugiadas. *Revista do Programa de Pós-graduação em Direito da UFC*, (38) 2, 117-131.

Dantas, M.F.P., & Cisne, M. (2017) Trabalhadora não é o feminino de trabalhador”: superexploração sobre o trabalho das mulheres. *Argumentum*, (9) 1, 75-88.

Dieese. (2010) *Salário Mínimo: instrumento de combate à desigualdade*. São Paulo: DIEESE.

Dowbor, L. (2020). *O capitalismo se desloca: novas arquiteturas sociais*. São Paulo: Edições Sesc São Paulo.

Duarte, N. (2004) Formação do indivíduo, consciência e alienação: o ser humano na psicologia de A. N. Leontiev. *Cadernos CEDES*, (24) 62, 44-63.

Durães, M.G., & Junior, J.A.S. (2018) A crise migratória na Venezuela e a impossibilidade do fechamento da fronteira entre Brasil e Venezuela na ótica do STF. In: Baeninger, R., & Silva, J.C.J. (Coord). *Migrações Venezuelanas*. Campinas: Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” – Nepo/Unicamp.

Dutra, D. (2013). Mulheres migrantes, trabalhadoras: a segregação no mercado de trabalho. *Rev. Inter. Mob. Hum*, (40), 177-193.

Encovi. (2019) Pesquisa nacional de condições de vida 2019-2020. *Instituto de Investigaciones Económicas y Sociales (IIES)*.

Engels, F. (2002). *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

Falquet, J. (2008). Repensar as relações sociais de sexo, classe e “raça” na globalização neoliberal. *Mediações*, (13) 1,2.

Faria, G. J. A., Ferreira, M. L. A., & Paula, A. N. R. (2016) Desinibilizando as mulheres em contexto migratório interno: Interfaces entre migração, trabalho e gênero. In: *Anais... XVII Seminário sobre a Economia Mineira*, Diamantina--MG, 01-20.

Figueredo, L.O., & Zanelatto, J.H. (2017) Trajetória de migrações no Brasil. *Acta Scientiarum. Humanand Social Sciences*, (39) 1, 77-90.

Furtado, O., & Svartman, B. (2009). Trabalho e alienação. In: Bock, A.M.B., & Gonçalves, M.G.M. *A dimensão subjetiva da realidade*. São Paulo: Cortez.

- Gois, J.C.S. (2015). A gênese da pauperização da classe trabalhadora na sociedade capitalista. In: *Anais do Seminário Nacional de Serviço Social, Trabalho e Política Social*. Santa Catarina.
- Rey, G. F. (2003). *Sujeito e subjetividade: uma aproximação histórico-cultural*. São Paulo: Thomson Learning.
- Gontijo, C. M. M. (2001). O conceito de apropriação na perspectiva histórico-cultural. *Série-Estudos – Periódico do Mestrado em Educação da UCDB*, (12), 45-60.
- Harvey, D. (2005). *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume.
- Harvey, D. (2017). *17 Contradições e o Fim do Capitalismo*. São Paulo: Boitempo Editorial.
- Harvey, D. (2018). *A loucura da razão econômica: Marx e o capital no século XXI* (1ª 1 Ed.). São Paulo: Boitempo.
- Heller, A., & Coutinho, C.N. (2004). *O cotidiano e a história*. São Paulo: Paz e Terra.
- Hirata, H. (2014). Gênero, classe e raça: interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. *Tempo Social*, (26) 1, 61-73.
- Ianni, O. (1995). *A sociedade global* (3ª ed.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Ianni, O. (1996). Teorias da Globalização. Rio de Janeiro: Vozes.
- Ianni, O. Globalização e neoliberalismo. *São Paulo em perspectiva*, (12) 2, 27-32.
- IOM. (2020). *Migration Governance Indicators: a global perspective*. 2019. Recuperado de https://publications.iom.int/system/files/pdf/mgi_a_global_perspective.pdf.
- IOM. (2020) *World Migration Report 2020*.
- Kahhale, E.M.S.P., & Rosa, E.Z. (2009). A construção de um saber crítico em psicologia. In: Bock, A.M.B., & Gonçalves, M.G.M. (Orgs). *A dimensão subjetiva da realidade: uma leitura sócio-histórica*. São Paulo: Cortez, 25-27.
- Konder, L. (1992). *O futuro da filosofia da práxis: o pensamento de Marx no século XXI*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Kuenzer, A. Z. (2016). Trabalho e escola: a aprendizagem flexibilizada. In: *Reunião Científica Regional da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação Sul*, Curitiba. Anais... Curitiba: UFPR, p. 1-22. Recuperado de <<http://www.anpedsul2016.ufpr.br/portal/wp-content/uploads/2015/11/Eixo-21-Educa%C3%A7ao-e-Trabalho.pdf>
- Lane, S.T.M., & Sawaia, B.B (Orgs). (2006). *Novas veredas da Psicologia Social*. São Paulo: Brasiliense; Educ.
- Lessa, S. (2002). *Mundos dos homens: trabalho e ser social*. São Paulo: Boitempo,
- Lessa, S., & Tonet, I. (2012). *Proletariado e sujeito revolucionário*. São Paulo: Instituto Luckács.

- Leontiev, A. (1978). *O desenvolvimento do psiquismo*. Lisboa: Horizonte Universitário.
- Levy, M.S.F. (1974). O papel da migração internacional na evolução da população brasileira (1872 a 1972). *Revista de Saúde Pública*, (8), 49-90.
- Lima, M.F. (2009). *Trabalho, reprodução social e educação em Lukács*. [Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual do Ceará].
- Lima, A.K.S. (2012). Migração e subjetividade: uma revisão de literatura sobre o processo migratório e suas implicações psicossociais: In *1º Seminário Internacional Sociedade e Fronteiras: fronteiras da interdisciplinariedade e a interdisciplinariedade das fronteiras*. Boa Vista. Anais (online). Boa Vista: EDUFRR, (1) 175-186.
- Lisboa, T.K. (2007). Fluxos migratórios de mulheres para o trabalho reprodutivo: a globalização da assistência. *Estudos Feministas*, (15) 3, 805-821.
- Lisboa, W.T. (2012). As migrações na perspectiva do trabalho: fluxos e temporalidades do capitalismo cambiante. *Cadernos Ceru*, (23) 2, 203-216.
- Lucena, C.T. (2009). Inclusão e exclusão de imigrantes em território de acolhida. In: Almeida, M. G. (Org.). *Territorialidades na América Latina*. Goiânia: UFG, 197-207.
- Lukács, G. (1978). As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem. *Temas de Ciências Humanas*. São Paulo: Ciências Humanas.
- Lukács, G. (2013). *Para uma ontologia do ser social II*. São Paulo, Boitempo.
- Lussi, C., & Marinucci, R. (2007). Vulnerabilidade social em contexto migratório. *Centro Scalabriniano de Estudos Migratórios*. Recuperado de https://www.csem.org.br/wp-content/uploads/2018/08/vulnerabilidades_dos_migrantes.pdf
- Magalhães, L.F.A. (2011). Migração internacional e remessas de migrantes: elementos para uma análise marxista. *Informe Gepec*, Toledo, (15) número especial, 459 -477.
- Maceno, T.E. (2017). Trabalho e consciência. In: Vedda, M., Costa, G., & Alcântara, N. (Orgs.). *Anuário Lukács 2017*. São Paulo: Instituto Lukács, 87 – 113.
- Machado, I.J.R., KEBBE, V.H., & SILVA, C.R. (2008). Notas sobre a família transnacional. *REMHU*, Brasília, (16) 30, 79-98.
- Manjabosco, A.M. (2020). *(In)desejáveis? Trabalho migrante e precarização em tempos de crise*. [Dissertação de Mestrado, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul].
- Marinucci, R. (2007). Feminização das migrações. *REMHU*, Brasília, (15) 29, 05-22.
- Marinucci, R. (2015). Mulheres, migrantes e muçulmanas. Percurso de discriminação e empoderamento. In: Vasconcelos, A. M., & Botega, T. (Orgs.). *Política migratória e o paradoxo da globalização*. Porto Alegre: EDIPUCRS; Brasília: CSEM.

Martins, E.G., & Vedovato, L.R. (2017). Migração Internacional de mulheres e o trabalho doméstico remunerado: opressão e cidadania na era da globalização. *Rev. Direito e Práxis*, (08) 3, 1975-2009.

Marx, K. (1989). *Contribuição à crítica da economia política*. São Paulo: Ed. Mandacaru.

Marx, K. (2004). *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Boitempo.

Marx, K., & Engels, F. (2007). *A ideologia alemã*. São Paulo: Boitempo.

Marx, K., & Engels, F. (2008). *Manifesto do partido comunista* (1ª Ed.). São Paulo: Expressão Popular..

Marx, K. (2011a). *O capital: livro 1* (2ª Ed.). São Paulo: Boitempo.

Marx, K. (2011b). *Grundrisse: Manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política*. São Paulo: Boitempo.

Marx, K. (2011c). *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*. São Paulo: Boitempo.

Mascaro, A.L. (2015). A crítica do Estado e do direito: a forma política e a forma jurídica. In: NETTO, J.P. (Org.) *Curso livre Marx-Engels: a criação destruidora* (1ª Ed.). São Paulo: Boitempo.

Mattos, M.B. (2019). *A classe trabalhadora: de Marx ao nosso tempo* (1ª Ed).. São Paulo: Boitempo, 1ª ed.

Meressi, F.S. (2016). *Salário mínimo e satisfação de necessidades vitais básicas no Brasil (2004-2013)*. [Tese de Doutorado Universidade de Brasília].

Meszáros, I. (2006). *A teoria da alienação em Marx*. São Paulo: Boitempo.

Meszáros, I., Castanheira, P.C.C., & Lessa, S. (2011). *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição*. São Paulo: Boitempo.

Milesi, R., & Coury, P. (2017). Apresentação. In: *Cadernos de debates refúgio, migração e cidadania*. Brasília: Instituto Migrações e Direitos Humanos, (12) 12, 07-15.

Milesi, R., Coury, P., & Rovey, J. (2018). Migração venezuelana no Brasil: discurso político e xenofobia no contexto atual. *Aedos*, (10) 22, 53-70.

Molon, S.I. (2000). Cultura – A dimensão psicológica e a mudança histórica e cultural. In: III *Conferência de Pesquisa Sócio-cultural*, Campinas.

Montaño, C., & Durguetto, M. L. (2011). *Estado, Classe e Movimento Social*. 3 ed. São Paulo SP: Cortez.

Nascimento, A. F. (2011). *Educação a distância e fetichismo tecnológico: estado e capital no projeto de ensino superior no Brasil*. [Tese de Doutorado, Universidade Federal do Maranhão]

Netto, J.P. (2011). *Introdução ao estudo do método de Marx*. São Paulo. Editora Expressão Popular.

Nolasco, C. (2016). Migrações Internacionais: conceitos, tipologias e teorias. In: *Oficina do CES*. Centro de Estudos Sociais, (434), 01- 29.

OIM (Organização Internacional para as Migrações). *Glossário sobre Migrações*, n.22.

Oliveira, M. H. (2008). *O indivíduo em Marx*. [Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual de Campinas].

Oliveira, M.R.C. (2010) *Imigração sírio-libanesa em Campo Grande e o Clube Libanês*. [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal da Grande Dourados].

Oliveira., A.T.R., Ervatti, L.R., & O'Neill, M.M.V.C. (2011). O panorama dos deslocamentos populacionais no Brasil: PNADs e Censos Demográficos. In: Oliveira, L.A.P., & Oliveira, A.T.R. (Org.). *Reflexões sobre os deslocamentos populacionais no Brasil*. Rio de Janeiro:IBGE.

Paiva, A.L.B., & Leite, A.P.M.R. (2014). Da emigração à imigração? Por uma análise do perfil migratório brasileiro nos últimos anos. *Revista Ars Histórica*, (7), 01-20.

Patto, M.H.S. (1993). O conceito de cotidianidade em Agnes Heller e a pesquisa em educação. *Perspectivas*, (16), 119-141.

Peres, R. G., & Baeninger, R. (2011). Espaços Migratórios na Fronteira: Imigração Boliviana e Gênero. In: *IV Congresso Paraguaio de População da Associação Paraguaia de Estudos de População*. Assunção.

Peres, R. G, Baeninger, R. (2012). Migração feminina: um debate teórico e metodológico no âmbito dos estudos de gênero. Trabalho apresentado no *XVIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP*, Águas de Lindóia/SP – Brasil.

Piscitelli, A. (2008). Interseccionalidade, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. *Sociedade e Cultura*, (11) 2, 263-274.

Prado Jr, C. (1979). *Introdução à lógica dialética (notas introdutórias)*. São Paulo: Brasiliense.

Ramos, N. (2009). Saúde, migração e direitos humanos. *Mudanças – Psicologia da Saúde*, (17) 1, 1-11.

Rangel, R. (2016). Educação e trabalho no processo de reprodução do ser social. In: VEDDA, M.; COSTA, G.; COSTA, N.A. *Anuário Luckács 2016*. São Paulo: Instituto Luckács.

Reed, E. (2011). *Sexo contra sexo ou classe contra classe* (2ª Ed.). São Paulo: Editora Instituto José Luis e Rosa Sundermann.

Rodrigues, S., & Martins, A. (2014). Família, migração, trabalho doméstico e desigualdade de gênero. *E-Revista de Estudos Interculturais do CEI*, 01-21.

Rosário, E., Santos, T., & Lima, S. (2011). *Discursos do Racismo em Portugal: essencialização e inferiorização nas trocas coloquiais sobre categorias minoritárias*. Lisboa: ACIDI.

Rossler, J.H. (2004). O desenvolvimento do psiquismo na vida cotidiana: aproximações entre a Psicologia de Alexis N. Leontiev e a teoria da vida cotidiana de Agnes Heller. *Cad. Cedes*, (24) 62, 110-116.

Saffioti, H. I.B. (1978). *Emprego doméstico e capitalismo*. Editora Vozes.

Saffioti, H.I.B. (1987). *O poder do macho*. São Paulo: Moderna.

Saffioti, H.I.B. (2011). *Gênero, patriarcado e violência*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo.

Sala, G.A., & Carvalho, J.A.M. (2008). A presença de imigrantes de países do Cone Sul no Brasil: medidas e reflexões. *Revista Brasileira de Estudos de População*, (25) 2, 287-304.

Santos, M.A., Barbieri, A.F., Carvalho, J.A.M., & Machado, C.J. (2010). Migração: uma revisão sobre algumas das principais teorias. *Texto para discussão*, (1) 138, 1-18.

Saquet, M.A., & Mondardo, M.L. (2008). A construção de territórios na migração por meio de redes de relações sociais. *Revista NERA*, (13)11, 118-127.

Sawaia, B.B. (2009). Psicologia e desigualdade social: uma reflexão sobre liberdade e transformação social. *Psicologia e Sociedade*, (21) 3, 364-372.

Seyferth, G. (2000). Imigração no Brasil: os preceitos de exclusão. *Reportagem: Brasil, migrações internacionais e identidade*.

Sierra, S. S. (2003). Procesos de transformación de las creencias religiosas entre las mujeres inmigrantes marroquíes en España. *Migraciones*, (13) 107-135.

Silva, M. A. M. (1992). Destinos e trajetórias de camponeses migrantes. In: *Anais VII Encontro Nacional de Estudos Populacionais*, (3), 161-186.

Silva, J.C.J., Jubilut, L.L., & Velásquez, M.Z.P. (2020). Proteção humanitária no Brasil e a Nova Lei de Migrações. In: Ramos, A.C.; Vedovato, L.R.; Baeninger, R. (Coord). *Nova Lei da Migração: os três primeiros anos*. Campinas: Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” – Nepo/Unicamp – Observatório das Migrações em São Paulo/FADISP.

Simões, G.F., Silva, L.C., & Oliveira, A.T.R. (2017). Perfil sociodemográfico e laboral dos venezuelanos em Boa Vista. In: Simões, G.F. *Perfil sociodemográfico e laboral da imigração venezuelana no Brasil*. Curitiba, 21-48.

Singer, P. (1985). *Economia Política da Urbanização* (10ª Ed.) São Paulo: Editora Brasiliense.

Staeve, P.M. (2012). *O papel das redes sociais na migração contemporânea de gaúchos em Roraima*. [Tese de Doutorado, Universidade Federal do Pará].

Toassa, G. (2006). Conceito de consciência em Vigotski. *Revista de Psicologia USP*, (17) 2, 59-83.

Topa, J.B., Nogueira, C., & Neves, S. (2016). Vivências de mulheres brasileiras nos serviços de saúde materna. *Gênero e Direito*, (5) 2, 25-51.

Thomaz J. A. (2002). *Por trás dos canaviais, os nós da cana*. São Paulo: Annablume/Fapesp.

Thomaz, D.Z. (2013). Migração Haitiana para o Brasil Pós-Terremoto: indefinição normativa e implicações políticas. *Primeiros Estudos*, São Paulo, (4) 131-143.

Vendramini, C.R. (2018). *A categoria migração na perspectiva do materialismo histórico e dialético*. *Revista Katálisis*, (21) 2, 239-249.

Vieira, A.R. (2018). *Refúgio e gênero: uma aproximação a realidade da mulher em situação de refúgio em Portugal*. [Dissertação de Mestrado, Instituto Universitário de Lisboa].

Villen, P. (2015). Imigração e racismo na modernização dependente do mercado de trabalho. *Lutas sociais*, (19) 34, 126-142.

Vigotski, L.S. (1996). O homem primitivo e seu comportamento. In: Vigotski, L.S., & Luria, A.R. *Estudos sobre a história do comportamento: símios, homem primitivo e criança*. Porto Alegre: Artes Médicas.

Vigotski, L. S. (1999). *Pensamento e linguagem*. São Paulo: Martins Fontes.

APÊNDICE A

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezada Participante,

Esta pesquisa é sobre *Trabalho e Consciência: vivência de mulheres migrantes em Campo Grande- MS* e está sendo desenvolvida pela acadêmica de Mestrado Krisley Amorim de Araujo da Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Católica Dom Bosco de Campo Grande- MS e está sob orientação da Prof.^a Doutora Luciane Pinho de Almeida.

Destacamos que a pesquisa aqui proposta foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), da Universidade Católica Dom Bosco (UCDB). Os objetivos do estudo são: “*Compreender as experiências de mulheres migrantes nas esferas trabalho e consciência*”. A finalidade deste trabalho é contribuir com a investigação das condições de trabalho de mulheres migrantes em Campo Grande- MS, dar visibilidade às suas experiências de migração e auxiliar na construção de políticas públicas e sociais de inclusão social por meio do trabalho.

Para atingir este objetivo, serão realizadas entrevistas não-estruturadas com 10 mulheres migrantes residentes em Campo Grande- MS com discussões de temáticas acerca de suas vivências enquanto mulher migrante e no mercado de trabalho.

Sendo assim, solicitamos a sua colaboração para conceder uma entrevista de caráter não estruturado, a qual possui um tempo médio de duração de 30 minutos, como também sua autorização para apresentar os resultados deste estudo em eventos no campo da Psicologia e dos Direitos Humanos e áreas afins e publicar o trabalho em periódicos científicos nacionais e/ou internacionais. Por ocasião da publicação dos resultados, seu nome será mantido em sigilo absoluto. Para realização da entrevista será acordado previamente uma data, horário e espaço em que a entrevistada se sinta confortável para conceder a entrevista, informamos ainda que durante essa pesquisa, caso se sinta desconfortável ou constrangida em alguma questão, a participante não será obrigada a responder e serão respeitados seus valores culturais, sociais, morais, religiosos, éticos, hábitos, costumes e dignidade das participantes.

Ressaltamos que a participante receberá via e-mail duas cópias do termo a serem rubricadas em todas as páginas numeradas e assinadas. Esclarecemos que sua participação

neste estudo é voluntária e não implica quaisquer tipos de despesa e/ou ressarcimento financeiro. Portanto, não há obrigação em fornecer informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pela Pesquisadora. Caso decida não participar do estudo, ou resolver a qualquer momento desistir do mesmo, não sofrerá nenhum dano. As pesquisadoras estarão a sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa.

Ainda, a participante poderá acompanhar o desenvolvimento da pesquisa e receberá uma devolutiva a respeito dos resultados e análises finais. Espera-se que este trabalho possa contribuir com a formulação de políticas públicas de inclusão de migrantes no mercado de trabalho de Campo Grande- MS.

Considerando as informações constantes dos itens acima e as normas expressas na Resolução nº 466/12 do Conselho Nacional de Saúde/Ministério da Saúde consinto, de modo livre e esclarecido, participar do presente estudo na condição de participante da pesquisa:

Campo Grande – MS ____/____/____

Nome e assinatura da Participante da pesquisa

Nome e assinatura do (a) pesquisador (a)

Caso necessite de maiores informações sobre o presente estudo, favor utilizar os contatos abaixo:

Pesquisadora: Krisley Amorim de Araujo

Programa de Programa de Mestrado em Psicologia

Universidade Católica Dom Bosco

Fone: (67) 9 9977-4845

E-mail: krisley_araujo@hotmail.com

Orientadora de Mestrado: Profª Drª Luciane Pinho de Almeida

Fone: (67)3312-3352

Comitê de Ética da UCDB

Nome: CEP UCDB

Endereço: Av. Tamandaré, 6000, Jardim Seminário - CEP: 79117-900, Campo Grande – MS

Telefone: (67) 3312-3478

E-mail: cep@ucdb.br

APÊNDICE B

A entrevista abaixo refere-se à coleta de dados de uma pesquisa de Mestrado acadêmica do curso de pós-graduação em Psicologia stricto sensu, Krisley Amorim de Araujo da Universidade Católica Dom Bosco sob orientação da Professora Doutora Luciane Pinho de Almeida. A pesquisa possui cunho qualitativo e tem como objetivo compreender as experiências de mulheres migrantes nas esferas trabalho e consciência

ROTEIRO DE ENTREVISTA

Nome:

Idade:

Estado Civil:

Possui filhos?

Com quem mora?

País de origem:

Está trabalhando no momento?

Se sim, onde trabalha?

Bloco I – Viagem migratória (antes, durante)

- 1.1. Qual foi a motivo que fez você migrar para Campo Grande- MS?
- 1.2. Com quem realizou a viagem migratória para o Brasil?
- 1.3. Como decidiu migrar para o Brasil?
- 1.4. Já conhecia alguém no Brasil?
- 1.5. Quais as dificuldades encontradas quando você chegou no Brasil, em Campo Grande/MS?
- 1.6. Quanto tempo faz que está no Brasil? Pretende residir no Brasil ou retornará para seu país?
- 1.7. Aqui no Brasil já morou em outras cidades? Sê sim, em qual(is) cidade(s)

Bloco II- Cotidiano e Trabalho

- 2.1. Como era sua vida cotidiana no outro país em que se residia?
- 2.2. Como é o seu cotidiano como migrante em Campo Grande- MS?
- 2.3. Como se sente enquanto migrante em Campo Grande- MS?
- 2.4. Tem enfrentado dificuldades em seu cotidiano?
- 2.5. Quais as conquistas já realizadas aqui no Brasil? Você conseguiu alcançar o que tinha como projeto? Quais são seus planos para o futuro?

BLOCO III – Consciência

- 3.1. Se está trabalhando, comente sobre o seu trabalho?
- 3.2. Conhece os direitos e leis trabalhistas no Brasil?
- 3.3. Como avalia os direitos e as leis trabalhistas no Brasil?
- 3.4. Como você avalia o trabalho da mulher no Brasil?
- 3.5. O que você acha sobre o trabalho da mulher migrante no Brasil?